

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
CENTRO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM GESTÃO
E AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA**

Ana Carolina Amorim Bicalho

**Desafios e estratégias para a superação da reprovação e distorção idade-série no ensino
médio: o caso de gestão da Escola Estadual Alberto Pereira Lima**

Juiz de Fora

2024

Ana Carolina Amorim Bicalho

Desafios e estratégias para a superação da reprovação e distorção idade-série no ensino médio: o caso de gestão da Escola Estadual Alberto Pereira Lima

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção da qualificação de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Orientadora: Prof. Dr. Daniela Fantoni

Juiz de Fora

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Amorim Bicalho, Ana Carolina .

Desafios e estratégias para a superação da reprovação e distorção idade-série no ensino médio: : o caso de gestão da Escola Estadual Alberto Pereira Lima / Ana Carolina Amorim Bicalho. -- 2024.

139 f.

Orientadora: Daniela Fantoni de Lima Alexandrino

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade Federal de

Juiz de Fora, Faculdade de Educação/CAEd. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2024.

1. Reprovação. 2. 2. Distorção idade-série. I. Fantoni de Lima Alexandrino, Daniela, orient. II. Título.

Ana Carolina Amorim Bicalho

Desafios e estratégias para a superação da reprovação e distorção idade-série no ensino médio: o caso de gestão da Escola Estadual Alberto Pereira Lima

Dissertação apresentada ao Gestão e Avaliação da Educação Pública da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Área de concentração: Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Aprovada em 03 de outubro de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) Daniela Fantoni de Lima Alexandrino - Orientador

Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

Prof.(a) Dr.(a) Rita de Cássia Oliveira

Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

Prof.(a) Dr.(a) Thenner Freitas da Cunha

Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

Juiz de Fora, 05/09/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Fantoni de Lima Alexandrino, Usuário Externo**, em 03/10/2024, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **RITA DE CASSIA OLIVEIRA, Usuário Externo**, em 24/10/2024, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thenner Freitas da Cunha, Usuário Externo**, em 13/11/2024, às 09:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1969973** e o código CRC **4431EA57**.

Dedico esta dissertação a Deus, minha fonte de força e luz. Ao meu querido esposo, Walmir, e às minhas amadas filhas, Maria Clara e Cecília, por sua constante compreensão, incentivo e apoio nos momentos mais desafiadores. Aos meus pais, Walter e Maria das Graças, pela integridade de caráter e por sempre me guiarem com simplicidade e amor.

AGRADECIMENTOS

Sou profundamente grata pela força proveniente da minha fé em Deus e em Nossa Senhora, que me sustentaram com saúde, coragem e resiliência para superar os desafios ao longo do caminho. Agradeço por terem iluminado meus passos nos momentos de incerteza e por suprirem todas as minhas necessidades, permitindo-me alcançar essa conquista com merecimento.

Expresso minha gratidão aos meus pais, Walter e Maria das Graças, que me inspiraram com seu exemplo de determinação, carinho e valores sólidos, sempre ressaltando a importância da educação.

Às minhas filhas, Maria Clara e Cecília, agradeço pela compreensão diante da minha ausência em diversos momentos dessa jornada. Mesmo em meio às minhas ansiedades, vocês estiveram presentes com amor, cuidado e paciência.

Ao meu marido, Walmir, meu porto seguro, sou grata por caminhar ao meu lado com companheirismo e incentivo, sempre zelando pelo meu tempo e criando as condições necessárias para que eu pudesse cumprir meus compromissos.

Aos meus irmãos, agradeço pelo apoio essencial para que eu pudesse realizar muitas das minhas conquistas.

Às professoras Amélia Gabriela Ramos e Daniela Fantoni, sou imensamente grata pelo direcionamento, carinho e prontidão com que conduziram este trabalho.

Aos meus colegas de mestrado, especialmente à minha amiga Vanessa Ramos, agradeço pela cumplicidade e apoio tanto nas alegrias quanto nos desafios desses dois anos.

Minha gratidão eterna a todos que contribuíram para minha vida durante esse período, pois, graças a eles, foi possível alcançar o objetivo dessa jornada.

“O que eu penso não muda nada além do meu pensamento. O que eu faço a partir disso muda tudo.” Leandro Karnal

RESUMO

Essa dissertação foi elaborada no âmbito do Programa de Pós-graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação (PPGP), realizado no Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (CAEd/UFJF). O caso de gestão teve como objetivo descrever e analisar as ações da gestão da E.E. Alberto Pereira Lima diante dos índices de reprovação no Ensino Médio, além de propor estratégias que visem à redução desses índices. De forma mais direcionada, objetivou-se apresentar e analisar os índices de reprovação na E.E. Alberto Pereira Lima, descrever as ações implementadas pela gestão a partir desse indicador, investigar os fatores que podem influenciar esses índices e propor estratégias para diminuí-los. Para compreender esse cenário, foi realizada uma contextualização da evolução histórica do Ensino Médio no Brasil, ressaltando sua dualidade persistente e problemática. A análise dos dados, provenientes de indicadores educacionais, documentos, anotações e atas da E.E. Alberto Pereira Lima, revelou uma elevada taxa de reprovação e distorção idade-série no Ensino Médio da instituição. No processo de pesquisa, foram empregadas técnicas de pesquisa bibliográfica e diversas abordagens, incluindo entrevistas semiestruturadas com o diretor, a coordenadora e representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar. Este estudo visou não apenas identificar os problemas, mas também propor um Plano de Ação Educacional, que abrange propostas de intervenção a serem implementadas pela gestão escolar, com o objetivo de reduzir as reprovações e a distorção idade-série. As ações foram desenvolvidas para atender à necessidade de implementar um programa de recuperação da aprendizagem, corrigir as lacunas acumuladas ao longo do Ensino Fundamental, fortalecer a participação dos pais na vida escolar, reavaliar as práticas pedagógicas e de avaliação, além de incentivar o protagonismo juvenil.

Palavras-Chave: Ensino Médio. Reprovação escolar. Distorção idade-série. Fluxo.

ABSTRACT

This dissertation was prepared as part of the Professional Graduate Program in Education Management and Evaluation (PPGP), conducted at the Centre for Public Policies and Education Evaluation of the Federal University of Juiz de Fora (CAEd/UFJF). This management case study aimed to describe and analyze the actions taken by the management of E.E. Alberto Pereira Lima in response to high dropout rates in secondary education and to propose strategies to reduce these rates. Specifically, the objectives were to present and analyze the dropout rates at E.E. Alberto Pereira Lima, describe the management's actions in response to this indicator, investigate factors that may influence dropout rates, and propose strategies to mitigate these rates. To understand this scenario, the historical development of secondary education in Brazil was contextualized, with a focus on its persistent and problematic duality. An analysis of data from educational indicators, documents, notes, and minutes from E.E. Alberto Pereira Lima revealed high dropout rates and significant age-grade distortion in the institution's secondary education program. The research employed bibliographic research techniques and included various approaches, such as semi-structured interviews with the principal, the coordinator, and representatives from different segments of the school community. The study aimed not only to identify the problems but also to propose an Educational Action Plan, which includes intervention strategies to be implemented by the school management to reduce dropout rates and age-grade distortion. These actions were developed to address the need for a learning recovery program, rectify gaps accumulated throughout primary education, strengthen parental involvement in school life, reassess pedagogical and assessment practices, and encourage youth protagonism.

Keywords: Secondary Education. School Dropout. Age-Grade Distortion. Educational Flow.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Projetos desenvolvidos na Escola Estadual Alberto Pereira Lima – 2022.....	39
Quadro 2 - Número de responsáveis que participaram de reuniões realizadas pela instituição escolar.....	45
Quadro 3 - Dados da Pesquisa x Ações Propostas de ação.	96
Quadro 4 - Proposta de Ação 1.....	102
Quadro 5 - Proposta do Projeto de Recuperação de Aprendizagem.....	104
Quadro 6 - Iniciativas voltadas ao Projeto Jovem em Movimento.....	107
Quadro 7 - Formação contínua para os professores.....	109

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Posicionamento do Gestor e especialista a respeito dos possíveis elementos que contribuem para reprovação.75
- Gráfico 2 - Posicionamento dos quatro professores representando as áreas de Matemática, Linguagens, Ciência da Natureza e Ciências Humanas a respeito dos elementos que contribuem para reprovação.77
- Gráfico 3 - Posicionamento dos 16 alunos reprovados em sua trajetória no Ensino Médio, a respeito dos possíveis elementos que influenciam na reprovação no Ensino Médio..... 78

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de matrículas no Ensino Médio - Ensino Regular no Brasil - Rede particular e pública 1996 a 2023.....	22
Tabela 2 - Funcionários da Escola Estadual Alberto Pereira Lima.....	36
Tabela 3 - Colegiado Escolar da E. E. Alberto Pereira Lima - 2023.....	37
Tabela 4 - Taxas de rendimento / Ensino Médio.....	41
Tabela 5 - Rendimento dos alunos – Ensino Médio /2022 – E. E. A.P. L.....	42
Tabela 6 - Evolução da distorção idade-série / Ensino Médio	43
Tabela 7 - Trajetória da distorção idade-série - E.E Alberto Pereira Lima Ensino Médio	44
Tabela 8 - Desconforto ou constrangimento dos estudantes entrevistados por estarem em uma série escolar com colegas mais jovens.....	84
Tabela 9 - Escolhas dos alunos entrevistados em relação à motivação para os estudos.....	85
Tabela 10 - Contribuição das avaliações realizadas pelos professores para a reprovação no Ensino Médio sob a perspectiva do gestor, da pedagoga e dos docentes entrevistados	85
Tabela 11 - Métodos de avaliação utilizados pelos docentes no Ensino Médio.	86
Tabela 12 - Influência dos métodos de ensino mais diversificados em sala de aula na taxa de reprovação no Ensino Médio, sob a perspectiva dos docentes entrevistados.....	91
Tabela 13 - Influência da participação das famílias dos estudantes nas taxas de reprovação no Ensino Médio.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDC	Associação Brasileira de Currículo
ANFOPE	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAED	Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação
CEP	Código de Endereçamento Postal
DCN-EM	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio
EC	Emenda Constitucional
E.E	Escola Estadual
E. E.A.P. L	Escola Estadual Alberto Pereira Lima
EJA	Educação de Jovens e Adultos
FGB	Formação Geral Básica
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INSE	Índice de Nível Socioeconômico
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MNDEM	Movimento Nacional pela Defesa do Ensino Médio
MP	Medida Provisória
NEM	Novo Ensino Médio
NSE	Nível Socioeconômico
OMS	Organização Mundial da Saúde
PAE	Plano de Ação Estadual
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PL	Projeto de Lei
PNE	Plano Nacional de Educação
PPGP	Programa de Pós-graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública
PPP	Projeto Político Pedagógico
SAEB	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SEE/MG	Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais
SIMADE	Sistema de Informações da Educação Básica
SYSADP	Sistema de Administração de Pessoal

UFJF Universidade Federal de Juiz de Fora
UNIFESP Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 O ENSINO MÉDIO, A TERCEIRA E ÚLTIMA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA .21	
2.2 O NOVO ENSINO MÉDIO: IMPLEMENTAÇÃO E CONTESTAÇÃO.....	26
2.3 REPROVAÇÃO E DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE: DESAFIOS DO ENSINO.....	35
2.4 ESCOLA ESTADUAL ALBERTO PEREIRA LIMA: CARACTERÍSTICAS, ORGANIZAÇÃO E EVIDÊNCIAS DO CASO DE GESTÃO	37
3 ANALISANDO OS FATORES QUE ACARRETAM OS ALTOS ÍNDICES DE REPROVAÇÃO E DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE ESCOLA ESTADUAL ALBERTO PEREIRA LIMA	47
3.1 A REPROVAÇÃO SOB DIFERENTES PERCEPÇÕES	48
3.1.1 Abordagens sobre a reprovação.....	51
3.1.2 O papel do gestor.....	56
3.1.3 O papel do professor	59
3.1.4 Atuação da família.....	64
3.1.5 Combate a defasagem de aprendizagem.....	65
3.2 RECURSOS E METODOLOGIA DE PESQUISA.....	68
3.2.1 Tipo de pesquisa	70
3.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	72
3.3.1 Reflexões sobre as taxas de reprovação na escola estadual alberto pereira lima: perspectivas dos entrevistados.....	74
3.3.2 Impactos da reprovação escolar na Escola Estadual Alberto Pereira Lima.....	84
3.3.3 Escola Estadual Alberto Pereira Lima frente à reprovação.....	90
4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – PAE: CONTRIBUINDO COM A REDUÇÃO DA REPROVAÇÃO E DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA ESCOLA ESTADUAL ALBERTO PEREIRA LIMA.....	96
4.1 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO.....	97
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	115
APÊNDICE A - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES QUE ATUAM NO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL ALBERTO PEREIRA LIMA	123

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA A EQUIPE GESTORA:
DIRETOR E PEDAGOGA DA ESCOLA ESTADUAL ALBERTO PEREIRA LIMA .128**

1 INTRODUÇÃO

A busca por uma educação de qualidade, que seja flexível e capaz de se adaptar às constantes mudanças sociais, econômicas e tecnológicas, sempre esteve no cerne dos ideais brasileiros. No entanto, alcançar essa excelência educacional é um desafio de natureza complexa, que abrange uma ampla gama de aspectos. Nesse contexto, a reprovação escolar e a distorção idade-série apresentam-se como desafios que interferem no estabelecimento de um sistema de ensino considerado satisfatório. A reprovação escolar ocorre quando um aluno não consegue atender aos requisitos acadêmicos de uma determinada etapa, o que resulta na não aprovação para o próximo nível de ensino. Por outro lado, a distorção idade-série acontece quando um estudante está matriculado em um grau que não corresponde à sua faixa etária, seja devido a repetições sucessivas ou à entrada tardia no sistema educacional.

De acordo com Jacomini (2009), a prática de reprovação dentro do sistema educacional visa assegurar a uniformidade do conhecimento exigido em cada série, evitando a permanência de alunos que ainda não adquiriram determinadas habilidades de aprendizagem. Tanto para os estudantes quanto para os pais, essa medida é apresentada, muitas vezes, como uma oportunidade a mais para ampliar o processo de aprendizado, permitindo que o aluno repita o ano letivo e domine os conteúdos que ainda não foram inteiramente assimilados. No entanto, essa perspectiva arraigada nos valores e práticas educacionais pode dificultar a implementação de uma abordagem de ensino sem a necessidade de reprovação, sendo aceita pela maioria dos envolvidos no contexto educacional.

Ao analisar o histórico de repetição escolar no contexto brasileiro, é notório que, durante a década de 1980, houve uma autêntica cultura de insucesso educacional. Isso se fundamentou, principalmente, na aplicação indiscriminada de reprovações como uma prática rotineira. Além disso, alguns estados adotaram mudanças substanciais na política educacional, lideradas por grupos progressistas, que buscaram democratizar o acesso à educação, assim como direcionar esforços para elevar a qualidade do ensino (Glória; Mafra, 2004).

Com base em uma pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância, UNICEF, no ano de 2021, foi constatado que, em 2019, um total de 2,1 milhões de estudantes no Brasil foram submetidos a reprovações, enquanto mais de 620 mil optaram por abandonar a escola. Além disso, cerca de 6 milhões de estudantes encontravam-se em uma situação de distorção idade-série (Unicef, 2021).

Esse contexto também se reflete na realidade da Escola Estadual Alberto Pereira Lima, localizada em João Monlevade, Minas Gerais. Apesar dos esforços da gestão escolar para melhorar a qualidade do ensino, a instituição ainda lida com altas taxas de reprovação e distorção idade-série. De acordo com os dados do Censo Escolar/INEP de 2016 (Qedu, 2023), a Escola Estadual Alberto Pereira Lima apresentou, entre 2015 e 2019, índices elevados de reprovação no Ensino Médio. As taxas registradas foram de 30,0%, 31,8%, 15,5%, 35,6% e 20,8%, respectivamente. Esses números estão muito acima da média nacional de rendimento escolar no mesmo período, que foi de 11,6%, 12,0%, 10,9%, 10,6% e 9,1%. Tais discrepâncias destacam a gravidade do problema na instituição em comparação ao cenário nacional. O quadro se torna ainda mais preocupante ao observar que essa tendência negativa persistiu nos anos de 2021 e 2022.

Além das estatísticas, essa dura realidade é observada de forma vívida, pois, como licenciada em Ciências Biológicas e professora de Ciências da Natureza e suas Tecnologias no 1º ano do Novo Ensino Médio na referida instituição, testemunho os desafios enfrentados pelos estudantes. Por isso, minha dedicação está voltada para o enriquecimento acadêmico e intelectual dos alunos, procurando capacitá-los a compreender o contexto que os cerca, mas além de desenvolver habilidades de tomada de decisão. Ademais, busco estratégias que possam contribuir para a melhoria da atual situação da escola.

A partir dos dados e contexto exposto da escola em análise, pode-se dizer que essa pesquisa será relevante na formulação de um Plano de Ação Educacional (PAE), destinado a promover um ambiente de aprendizado mais eficiente na instituição. Esse plano será essencial para garantir a aquisição de conhecimento, assim como para combater o problema da reprovação escolar. Diante da constatação de índices preocupantes de desempenho no Ensino Médio dentro da instituição pesquisada, surge o seguinte questionamento: “quais os desafios da gestão da E.E Alberto Pereira Lima quanto aos altos índices de reprovação no Ensino Médio e como é possível implementar ações para reduzir tais altos índices?”

O objetivo geral definido para este estudo é descrever e analisar ações da gestão da E.E Alberto Pereira Lima frente aos índices de reprovação no Ensino Médio e propor estratégias que visem reduzir tais índices. Mais especificamente, objetiva-se apresentar e analisar os índices de reprovação na E.E Alberto Pereira Lima e descrever as ações efetuadas pela gestão a partir desse indicador; investigar os fatores que podem influenciar nos índices de reprovação na instituição e propor estratégias com vistas a diminuir os índices de reprovação.

A justificativa de realizar este estudo se torna evidente ao considerar os impactos resultantes da reprovação do ano letivo e da discrepância entre a idade e o nível escolar, tanto em relação ao desempenho dos estudantes quanto em suas trajetórias de vida a longo prazo. Paro (2001) levanta a questão de que a reprovação muitas vezes atribui injustamente a culpa ao próprio aluno, quando na realidade essa situação pode ser influenciada por uma série de fatores, incluindo a condição econômica. Os alunos, em alguns casos, carentes de senso crítico e conformados com a inferioridade social imposta, podem aceitar essa culpa, que é erroneamente interpretada como falta de empenho ou até mesmo falta de inteligência. Esse estigma pode gerar uma sensação de fracasso e inadequação nos estudantes, resultando em desmotivação, desinteresse e, em alguns casos, evasão escolar. Nesse contexto, considera-se necessária a implementação de medidas pedagógicas e administrativas para abordar essa problemática, visando aprimorar os indicadores educacionais da escola.

Uma estratégia voltada para buscar a universalização da conclusão da educação básica deve incorporar abordagens que reduzam as taxas de reprovação, abandono escolar e distorção idade-série, ao mesmo tempo, em que aumentem a qualidade do ensino e abranjam todas as etapas educacionais. Para atingir esse propósito, é essencial estabelecer metas realistas fundamentadas em indicadores passíveis de mensuração. Isso permitirá um acompanhamento rigoroso para avaliar a eficácia da política, além de possibilitar ajustes necessários ao longo do percurso. Martini e Del Prette (2005) e Zago (2011) sustentam a perspectiva de que, nas abordagens contemporâneas, a instituição escolar desempenha um papel fundamental no sucesso acadêmico dos alunos. Portanto, a análise do desenvolvimento dos processos educacionais e das políticas internas de ensino é igualmente importante, em paralelo à investigação das características individuais dos estudantes e das particularidades das famílias, incluindo seu capital social e cultural.

A discussão da temática inicia-se, portanto, com a análise da obrigatoriedade do Ensino Médio no contexto brasileiro, bem como a introdução do Novo Ensino Médio, conforme abordado no capítulo 2. Em seguida, são explorados os desafios enfrentados nessa etapa educacional, com destaque para as elevadas taxas de reprovação e a distorção idade-série. Para tanto, foi fornecida uma descrição da Escola Estadual Alberto Pereira Lima, que inclui características físicas e estruturais, o corpo docente disponível, as séries educacionais oferecidas, o perfil dos estudantes atendidos, as estratégias de gestão implementadas, a configuração dos espaços de aprendizagem, os métodos de avaliação empregados e os projetos inovadores atualmente em desenvolvimento na instituição. No desenvolvimento do

segundo capítulo, a pesquisa foi conduzida a partir de uma abordagem documental para elucidar as taxas de reprovação. Esta análise foi embasada em registros presentes em atas, documentos institucionais e dados pedagógicos relevantes.

O capítulo 3 delineou os pressupostos teóricos e metodológicos que fundamentaram este estudo, bem como a análise detalhada dos dados coletados durante a pesquisa. No Capítulo 4, foi desenvolvido o Plano de Ação Educacional (PAE), no qual foram delineadas estratégias para a implementação de um programa de recuperação da aprendizagem, visando corrigir as defasagens acumuladas durante o Ensino Fundamental. Além disso, o plano busca fortalecer o envolvimento dos pais na vida escolar, reavaliar práticas pedagógicas e de avaliação por meio de formação continuada para os docentes, e promover o protagonismo juvenil. Em seguida, no quinto e último capítulo, foram apresentadas as Considerações Finais, concluindo a estrutura desta pesquisa.

2 O ENSINO MÉDIO, A TERCEIRA E ÚLTIMA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Com o intuito de contextualizar o leitor acerca da questão central que esta pesquisa busca abordar, considera-se necessário fornecer uma análise de diversas produções científicas e documentos que discutem sobre a esfera da educação básica ao nível nacional. O objetivo deste texto é de destacar as transformações que impactaram a educação básica, tendo como ponto de partida a promulgação da Constituição Federal em 1988 e trilhando até a determinação do Ensino Médio, última etapa da educação básica.

O ciclo do Ensino Médio é uma etapa importante no processo educacional, desdobrando-se como uma fase determinante na formação tanto profissional quanto pessoal dos estudantes. Assim, é importante identificar e abordar os desafios inerentes a esse período, visando assegurar que o Ensino Médio ofereça uma educação de excelência, pertinente e justa para todos os discentes.

Portanto, neste segundo capítulo, o conteúdo será subdividido em algumas seções. Inicialmente, será apresentada a questão da obrigatoriedade do Ensino Médio no contexto brasileiro. Em seguida, será delineada a influência da Lei 13.415/17, que promoveu alterações na estrutura do Ensino Médio. Posteriormente, serão discutidos os desafios enfrentados nessa etapa do sistema educacional, abordando tanto a questão das taxas de reprovação quanto à problemática da defasagem idade-série. Após essa análise, será apresentada uma descrição da Escola Estadual Alberto Pereira Lima, acompanhada das evidências pertinentes a esse caso de gestão.

2.1 A OBRIGATORIEDADE DE ACESSO AO ENSINO MÉDIO NO BRASIL

A Constituição Federal, proclamada em 5 de outubro de 1988 apresenta-se como principal emblema do processo de restauração democrática no país. Após duas décadas sob regime militar, a sociedade brasileira testemunhou a inauguração de uma Constituição que consagrava a liberdade de expressão. O texto estabeleceu a intangibilidade dos direitos e liberdades fundamentais. De orientação progressista, ela assegura a equiparidade de gêneros e direitos de cunho social, tais como educação, saúde e emprego, a todos os indivíduos. Adicionalmente, o documento penaliza o preconceito racial e veda estritamente a prática de tortura (Brasil, 1988).

No contexto do direito à educação, a Constituição Federal de 1988 consagrou, de forma justa, a educação como um direito inalienável de todos os cidadãos. Embora legislações anteriores já reconhecessem esse direito, o texto constitucional além de reafirmar, o eleva a um patamar superior. A Carta Magna coloca a educação como um dos pilares fundamentais dos direitos sociais, estabelecendo, pela primeira vez em âmbito nacional, a responsabilidade do Estado em assegurar esse direito a todos (Brasil, 1988).

Tais determinações podem ser observadas no artigo 205 da Constituição Federal de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988 recurso *online*).

Além disso, a Constituição Federal de 1988 instituiu a gratuidade do ensino público nas instituições oficiais, expandindo essa gratuidade para o Ensino Médio, que anteriormente era tratado de forma excepcional, e tornando explícita a isenção de custos também no Ensino Superior (Brasil, 1988).

Em dezembro de 1996, um marco na reestruturação do sistema educacional brasileiro ocorreu com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, concebida com o propósito de garantir o direito social à educação para todos os estudantes brasileiros, estabelecendo diretrizes para o sistema de ensino do país. Para melhor compreender o impacto dessa lei ao longo do tempo, a Tabela 1 apresenta uma comparação do número de matrículas no Ensino Médio no Brasil, abrangendo o período de 1996 a 2023.

Tabela 1- Número de matrículas no Ensino Médio - Ensino Regular no Brasil - Rede particular e pública 1996 a 2023

Período	Número de matrículas
1996	5.739.077
1997	6.405.057
1998	6.968.531
1999	7.767.091
2000	8.192.948
2001	8.398.008
2002	8.710.584
2003	9.072.942
2004	9.169.357
2005	9.031.302
2006	8.906.820
2007	8.369.369
2008	8.366.100
2009	8.338.423
2010	8.358.647
2011	8.401.829
2012	8.377.942
2013	8.314.048
2014	8.301.380
2015	8.076.150
2016	8.133.040
2017	7.930.384
2018	7.709.929
2019	7.465.891
2020	7.550.753
2021	7.770.557
2022	7.866.695
2023	7.676.743

Fonte: Adaptado pela autora através de dados do INEP

Conforme a tabela 1, é possível verificar que o Ensino Médio experimentou um crescimento notável no Brasil entre 1996 e 2004. No entanto, diante desse aumento em termos quantitativos, surge uma inquietação acerca da qualidade do ensino. Afinal, expandir a oferta para caminhar em direção à universalização do acesso é um objetivo louvável, porém, é importante garantir que essa expansão não comprometa a qualidade educacional.

Diante da necessidade de atualização e aperfeiçoamento das políticas educativas nacionais, a fim de acompanhar as transformações sociais e as prioridades vigentes, a Constituição, promulgada em 1988, passou por modificações referentes à área educacional. Essas emendas foram propostas com o intuito de alinhar as orientações constitucionais às demandas em constante evolução no âmbito educacional, assegurando o pleno direito à educação de excelência para toda a população.

A Emenda Constitucional (EC) número 59, promulgada em 2009, trouxe uma redefinição do conceito de educação compulsória. Com essa emenda, o alcance das iniciativas suplementares do Ministério da Educação (MEC) foi estendido para incluir alunos com idades entre 4 e 17 anos, quando anteriormente a obrigatoriedade se restringia ao período dos 7 aos 14 anos. Essa alteração ampliou o compromisso do Estado em fornecer educação de qualidade a um número maior de jovens, abrindo portas para um acesso mais amplo e inclusivo à educação no Brasil.

A EC nº 59 introduziu modificações na Constituição Federal do Brasil para consagrar a educação como um direito fundamental e um instrumento de inclusão social. Essas alterações propuseram novos incisos para garantir que a educação seja acessível a todas as pessoas, independentemente de idade ou condição social. Além disso, reforçaram a responsabilidade do Estado em prover os recursos necessários para que os indivíduos tenham acesso a uma educação de alta qualidade. Essas mudanças estão especificamente relacionadas aos incisos I e VII do artigo 208 da Constituição Federal. Os ajustes propostos para os incisos I e VII do art. 208 da Constituição Federal são:

Art. 208.

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (NR)

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (NR) (Brasil, 2009).

O Ensino Médio, terceira e última etapa da Educação Básica, recebeu regulamentação através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9.394, em 1996. Consoante o artigo 35 da LDB, o Ensino Médio tem como escopo principal:

- I. A consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;
- II. A preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- III. O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- IV. A compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina (Brasil, 1996).

Desta forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), juntamente com suas alterações legais correspondentes, assegura o acesso universal ao Ensino Médio, inclusive na modalidade noturna, destinada a jovens e adultos. Além disso, a lei propõe uma formação humana abrangente, visando superar a dicotomia existente na estruturação do Ensino Médio. Essa abordagem busca a integração harmoniosa entre cultura e trabalho, proporcionando aos alunos uma educação unificada, que visa aprofundar seu entendimento da realidade social.

Quanto ao Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido pela Lei 13.005/2014, teve como principal propósito direcionar as metas e estratégias para aprimorar o sistema educacional do país no intervalo de 2014 a 2024 (Brasil, 2014).

O PNE funciona como um instrumento central de formulação de políticas educacionais, visando aprimorar de maneira abrangente a qualidade da educação em todas as suas etapas e formas. Ele abarca uma variedade de metas que contemplam desde a educação infantil até o ensino superior. Essas metas abordam uma ampla gama de aspectos, incluindo a valorização do corpo docente, a inclusão de indivíduos com necessidades especiais, a expansão da acessibilidade à educação e a elevação do patamar de excelência do ensino, entre outros pontos relevantes 2024 (Brasil, 2014).

2.2 O NOVO ENSINO MÉDIO: IMPLEMENTAÇÃO E CONTESTAÇÃO

Uma política pública abrange ações deliberadas e executadas para assegurar os direitos da população. Seguindo a abordagem de Condé (2012), a elaboração de uma política pública requer a identificação precisa do problema, uma análise profunda de suas causas, a concepção de soluções adequadas, sua efetivação cuidadosa e a avaliação contínua. O processo de formulação e implementação de políticas públicas envolve diversos agentes em vários níveis. Esses agentes, segundo Lotta (2012) vão desde os responsáveis pela concepção da política, muitas vezes gestores que podem estar desconectados da realidade em que a política será aplicada, até os burocratas de nível de rua, aqueles que estão em contato direto com o público que será impactado pela política. São esses atores que têm a responsabilidade de desenvolver, executar e avaliar as ações implementadas, buscando ajustá-las conforme necessário para garantir o sucesso da política. Contudo, é importante notar que esse processo carece de consenso e pode enfrentar desafios e conflitos entre os diversos envolvidos, devido a diferenças em princípios, valores, perspectivas ideológicas, bem como influências externas, limitações financeiras, lutas pelo poder e restrições de várias naturezas.

O Ensino Médio representa uma fase decisiva na educação básica, acompanhada por diversas controvérsias. Estas geralmente estão ligadas não apenas à qualidade do ensino, mas também à adoção de abordagens pedagógicas consideradas ultrapassadas. Além disso, questões relacionadas à acessibilidade e retenção dos estudantes, bem como às condições precárias de algumas instituições escolares, provocam debates. Tudo isso levanta questionamentos sobre o verdadeiro propósito do Ensino Médio na formação de cidadãos preparados para a sociedade.

O Ensino Médio passou por diversas transformações ao longo da história da educação brasileira, abrangendo não apenas sua composição, mas também a organização dos diversos níveis que compõem esse segmento educacional. A mais recente reforma do Ensino Médio foi instaurada através da Medida Provisória (MP nº 746) e posteriormente ratificada pela Lei nº 13.415 em 16/02/2017. O Novo Ensino Médio trouxe consigo mudanças significativas nesta etapa da educação, tornando essencial uma compreensão profunda do assunto. Essas alterações podem impactar o processo de ensino-aprendizagem e agravar desafios já existentes no Ensino Médio, sobretudo no que diz respeito à reprovação e a distorção idade série, temáticas abordadas no caso de gestão em questão.

A reforma estabelecida pela Lei nº13.415, promoveu alterações na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), trazendo consigo uma reestruturação abrangente. Dentre suas várias modificações, destaca-se o aumento da carga horária mínima, a obrigatoriedade de inclusão de disciplinas como educação física, língua inglesa, arte, sociologia e filosofia ao longo dos três anos de ensino, e a implementação de um novo arcabouço curricular fundamentado na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Nesse contexto, a legislação estabeleceu a formulação de habilidades e competências, submetidas à BNCC, delineando, desse modo, os conhecimentos e as aptidões que os estudantes devem adquirir (BNCC, 2017, p. 13). No entanto, Silva (2018) sustenta que a ênfase nas competências visa primordialmente à preparação dos indivíduos para o mercado de trabalho, negligenciando, assim, a promoção de uma formação crítica e consciente do cidadão.

A Lei nº13.415 também estabelece a conexão dos conteúdos curriculares com avaliações externas, que servem como meio para avaliar tanto o progresso dos estudantes quanto a eficácia do corpo docente. No que diz respeito aos alunos,

[...] seu desempenho mostraria a eficácia das proposições, ou a ausência dela. No caso desta segunda possibilidade, o controle deveria recair mais sobre os professores, que falharam por não incorporarem com exatidão as proposições (Silva, 2018, p. 12).

Além das características já mencionadas, a Lei nº 13.415 também introduziu modificações nos cursos técnicos profissionalizantes, os quais passaram a ser disponibilizados de maneira concomitante ao Ensino Médio. Outras alterações englobaram a prestação de serviços educacionais por meio de parcerias voltadas à profissão docente e aprimoramentos na formação dos professores, dentre outras mudanças relevantes.

Os desafios ligados à implementação do Novo Ensino Médio (NEM) devem ser encarados pelas secretarias, gestores e professores como uma oportunidade para apresentar aos estudantes uma abordagem educacional renovada. Essa abordagem visa proporcionar aos alunos a autonomia de escolher o percurso educacional que melhor se alinhe aos seus interesses, ao mesmo tempo, em que garantindo a entrega dos conteúdos fundamentais estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Neste novo enfoque educacional, os estudantes têm a oportunidade de aprofundar seus estudos de acordo com suas afinidades, em um formato curricular que engloba tanto as matérias fundamentais estipuladas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) quanto disciplinas voltadas para uma exploração mais profunda nas diferentes áreas do

conhecimento: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e suas Tecnologias, bem como Formação Técnica Profissional.

É essencial que toda e qualquer modificação relacionada à implementação do Novo Ensino Médio seja minuciosamente examinada e avaliada, visando assegurar o êxito integral dessa proposta. Para efetivar esse sucesso, o Movimento pela Base, uma entidade privada fundada em 2013 e ativa na formulação de políticas educacionais (Costa; Silva, 2019), desenvolveu um recurso de suporte destinado às secretarias, gestores e educadores, destinado a orientar a implementação do Novo Ensino Médio. Esse recurso se estrutura em três vertentes: Implantação, Estrutura Curricular e Capacitação.

Conforme os direcionamentos fornecidos, a efetivação bem-sucedida do Novo Ensino Médio exige a criação de Planos de Implementação que sejam coesos e robustos. Os recursos direcionados a educadores, especialistas e administradores estão disponíveis em plataformas que oferecem acesso a uma ampla gama de informações, abordando tópicos como estruturação curricular, sequenciamento de atividades, trajetórias de aprendizagem, capacitação profissional, análises aprofundadas da BNCC, entre outras áreas de interesse. O mais recente componente do material elaborado pelo Movimento pela Base, intitulado "Experiências Didáticas - Arte e Cultura", se configura como um e-book que reúne práticas pedagógicas enriquecedoras, destinadas a elevar o desempenho do corpo docente.

Entretanto, a implementação da Lei nº 13.415/2017 deu origem a uma série de manifestações e foi percebida como um mecanismo autoritário, porquanto não contou com a participação ativa de professores e associações especializadas no campo educacional. Foi posta em prática de maneira rápida e hierarquizada, sem o devido diálogo público e atropelando políticas educacionais em curso, em um processo tido como antidemocrático. Isso resultou em alterações significativas na estrutura do Ensino Médio brasileiro, desrespeitando elementos essenciais ligados à garantia do acesso à educação. Além disso, a lei desvalorizou outras etapas do ensino, influenciou a composição das avaliações para ingresso nas universidades, visto que agora essas provas devem ser construídas considerando as habilidades e competências que os estudantes devem adquirir ao final do Ensino Médio. A norma também promoveu mudanças no entendimento da formação de professores e na clareza das colaborações entre os diversos sistemas de ensino.

As sugestões de modificação suscitaram reações mobilizadoras por parte de uma variedade de atores, tanto indivíduos quanto grupos coletivos. Estes atores destacaram

diversas críticas abrangendo tópicos que incluem: o processo de formulação da política em si; a flexibilização do currículo; a proposta de formação de professores com conhecimento notório; bem como a preocupação sobre a comercialização da educação, entre outros aspectos relevantes.

Marcelino *et al.* (2020), ao analisarem a trajetória da política nacional recente, observam que a emergência de uma "nova direita" como protagonista político, alinhada aos interesses das elites empresariais, catalisou uma aliança entre forças conservadoras. Essa coalizão, impulsionada pelo objetivo de implementar uma agenda de modernização por meio de ajustes fiscais, resultou na adoção de medidas de contenção de despesas públicas, notavelmente exemplificadas pela PEC 241/2016. Essa emenda constitucional estabeleceu um congelamento dos gastos do Poder Executivo ao longo de um período de 20 anos. Adicionalmente, outras iniciativas, largamente respaldadas pelos membros do Congresso brasileiro, redundaram na deterioração das proteções trabalhistas e do sistema de previdência social, refletindo a abordagem neoliberal de minimização do papel do Estado.

No cenário das reformas políticas e sociais, ganhou destaque o movimento conhecido como "Escola sem Partido", caracterizado por sua marcante orientação conservadora. Uma das repercussões mais notáveis desse movimento foi a imposição de restrições à liberdade e autonomia tanto das instituições escolares quanto dos profissionais da educação. (Marcelino *et al.*, 2020).

Ao rotular a introdução do NEM como uma "contrarreforma", a análise de Marcelino *et al.* (2020) adota uma perspectiva crítica do currículo, alinhando-se com as ideias apresentadas por Mainardes (2006). De acordo com esses acadêmicos, o modelo em questão parece direcionado a satisfazer as aspirações das elites empresariais e das instituições que definem os padrões considerados como indicadores de qualidade. Tais padrões, que supostamente devem quantificar a eficácia da educação formal, ameaçam transformar a educação em uma simples mercadoria, minando sua função tradicional de fomentar o desenvolvimento de cidadãos conscientes e autônomos, conforme delineado na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (Marcelino *et al.*, 2020).

Quanto ao processo de concepção e implementação dessa política por meio de uma Medida Provisória, sem a inclusão de especialistas e de setores sociais relevantes para o diálogo, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED, 2016 citada por Costa; Silva, 2019) expressou críticas à abordagem unilateral e autoritária adotada. Essa abordagem negligenciou a incorporação de mecanismos de discussão coletiva e de

construção colaborativa de políticas públicas. Em 2016, o Movimento Nacional pela Defesa do Ensino Médio (MNDEM) empenhou-se em direcionar as propostas para um espaço de discussão pública:

Ao longo das onze audiências públicas que ocorreram entre outubro de 2016 e fevereiro de 2017, entremeadas pela resistência estudantil que ocupava escolas e universidades e por manifestos de várias entidades de pesquisa e político - organizativas, a medida provisória foi convertida na Lei nº 13.415/17. Nesses manifestos e atos de resistência estavam expressas preocupações que dizem respeito, sobretudo, à fragilização do direito à educação de forma equitativa entre os/as jovens brasileiros/as, a ampliação das desigualdades educacionais e escolares, o uso de recursos públicos por entidades privadas, dentre outros (Mndem, 2022).

A proposta de reforma, que se concentra na flexibilização da matriz curricular e substitui a estrutura disciplinar por itinerários formativos, tem enfrentado críticas contundentes. Essas críticas levantam preocupações sobre a possibilidade de uma redução na amplitude da educação oferecida aos estudantes, caracterizando o novo currículo como estreito e excludente. Especialmente, aponta-se para o risco de que essa abordagem, aparentemente direcionada a objetivos mercadológicos e alinhada aos interesses de grupos elitistas e entidades políticas e econômicas, tanto nacionais quanto internacionais, possa comprometer significativamente a busca por uma formação abrangente e emancipatória para os jovens.

De acordo com uma análise conduzida pela Associação Brasileira de Currículo (ABdC) - referenciada por Costa e Silva em 2019 - a concepção de estruturação dos currículos com base em itinerários formativos apresenta um viés utilitarista. Isso resulta em uma abordagem estritamente focada na preparação profissional dos jovens para sua inserção no mercado de trabalho. Contudo, tal enfoque tende a negligenciar a importante dimensão de formação para a cidadania, estabelecida como um dos propósitos fundamentais na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Analisando o processo de implementação das propostas de modificação no Ensino Médio e fundamentando-nos na análise de Mainardes (2006), no contexto da dinâmica de políticas educacionais, torna-se notório um cenário marcado por evidentes sinais de resistência e conflito entre os agentes responsáveis pela formulação das políticas e os profissionais envolvidos na sua execução cotidiana. Estes últimos, que desempenham um papel direto na aplicação das mudanças nas instituições de ensino, frequentemente se veem impactados por diretrizes que, de maneira geral, não abrangem a diversidade de contextos educativos nos quais estão inseridos. Esses embates não só resultam em desgaste para os

envolvidos, mas também lançam obstáculos significativos à efetivação plena das políticas e ao alcance dos resultados desejados.

Uma área que tem suscitado críticas por parte das instituições educacionais está relacionada à validade da qualificação profissional dos professores para lecionarem no Ensino Médio. A autorização para a atuação de "profissionais de notório saber", ainda que essa designação seja aplicável somente a um trajeto formativo específico - ou seja, a Formação Técnica e Profissional -, é percebida como um desafio aos progressos conquistados pelos docentes, pesquisadores e pela produção acadêmica no âmbito da formação de educadores ao longo de décadas de lutas pela valorização dos profissionais da educação no Brasil.

A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE) manifesta veementemente sua repulsa quanto à depreciação dos profissionais da educação, como evidenciado na Medida Provisória que propõe "a contratação de indivíduos desprovidos de formação específica para o exercício docente, sem a realização de concursos públicos fundamentados em avaliação de conhecimentos e títulos, desde que aleguem possuir conhecimento notório" (ANFOPE, 2016, conforme citado por Costa; Silva, 2019, p. 13). Tal medida também poderia facilitar a emergência de um mercado de capacitação docente conduzido por entidades privadas, introduzindo cursos de curta duração, frequentemente superficiais e destituídos do comprometimento necessário com a excelência do ensino (Marcelino *et al.*, 2020).

A análise dos tópicos abordados claramente expõe que por trás de uma reforma que ostenta uma fachada democrática, alegando impulsionar melhorias na qualidade social da educação, as modificações sugeridas para o Novo Ensino Médio revelam uma natureza intrinsecamente antidemocrática. Estas alterações não apenas representam ameaças concretas, mas também evidenciam intenções inegáveis de minar a educação pública, transformando-a em uma mercadoria passível de exploração comercial. O resultado direto dessas mudanças é a abertura de brechas que poderiam pavimentar o caminho para a privatização do sistema educacional. Nesse cenário, é crucial destacar que as propostas de modificação enfraquecem significativamente a estrutura educacional existente. Ao invés de fortalecer e expandir as bases, as rupturas introduzidas apenas contribuem para a precarização do direito fundamental à educação pública.

À luz das análises de Bourdieu e Passeron (1975), o estudo conduzido por Marcelino *et al.* (2020) demonstra de que maneira o NEM aparenta alinhar-se com os interesses das camadas privilegiadas economicamente. Esse alinhamento é traçado por meio de diversos

fatores interligados: o capital econômico, que viabiliza o acesso a bens, serviços e conhecimento; o capital social, que consiste nas redes de influência mantidas pelas famílias de cada indivíduo; e o capital cultural, representado pela educação formal, que pode validar ou impulsionar as posições sociais (conforme exposto por Bourdieu e Passeron em 2014, citados por Marcelino *et al.*, 2020). Esses fatores, em conjunto, podem aproximar ou distanciar as famílias dos requisitos da instituição escolar, determinando conseqüentemente o êxito ou fracasso na trajetória educacional de cada indivíduo. Nesse contexto, observa-se que famílias de baixa renda tendem a optar por interromper a educação formal em prol de ganhos financeiros imediatos, enquanto a classe média, ao dispor de escolha, sacrifica alguns benefícios visando investir na formação dos filhos, o que por sua vez proporciona oportunidades elevadas de ascensão social. Por outro lado, as elites, cientes de que sua posição socioeconômica lhes é favorecida, podem investir sem hesitação em uma educação de excelência, reafirmando e preservando suas posições de destaque (Marcelino *et al.*, 2020).

O Novo Ensino Médio (NEM), implementado na maioria dos estados brasileiros a partir de 2022, foi embasado em premissas inovadoras: a flexibilização dos conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a introdução de Itinerários Formativos e na formação técnica e profissional. Embora essas premissas sejam bem respaldadas, sua discussão ainda é limitada em relação àqueles que realmente vivenciam a experiência da educação pública.

A proposição relacionada à universalização da qualificação profissional era respaldada pela garantia de que estudantes que, naquele estágio, não optassem por prosseguir no ensino superior, receberiam formação profissional direcionada para uma inserção qualificada no mercado de trabalho. A promessa que visava expandir a jornada escolar a todos buscava proporcionar aos alunos mais horas dedicadas aos estudos e um maior período na escola, promovendo, assim, uma aprendizagem mais eficaz. A proposta, referente à liberdade de escolha nos trajetos educacionais de interesse, garantia aos estudantes a oportunidade de selecionar as áreas do conhecimento nas quais desejariam aprofundar-se, tudo alinhado com seus projetos de vida individuais.

Na fase de implementação do Novo Ensino Médio (NEM), surgiram desafios substanciais em muitas escolas. A diminuição das disciplinas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) está comprometendo de maneira significativa a transmissão de conhecimentos científicos essenciais para o desenvolvimento do pensamento crítico. Isso contraria não apenas as diretrizes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB),

mas também os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCN-EM) e o direito constitucional à educação, conforme garantido na Constituição de 1988.

A justificativa para a flexibilização curricular e a introdução dos itinerários formativos, aparentemente alinhada com as demandas modernas, acaba, na prática, por reduzir o tempo dedicado à formação geral dos alunos. Esse conhecimento amplo e diversificado ainda é exigido nos exames de acesso ao ensino superior. Portanto, a intenção de modernização, por ironia, pode privar os estudantes de uma formação abrangente, vital para seu sucesso acadêmico e profissional futuro.

A criação dos Itinerários Formativos, um conjunto de disciplinas inovadoras, é impulsionada por instituições e fundações de cunho privado, em parceria com os setores governamentais, visando aprimorar a qualidade da educação pública. No entanto, essa iniciativa não se limita a influenciar os campos científicos e humanistas; ela também introduz uma abordagem aparentemente voltada ao empreendedorismo e ao protagonismo juvenil. Por exemplo, em Minas Gerais, o Programa Jovem de Futuro, respaldado pelo banco Itaú, ilustra esse conceito de protagonismo. Contudo, essa estratégia também acarreta a pressão prematura sobre os alunos para escolherem antecipadamente uma área de aprofundamento do conhecimento. Todos esses elementos são fundamentados no conceito de "projeto de vida", que emerge como o cerne desse novo modelo do Ensino Médio.

Uma repercussão preocupante decorrente dessa política é a acentuação das disparidades educacionais. Enquanto as instituições de ensino privadas avançam, a rede pública enfrenta uma lacuna substancial que abrange desde a carência de infraestrutura até a capacitação dos educadores, especialmente no contexto dessas novas disciplinas em destaque. Além disso, a ausência de programas direcionados para auxiliar os jovens economicamente desfavorecidos, que precisam muitas vezes conciliar estudos com trabalho, agrava a situação. A implementação desse modelo educacional tem gerado consequências adversas, promovendo uma educação fragmentada e superficial, desvalorizando a formação profissional e impondo barreiras significativas ao acesso ao ensino superior.

Conforme analisamos anteriormente, diversos movimentos estão clamando pela revogação da presente reforma que, além de negligenciar a oferta de uma formação educacional abrangente, também não prepara efetivamente os estudantes para ingressarem no mundo profissional. Esse cenário apresenta um desafio substancial para a atual administração, a qual encontra nos Institutos Federais um exemplo de êxito no âmbito do ensino público, ainda que limitado em termos de acessibilidade.

Esse esforço de mobilização está intrinsecamente ligado à Carta Aberta pela Revogação do Ensino Médio (Lei 13.415/2017), a qual enumera de maneira detalhada dez razões fundamentais para pleitear a revogação. Cada uma dessas justificativas ostenta uma importância considerável e requer uma análise minuciosa. Entre todas as razões apresentadas, os itens três e nove emergem como evidências claras de como os jovens estão sofrendo as consequências adversas oriundas dessa reforma:

3. Induz jovens de escolas públicas a cursarem itinerários de qualificação profissional de baixa complexidade e ofertados de maneira precária em escolas sem infraestrutura. Evidência disso é o Projeto de Lei 6.494/2019, que tramita na Câmara dos Deputados e visa alterar a LDB, propondo o aproveitamento “das horas de trabalho em aprendizagem para efeitos de integralização da carga horária do Ensino Médio até o limite de 200 horas por ano”. Mais uma vez, o que se propõe é a interdição do acesso qualificado ao conhecimento científico, à arte, ao pensamento crítico e reflexivo para a imensa maioria dos/as jovens que estudam nas escolas públicas e que respondem por mais de 80% das matrículas do ensino médio no país; (...)

9- Segmentam e aprofundam as desigualdades educacionais – e, por extensão, as desigualdades sociais –, ao instituir uma diversificação curricular por meio de itinerários formativos que privam estudantes do acesso a conhecimentos básicos necessários à sua formação, conforme atestam pesquisas comparadas que analisaram sistemas de ensino de vários países (Várias entidades, 2022, recurso *online*).

Ambos os argumentos são sólidos, de maneira independente, para substanciar a urgência de uma revogação imediata na reforma do Ensino Médio. Eles enfatizam que esses jovens estarão cada vez mais distantes de serem capazes de impulsionar melhorias em suas próprias vidas e, por extensão, no curso da história de nossa nação. A necessidade de reformular o Ensino Médio é indubitável, entretanto, essa reestruturação deve permitir uma participação ativa dos protagonistas que moldam a paisagem da educação pública. Uma abordagem distinta é requerida, uma que seja formulada por aqueles que possuem uma compreensão íntima da realidade educacional no Brasil, em oposição a uma reforma concebida por indivíduos afastados dessa realidade.

Em dezembro de 2022, o MNDEM também dirigiu uma correspondência ao Grupo de Trabalho em Educação do governo eleito. Nessa carta, abordou minuciosamente a situação vigente da implementação do NEM, oferecendo dados atualizados que refletem a realidade desse processo. Dentro desse contexto, foram ressaltados os seguintes pontos:

(...) evidências oriundas de pesquisas realizadas em nove estados brasileiros. Agrupamos os resultados em seis categorias que buscam condensar os efeitos da referida reforma já nos momentos iniciais de sua implementação. São elas: trabalho docente; itinerários formativos; Formação Geral Básica; turno e ampliação da jornada escolar (tempo integral); carga horária na modalidade EaD; compreensão

das orientações e conceitos estabelecidos para o chamado Novo Ensino Médio (Mndem, 2022, p. 2).

O Novo Ensino Médio (NEM) é amplamente considerado um retrocesso no âmbito da política educacional brasileira. Ele acarreta a diminuição da autonomia das escolas, resultando na precarização do acesso ao ensino superior e na manutenção de relações desfavoráveis com o setor privado (Marcelino *et al.*, 2020). Diversas entidades educacionais, profissionais da área e movimentos comprometidos com a educação estão se mobilizando em oposição a essas imposições. Eles pretendem revitalizar a batalha pela qualidade do ensino e por uma presença significativa nas deliberações referentes aos rumos da educação nacional.

Em 16 de maio de 2023, foi formalmente apresentada à Câmara dos Deputados uma proposta visando à revogação do atual modelo do Novo Ensino Médio. Essa proposta busca substituí-lo por um paradigma distinto, notavelmente focado na promoção da Formação Geral Básica (FGB). Sob a égide da FGB, disciplinas tradicionais, como Língua Portuguesa e Matemática, ganham destaque renovado. Contudo, tal ênfase na Formação Geral Básica suscita um reequilíbrio em relação aos itinerários formativos previamente concebidos, os quais originalmente visavam proporcionar aos estudantes uma imersão mais profunda em áreas de interesse específicas.

A Proposta de Lei PL 2.601/2023 propõe modificações substanciais na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996). De acordo com essa iniciativa, destaca-se a alocação de 2.400 horas, dos 3.000 totais de atividades do Ensino Médio, para a Formação Geral Básica (FGB), cuja modalidade de oferta seria exclusivamente presencial. No escopo das matérias delineadas, englobam-se disciplinas como Língua Materna (voltada para as populações indígenas), Artes, Educação Física, Filosofia e Sociologia.

2.3 REPROVAÇÃO E DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE: DESAFIOS DO ENSINO

A educação no Brasil enfrenta uma série de desafios que vão desde a carência de recursos financeiros até as disparidades regionais e socioeconômicas. Além disso, há uma lacuna na entrega de ensino que não atinge os padrões mais elevados de qualidade. A falta de capacitação adequada para os educadores e o desalinhamento entre os currículos escolares e as demandas do mercado profissional também agravam a situação. Nesse contexto permeado por obstáculos, surge a preocupante questão da retenção escolar e da defasagem de idade-série, que exigem atenção imediata.

A reprovação escolar e a distorção idade-série possuem uma conexão intrínseca, uma vez que ambas refletem situações em que o avanço do aluno não condiz com o calendário esperado. A reprovação escolar ocorre quando um estudante não logra êxito nas exigências acadêmicas de uma etapa específica, resultando em sua não aprovação para o próximo nível. Enquanto isso, a distorção idade-série se manifesta quando o aluno está matriculado em um grau incompatível com sua faixa etária, seja por reprovações sucessivas ou por ingresso tardio no sistema educacional. Essas circunstâncias podem acarretar impactos adversos na trajetória educacional do estudante.

A reprovação escolar e a disparidade entre a idade do aluno e a série em que ele se encontra acarretam uma série de implicações negativas, tanto para o estudante quanto para o sistema educacional em sua totalidade. Alguns dos efeitos mais significativos abrangem: redução da autoestima e da confiança, uma vez que o aluno pode internalizar a sensação de inaptidão, prejudicando assim sua autoimagem e a crença em suas capacidades de aprendizado; desmotivação, onde alunos retidos ou colocados em séries inferiores à sua faixa etária tendem a perder o entusiasmo, acreditando que não têm habilidades suficientes para prosperar academicamente; impacto negativo no desempenho acadêmico, uma vez que a retenção e a disparidade idade-série podem criar pressões adicionais e aumentar os níveis de ansiedade do aluno, resultando em um desempenho inferior; aumento nas taxas de abandono escolar; encargos financeiros adicionais, visto que a repetição de um ano escolar pode acarretar custos suplementares para as famílias; por fim, o sobrecarregamento do sistema educacional, uma vez que os alunos retidos frequentemente requerem mais tempo, recursos e atenção por parte dos educadores. Portella, Bussmann e Oliveira (2017, p. 480) destacam que,

Um elevado grau de distorção idade-série pode afetar a acumulação de capital humano por parte da população, trazendo não apenas consequências para os indivíduos, como também para a sociedade como um todo, afetando o crescimento econômico de longo prazo e retardando a queda na desigualdade social. Sendo assim, do ponto de vista social, a distorção idade-série não somente reduz a velocidade com que se acumula capital humano, como também afeta o nível máximo que este pode alcançar.

Dessa forma, a reprovação escolar e a distorção idade-série podem perpetuar disparidades, amplificar os índices de abandono escolar, impactar negativamente a autoestima dos estudantes e sobrecarregar todo o sistema educacional. Adicionalmente, a priorização da promoção do aluno em detrimento do seu real aprendizado frequentemente resulta em uma abordagem superficial do processo educativo. Para contornar essa situação, é importante implementar medidas que ofereçam suporte efetivo aos alunos, desenvolvam abordagens de

ensino mais dinâmicas e identifiquem precocemente quaisquer dificuldades que possam surgir, apresentando-se como soluções diante desse desafio.

2.4 ESCOLA ESTADUAL ALBERTO PEREIRA LIMA: CARACTERÍSTICAS, ORGANIZAÇÃO E EVIDÊNCIAS DO CASO DE GESTÃO

A Escola Estadual Alberto Pereira Lima¹, está inserida na área periférica da cidade de João Monlevade. Seu Nível Socioeconômico (NSE) é médio – baixo:

No Nível Socioeconômico (NSE) médio – baixo os estudantes estão até meio desvio-padrão abaixo da média nacional do Inse. Considerando a maioria dos estudantes, a mãe/responsável e o pai/responsável têm o ensino fundamental incompleto ou completo e/ou ensino médio completo. (Qedu, 2022).

O estabelecimento oferta o Ensino Médio, 10 turmas, no turno matutino; o Ensino Fundamental II, 11 turmas, no turno vespertino e o EJA, Etapa 2 - Ensino Médio, 01 turma, no noturno. Segundo o Sistema Sysadp, utilizado pela escola, em novembro de 2022, apresentava 632 alunos matriculados.

A gestão escolar é composta por 01 diretor, licenciado em História e pós-graduado em História do Brasil e uma vice-diretora, graduada em Pedagogia. Em novembro de 2022 a escola mantinha 71 funcionários conforme mostrado pela Tabela 2.

Tabela 2 – Funcionários da Escola Estadual Alberto Pereira Lima

Função	Número de funcionários
Diretor	01
Vice- diretora	02
Secretária	01
Bibliotecárias	02
ATB's	06
ASB's	12
Especialistas	03
Professoras de apoio	10
Professores	40

¹ Código do INEP 31103349 está situada à Av. Armando Fajardo, Nº 3521, Loanda, na zona urbana, em João Monlevade - MG, CEP. - 35931-017.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Sysadp, dezembro de 2023.

Os gestores proporcionam um ambiente aberto ao diálogo. São espaços de participação democrática presentes na escola: Colegiado Escolar, Assembleia Escolar, Conselhos de Classe e Conselho de Representantes de Turmas.

O Colegiado Escolar da E.E. Alberto Pereira Lima é constituído segundo as normas definidas pela Resolução 4.188 publicada em vinte e quatro de agosto de 2019, que norteia a estrutura e o funcionamento do Colegiado Escolar.

A equipe do Colegiado Escolar é definida mediante eleição para exercer um mandato de três anos. Os integrantes, titulares e suplentes, são escolhidos pelos pares das respectivas categorias.

Art. 11 - O Colegiado Escolar é composto pelo presidente na condição de membro nato e, paritariamente, por representantes da comunidade escolar, membros titulares e suplentes, pertencentes às seguintes categorias:

I – Profissional em Exercício na Escola, constituída dos segmentos:

- a) magistério: Professor de Educação Básica e Especialista em Educação Básica;
- b) administrativo: Assistente Técnico de Educação Básica, Auxiliar de Serviços de Educação Básica, Analista de Educação Básica.

II – Comunidade Atendida pela Escola, constituída dos segmentos:

- a) estudante regularmente matriculado e frequente:
 - a.1 – em qualquer nível de ensino com idade igual ou superior a 14 anos.
 - a.2 – no ensino médio ou educação profissional, com qualquer idade.
- b) pai, mãe ou responsável por estudante regularmente matriculado e frequente na escola.
- c) entidades e grupos comunitários pertencentes à comunidade na qual a escola está inserida e que atuam na promoção, defesa e garantia dos direitos das crianças, dos adolescentes e jovens.

§3º Não havendo entidades e grupos comunitários inscritos, as vagas a eles destinadas devem ser remanejadas entre os segmentos da categoria Comunidade Atendida pela Escola. (Minas Gerais, 2019)

O Colegiado da instituição é constituído por membros titulares e seus suplentes, distribuídos conforme a tabela 3.

Tabela 3 – Colegiado Escolar da E. E. Alberto Pereira Lima - 2023

Categoria	Número	Condições
Presidente	01	Gestor escolar efetivo

Profissionais em Exercício na Escola	08	02 professores titulares efetivos 02 professores suplentes efetivos 02 auxiliares de Educação efetivos 02 auxiliares de Educação suplentes efetivos
Estudante regularmente matriculado e frequente	04	02 alunos titulares 02 alunos suplentes
Pai, mãe ou responsável por estudante regularmente matriculado e frequente na escola.	04	02 pais titulares 02 pais suplentes
*Nenhum membro de entidade comunitária.		

Fonte: Escola Estadual Alberto Pereira Lima, 2023.

As reuniões do Colegiado acontecem uma vez por mês e nesse momento são discutidos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar.

A Assembleia Escolar da instituição ocorre uma vez por ano, tradicionalmente realizada ao término do ano letivo. Durante essa reunião, são abordados tópicos essenciais, como a Prestação de Contas da Gestão Escolar, além de outros temas relevantes para toda a comunidade escolar.

As reuniões dos Conselhos de Classe na instituição acontecem ao final de cada bimestre, representando momentos em que a equipe pedagógica, professores e gestores se reúnem para avaliar as ações educacionais e desenvolver estratégias. O objetivo primordial é assegurar a efetivação do processo de ensino e aprendizagem dos estudantes.

No que diz respeito ao Conselho de Representantes de Turmas, suas reuniões ocorrem em intervalos de duas semanas. Durante esses encontros, os representantes de cada turma têm a oportunidade de abordar questões que impactam os estudantes. O objetivo principal é promover o diálogo, auxiliar os alunos na busca por uma convivência harmoniosa, e promover reflexões e ações diante de situações que afetam a dinâmica escolar.

O Projeto Político Pedagógico da instituição passou por uma revisão em 2019, com um de seus principais enfoques, direcionado à mitigação dos elevados índices de reprovação, uma questão delicada que vinha desafiando a escola. Foram elaborados projetos interativos e interdisciplinares, para tornar a escola mais dinâmica e atrativa para o aluno. (Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Alberto Pereira Lima, 2019, p.11). A realização de projetos permite que os alunos construam sua aprendizagem de forma aprazível e envolvente. Eles têm a oportunidade de experimentar novas vivências e desenvolver diferentes competências. Para Hernández (1998, p. 55):

Projeto de trabalho é o enfoque integrador da construção de conhecimento que transgrede o formato da educação tradicional de transmissão de saberes compartimentados e selecionados [...] o projeto não é uma metodologia, mas uma forma de refletir sobre a escola e sua função. Como tal, sempre será diferente em cada contexto.

O quadro 1 apresenta alguns projetos desenvolvidos em 2022.

Quadro 1- Projetos desenvolvidos na Escola Estadual Alberto Pereira Lima – 2022

Nome do projeto	Séries contempladas	Disciplinas envolvidas	Responsáveis pela execução	Objetivos do projeto	Resultados esperados	Período de realização (início e fim)
Projeto: Jovem de Futuro	Ensino Médio	Interdisciplinar	Gestores e professores.	Aulas criativas e prazerosas Maior interação professor x aluno	Atendimento ao aluno com dificuldade de aprendizagem.	Decorrer de todo ano letivo.
Sexualidade Prevenção da gravidez na adolescência	E. Fundamental e Médio	Interdisciplinar	Gestores e professores.	Informar e Proporcionar a orientação sexual dos nossos alunos.	Conscientização dos envolvidos quanto à Responsabilidade de uma vida sexual na adolescência.	1º e 2º Semestres 2022, junho a novembro
Nossa raça, nossa cara	Ensino Fundamental e Médio	Interdisciplinar	Gestores e professores.	Participação e envolvimento dos alunos.	Espera-se, que os alunos Reconheçam-se e se valorizem como parte desta nação.	Outubro e Novembro 2022.

Fonte: Escola Estadual Alberto Pereira Lima. Projeto Político Pedagógico. João Monlevade, 2019.

Os projetos mencionados no quadro 1 foram concebidos e implementados ao longo do ano letivo de 2022 na instituição, com o objetivo de posicionar o estudante como o elemento central do processo educacional. Tais iniciativas buscaram promover maior autonomia, elevar a autoestima e fortalecer o senso de pertencimento dos alunos. Consoante o gestor, os projetos foram bem recebidos pelos estudantes e pela comunidade escolar em geral, proporcionando experiências enriquecedoras e fomentando a colaboração entre alunos e professores.

Embora não seja uma abordagem recente, Silva (2011) ressalta a importância da Metodologia de Trabalho de Projeto como uma forma de aprendizagem ativa que permanece eficaz e significativa. Ele defende a necessidade de investir no trabalho por projetos desde a pré-escola até o ensino básico. A partir da abordagem de problemas que emergem da vivência das crianças, próximos à sua realidade e experiências, esse tipo de abordagem permite a integração e interconexão de diferentes disciplinas curriculares. Ao incorporar fontes, conceitos e caminhos diversos, os projetos buscam soluções para os desafios apresentados (Hayes, 2010).

De acordo com o atual gestor, o Projeto Político Pedagógico passará por uma atualização ainda em 2023, visando superar os obstáculos vividos pela instituição e propor estratégias que possam aprimorar o processo de aprendizagem dos alunos.

Após a observação dos dados relativos ao estabelecimento de ensino foi verificada a urgência em investigar informações referentes ao rendimento escolar para compreender a real situação da Escola Estadual Alberto Pereira Lima. A coleta inicial de dados foi realizada através de informações fornecidas pelos indicadores educacionais, análise de documentos, anotações e atas.

A instituição lida com índices significativos de reprovação e distorção idade-série, sobretudo no âmbito do Ensino Médio. A elevada taxa de reprovação reflete a não obtenção, por parte dos estudantes, do desempenho mínimo estabelecido como meta, o que os impede de avançar para as etapas seguintes. Paralelamente, a problemática da distorção idade-série se manifesta através da considerável proporção de alunos com um atraso escolar superior a dois anos.

A presente pesquisa buscou investigar as origens por trás dos elevados índices de reprovação no Ensino Médio da E.E. Alberto Pereira Lima, além de procurar identificar intervenções eficazes para atenuar essa situação.

O uso de indicadores educacionais pode ser um valioso aliado para obter uma análise mais fidedigna de uma escola. Os indicadores investigam os resultados da instituição e podem apontar possíveis problemas que devem ser acertados. Através dos resultados obtidos os gestores podem promover ações que visem atender as demandas exigidas.

Ao findar o ano letivo, os estudantes matriculados em escolas públicas podem ser aprovados, reprovados ou abandonar os estudos. A taxa de rendimento é composta somatório dos alunos que se encontram em cada uma destas categorias.

A taxa de rendimento, além de ser um dos componentes utilizados no cálculo do Ideb, mostra se os alunos estão permanecendo na escola e avançando nos anos escolares. O Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) é uma ação do Ministério da Educação do Brasil para estimar a qualidade do ensino nas escolas públicas e privadas do país. O Ideb é calculado a partir das notas obtidas pelos alunos no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e das taxas de aprovação escolar.

O índice é publicado a cada dois anos e é utilizado para conduzir políticas públicas, distribuição de recursos financeiros e metas para melhorias na educação.

O Ideb é uma ferramenta importante para avaliar o desempenho da educação básica no Brasil e promover melhorias no ensino. Ele serve como um indicador para que o governo, as escolas, os professores e os pais identifiquem as áreas em que as escolas precisam melhorar e desenvolvam estratégias para elevar a qualidade da educação.

A tabela 4 apresenta os dados da taxa de rendimento da Escola Estadual Alberto Pereira Lima comparados aos dados da taxa de rendimento a nível nacional, entre os anos 2015 e 2021, considerando o Ensino Médio.

Tabela 4 - Taxas de rendimento / Ensino Médio

Ano	E.E Alberto Pereira Lima Ensino Médio			Brasil Ensino Médio		
	Reprovação	Abandono	Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação
2015	30,0%	4,2%	65,8%	11,6%	6,8%	81,6%
2016	31,8%	2,2%	66,0%	12,0%	6,6%	81,5%
2017	15,5%	6,9%	77,6%	10,9%	6,0%	83,1%
2018	35,6%	1,8%	62,6%	10,6%	6,1%	83,4%
2019	20,8%	0,0%	79,2%	9,1%	4,7%	86,1%
2020	0,0%	3,0%	97,0%	2,7 %	2,3%	95,0%
2021	sem dados	sem dados	sem dados	4,2%	5,0%	90,8%

Fonte: Elaborado pela autora Qedu, março de 2023

Com base nos dados da Tabela 4, durante o período de 2015 a 2019, a Escola Estadual Alberto Pereira Lima registrou uma taxa de reprovação no Ensino Médio superior à média nacional brasileira.

Em março de 2020 a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a pandemia da Covid-19.² Visando não agravar ainda mais os prejuízos sofridos pelos estudantes na crise pandêmica e buscando evitar o abandono e o potencial aumento da evasão escolar, houve uma maior flexibilidade na correção das atividades avaliativas disponibilizadas durante as aulas não presenciais. Sendo assim, como apontado na tabela 4, em 2020 ocorreu uma melhoria nas taxas de aprovação e reprovação dos alunos da E.E. Alberto Pereira Lima.

No entanto, o retorno às aulas presenciais trouxe novamente à tona os desafios relacionados aos altos índices de reprovação no Ensino Médio. A análise dos dados de desempenho da Escola Estadual Alberto Pereira Lima, referentes ao ano de 2022, conforme apresentados na Tabela 5, evidencia essa questão.

Tabela 5 – Rendimento dos alunos – Ensino Médio /2022 – E. E. A.P. L

Série	Número de alunos matriculados	Aprovados	Reprovados	Abandonaram	Transferidos
1º	119	78	25	15	01
2º	111	80	28	00	03
3º	65	46	16	00	03

Fonte: Escola Estadual Alberto Pereira Lima, 2023.

A análise da Tabela 5 evidencia a urgência em desenvolver estratégias que não apenas aprimorem a qualidade do ensino, mas também estimulem o engajamento dos alunos. Este aspecto ganha ainda mais relevância com a retomada das aulas presenciais e a reintrodução dos métodos avaliativos utilizados antes da pandemia. Nesse contexto, é imperativo adotar

² A doença foi descoberta em Wuhan, China, no final de 2019 e rapidamente se espalhou para o resto do mundo. Causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, a Covid-19 é transmitida por meio de gotículas respiratórias quando uma pessoa infectada tosse, espirra ou fala. Para combater a disseminação da doença, foram implementadas medidas como o distanciamento social, o uso de máscaras faciais e a vacinação em massa. Que teve um impacto significativo na saúde pública em todo o mundo, com milhões de casos e mortes relatados em vários países. Além disso, a pandemia gerou grandes modificações na economia global, no emprego, na educação e na vida social das pessoas em todo o mundo.

abordagens que não apenas promovam a aprendizagem efetiva, mas também incentivem a participação ativa dos estudantes no processo educacional.

O educador e físico Ribeiro (1936-1995), no início dos anos de 1990, esclareceu que a reprovação escolar era um grave problema no sistema educacional brasileiro. Ele elaborou a sentença “pedagogia da repetência” para expor como a reprovação é vista como um hábito frequente e conveniente no ensino Brasil.

De acordo com Ribeiro (1991) muitos docentes utilizam a reprovação como um genuíno método de ensino. Tais educadores defendem que a repetência contribui com o aprendizado do aluno, já que ele irá rever os conteúdos não assimilados. Segundo Rebelo (2009, p.43) a maioria das pesquisas classifica a reprovação como medida “ineficaz, do ponto de vista pedagógico, e até mesmo prejudicial ao desenvolvimento global dos alunos”.

Alunos reprovados ou que abandonam a escola em determinado ano letivo contribuem para a elevação na taxa do indicador de distorção idade-série. Neste cenário, os alunos dão continuidade aos estudos, mas com discrepância em relação à idade considerada apropriada para cada ano de estudo, conforme o que recomenda a legislação educacional do Brasil.

A tabela 6 mostra o contraste na distorção idade-série da Escola Estadual Alberto Pereira Lima e o Brasil entre os anos 2015 e 2021, em relação ao Ensino Médio.

Tabela 6 - Evolução da distorção idade-série / Ensino Médio

Ano	E.E Alberto Pereira Lima Ensino Médio	Brasil Ensino Médio
2015	35,3%	27,0%
2016	34,8%	28,0%
2017	34,1%	28,2%
2018	31,2%	28,2%
2019	23,7%	26,2%
2020	28,5%	28,2%
2021	20,8%	25,3%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Qedu, 2023

Com base na análise da Tabela 6, é evidente que em determinados anos, a taxa de distorção idade-série na escola ultrapassou a média nacional, enquanto em outros anos ficou aquém dessa média. Essa variação sugere que a escola enfrentou tanto desafios quanto avanços em comparação com a média do país ao longo do período considerado. Esses dados destacam a importância de adotar políticas e práticas educacionais voltadas para a redução da

distorção idade-série, visando assegurar uma trajetória escolar mais apropriada e eficiente para os estudantes.

A tabela 7 informa a trajetória da distorção idade-série da Escola Estadual Alberto Pereira Lima nas séries do Ensino Médio, entre os anos 2015 e 2021.

Tabela 7 - Trajetória da distorção idade-série - E.E Alberto Pereira Lima Ensino Médio

Ano	1º ano	2º ano	3º ano
2015	37,9%	33,9%	30%
2016	44,6%	31,6%	17,5%
2017	42,9%	28,7%	21,6%
2018	39,7%	25,9%	21,4%
2019	31,9%	23,9%	11,9%
2020	38,2%	25%	13,3%
2021	21,7%	22%	17,6%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do Qedu, 2023.

A partir da Tabela 7, é possível inferir que ao longo dos anos de 2015 a 2021, a Escola Estadual Alberto Pereira Lima experimentou flutuações na taxa de distorção idade-série em diferentes níveis do Ensino Médio. Verifica-se que a taxa de distorção idade-série apresentou variações significativas entre o 1º, 2º e 3º ano durante o período analisado. Por exemplo, em 2016, observou-se uma disparidade substancial na taxa de distorção entre o 1º ano (44,6%) e o 3º ano (17,5%), evidenciando desafios particulares em séries específicas. Em contraste, em 2019, a taxa de distorção idade-série registrou uma diminuição considerável em todas as séries, sinalizando uma melhoria global na trajetória dos alunos. Os dados mencionados destacam a necessidade de examinar a discrepância da idade-série em cada série de forma individual, com o objetivo de identificar oportunidades de intervenção e aprimoramentos no sistema educacional da instituição escolar.

Segundo o Qedu (2023), em relação à distorção idade-série, percentuais acima de 15% apontam a necessidade de um olhar mais criterioso e acima de 30% indicam a urgência em buscar soluções que reduzam o problema. Sendo assim, nota-se que a gestão da E. E. Alberto Pereira Lima, os profissionais que nela atuam e os demais atores da comunidade escolar precisam desenvolver estratégias para mudar tal situação.

Em fevereiro de 2022 a E. E. Alberto Pereira Lima apresentava 706 alunos, no decorrer do ano letivo em questão um número preocupante de estudantes deixou de frequentar

a escola. Em abril, uma turma do 3º ano do Ensino Médio foi fundida, acarretando redução do quadro de funcionários.

A equipe gestora promoveu a busca ativa desses estudantes na tentativa de reinseri-los na escola. Contudo, conforme o trecho da ata do Conselho de Classe (2022), “a equipe pedagógica entrou em contato com os responsáveis dos alunos infrequentes de forma insistente, via ligações telefônicas e cartas enviadas pelos Correios. Até o momento não se obteve sucesso”. (Escola Estadual Alberto Pereira Lima. Ata do Conselho de Classe realizada no dia 18 de maio de 2022).

Após análise das atas das reuniões do Colegiado, realizadas durante o ano de 2022, foi verificado que questões relacionadas ao abandono e evasão escolar não foram discutidas durante os encontros. Nesse contexto torna-se imprescindível tratar tais assuntos com maior empenho e explorar alternativas para modificar esse quadro.

Segundo o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Alberto Pereira Lima, 2019, PPP (2019, p. 10), a maioria dos alunos não possui um acompanhamento sistemático da família com relação à rotina escolar, as atas referentes às reuniões de pais mostram o baixo número de participantes, o que impacta no processo de ensino-aprendizagem.

O quadro 2 apresenta o número de responsáveis que participaram de reuniões realizadas pela instituição escolar.

Quadro 2 - Número de responsáveis que participaram de reuniões realizadas pela instituição escolar.

Data	Pauta	Local	Nº de alunos matriculados	Nº de responsáveis que participaram da reunião
25/11/2020	Vídeo de acolhimento; Informações a respeito do período pandêmico; Solicitação para que os responsáveis cobrassem dos filhos a realização das atividades do plano de ensino tutorado.	Via google meet – 18:00	726	13
24/11/2021	Informações sobre o retorno das aulas presenciais; Orientações a respeito da importância da entrega das atividades do plano de ensino	Pátio da escola – 19 horas	706	42

	tutorado.			
16/11/2022	Apresentação do plano de atendimento – 2023; Entrega de boletins.	Pátio da escola – 19 horas	672	124
15/02/2023	Mensagem de acolhimento Apresentação da equipe; Entrega da circular contendo as normas da instituição.	Pátio da escola – 19 horas	690	61

Fonte: Escola Estadual Alberto Pereira Lima, 2023.

Conforme o quadro 2, percebemos uma flutuação nos números de pais que participam das reuniões ao longo de diferentes períodos. Essa variação pode ter sido influenciada por uma série de fatores, incluindo o calendário escolar, eventos especiais ou até mesmo mudanças na dinâmica familiar. No entanto, mesmo levando em conta esses aspectos, quando comparada ao número total de alunos matriculados, a presença dos responsáveis nas reuniões ainda é mínima. Portanto, é importante que a escola implemente iniciativas destinadas a estimular a participação dos pais, uma medida que pode contribuir significativamente para o sucesso acadêmico e pessoal dos alunos.

O envolvimento da família nas experiências escolares pode funcionar como um fator motivador e contribuir para que o aluno desenvolva diferentes habilidades. Segundo López (2002, p. 82) é impossível desenvolver estratégias que alcancem os objetivos desejados sem que ocorra a união entre família e escola. “A eficácia da educação escolar depende do grau de implicação, enfim, do grau de participação dos pais”.

Ciente da importância da educação, a proposta de minha pesquisa é investigar as causas para os altos índices de reprovação no Ensino Médio da Escola Estadual Alberto Pereira Lima e buscar uma proposta de intervenção para amenizar este panorama. Acredito que a escola tem grande relevância no crescimento individual e social do ser humano, sendo assim é fundamental criar condições para garantir a permanência dos alunos no ambiente escolar.

3 ANALISANDO OS FATORES QUE ACARRETAM OS ALTOS ÍNDICES DE REPROVAÇÃO E DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE ESCOLA ESTADUAL ALBERTO PEREIRA LIMA

Nesse capítulo foi realizada uma análise do caso de gestão discutido no capítulo anterior, focando nos possíveis motivos que levam ao elevado índice de reprovação e distorção idade-série no Ensino Médio da escola em estudo. Neste capítulo, é feito um estudo teórico mais aprofundado em relação aos desafios associados à reprovação e à distorção idade-série no contexto do Ensino Médio. Essa verificação desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento dos instrumentos de pesquisa utilizados, os quais consistiram em roteiros para entrevistas e a realização de grupos focais.

Este capítulo está organizado em duas seções, sendo a primeira subdividida em quatro subseções, examina os referenciais teóricos utilizados para a estruturação da investigação e análise do caso de gestão. São utilizados conceitos de autores relevantes no campo, explorando o tema da reprovação e distorção idade-série. Ademais, a seção aborda a importância dos gestores, professores, famílias e do ambiente escolar na redução da taxa de reprovação dos estudantes.

É fundamental ressaltar a importância da pesquisa bibliográfica como um estágio importante para a análise e discussão entre as referências e o objeto de estudo. O levantamento de um referencial teórico desempenha um papel fundamental no processo de pesquisa, fornecendo uma base sólida para a análise das informações coletadas.

O referencial teórico não apenas permite a compreensão do contexto teórico que circunda o problema de pesquisa, mas também permite a contextualização das descobertas à luz de estudos e pesquisas anteriores (Lakatos; Marconi, 2003).

De acordo com Marion, Dias e Traldi (2002, p. 38), o referencial teórico deve abranger as perspectivas mais recentes relacionadas ao tema escolhido, mesmo que essas teorias não estejam diretamente alinhadas com as escolhas do pesquisador.

A segunda seção concentra-se na descrição da metodologia aplicada durante a pesquisa de campo, destinada a investigar o problema junto à comunidade escolar. Nessa parte, são delineadas as opções metodológicas adotadas pela pesquisadora e detalhes sobre a execução da pesquisa, incluindo os participantes e os instrumentos selecionados para a coleta de dados.

3.1 A REPROVAÇÃO SOB DIFERENTES PERCEPÇÕES

No contexto educacional, a questão da reprovação é um grande desafio enfrentado pela comunidade escolar. No Ensino Médio, essa preocupação é ainda mais acentuada, pois

essa fase representa uma etapa crítica na formação dos alunos. O Ensino Médio desempenha diversas funções importantes, como consolidar os conhecimentos e habilidades essenciais dos estudantes, prepará-los para ingressar no ensino superior ou no mercado de trabalho e moldar cidadãos capazes de se envolver ativamente na sociedade.

Ao analisar os obstáculos enfrentados pelo Ensino Médio, Torres *et al.* (2013) afirmam que esses desafios podem ser compreendidos por meio de três abordagens interligadas. Os desafios surgem da expansão significativa do Ensino Médio, especialmente após a década de 1990. Embora seja encorajador, é crucial reconhecer que o aumento do acesso não foi acompanhado por condições que garantissem a permanência e o aprendizado dos alunos. Além disso, os desafios também decorrem das políticas educacionais para esse nível de ensino, que muitas vezes são fragmentadas, instáveis e conflitantes entre si. Outro ponto importante é o distanciamento progressivo entre a escola e a cultura e socialização dos jovens, que passaram por transformações significativas nas últimas décadas (Torres *et al.*, 2013). Devemos considerar também uma série de fatores relacionados às condições de trabalho e à formação dos professores, bem como a escassez de docentes para o Ensino Médio, especialmente nas áreas de matemática, física e química. Essa situação resulta em um ensino interrompido em seu desenvolvimento e inconsistente no que diz respeito às experiências de aprendizagem, o que conseqüentemente gera desinteresse, repetência e evasão dos alunos.

A taxa de reprovação é um indicador que ajuda a refletir a eficácia das instituições de ensino. Embora os altos índices de reprovação escolar possam ser atribuídos a fatores externos, como a necessidade de trabalhar ou problemas familiares, também podem estar relacionados à ineficácia pedagógica da escola em promover o bem-estar e o aprendizado dos alunos.

De acordo com uma entrevista concedida à Revista Escola Pública em 2015, na pesquisa de Guerreiro (2015), as professoras Tavares e Jacomini abordaram os impactos negativos da reprovação escolar. A professora Tavares, do Núcleo de Política Educacional da Universidade Federal do Paraná (UFPR), enfatizou: "os alunos reprovados geralmente enfrentam repetição em múltiplas ocasiões. Embora alguns possam retornar ao sistema após abandoná-lo, isso não indica necessariamente um sucesso ampliado, já que a reprovação não tem resultado em um desempenho positivo posterior." Jacomini (2004), do Departamento de Educação da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), destacou que o problema da reprovação não é exclusivo do Ensino Médio. A alta taxa de reprovação é frequentemente atribuída às deficiências de aprendizagem dos alunos que vêm do ensino fundamental, pois

muitos deles não possuem domínio dos conteúdos e habilidades necessárias para avançar para níveis mais complexos no Ensino Médio.

Além disso, a reprovação está diretamente associada à evasão escolar e ao atraso na progressão dos alunos. Vários estudos indicam que a evasão no ensino médio geralmente ocorre quando os alunos recebem resultados parciais que indicam uma possível reprovação iminente. Conforme destacado por Krawczyky (*apud* Guerreiro, 2015, s.p.), "um dos principais motivos da evasão é a falta de motivação para permanecer na escola, aliada ao desejo de trabalhar e ter independência financeira".

Portanto, é fundamental que professores, gestores e alunos colaborem de forma conjunta na análise dos resultados escolares, identificando e implementando estratégias que possam aprimorar o desempenho dos alunos e promover avanços significativos em seu processo de aprendizagem.

O aluno deve ser o centro das atenções. Por conseguinte, é essencial que gestores, familiares e professores trabalhem em equipe, garantindo a efetiva implementação das medidas planejadas dentro da sala de aula. Para o aluno, a avaliação deve servir como um instrumento que concretize o seu envolvimento no processo de aprendizagem, refletindo não apenas o progresso já alcançado, mas também delineando o percurso a ser percorrido ao longo de sua trajetória educacional.

Para Ludke e Mediano (1992):

Agindo a partir de um referencial não seletivo, a repetência deixará de existir: o aluno poderá ser lento neste processo, mas o processo de construção de conhecimento é cumulativo e, em situações comuns, não é retroativo; nunca o aluno terá que voltar para trás, sempre terá ganho e terá possibilidade de prosseguir no processo (Ludke; Mediano, 1992, p. 123).

Por esse motivo, a inclusão dos métodos de avaliação como parte integral do cotidiano escolar é de extrema importância. Dentro desse cenário, a gestão da escola desempenha um papel fundamental ao fomentar a participação ativa dos pais, alunos e professores. Por conseguinte, tem-se ressaltado a relevância da gestão como um fator essencial para o aprimoramento do sistema educacional. Em conjunto, a qualidade e dedicação dos professores complementam o quadro, contribuindo para a criação de um ambiente propício ao aprendizado, geralmente reconhecido como um contexto escolar favorável.

Os resultados obtidos pelos alunos requerem uma análise colaborativa para identificar tanto os pontos positivos quanto as áreas que necessitam de aprimoramento. Nesse contexto, é

essencial que o gestor promova um clima escolar propício à parceria e promova uma cultura de avaliação integrada à rotina escolar.

Garantir a excelência do ensino envolve uma compreensão abrangente e inclusiva do contexto familiar e social dos alunos no ambiente educacional. Isso permite que os estudantes se envolvam ativamente no acompanhamento de seus próprios resultados, assumindo o papel de protagonistas no desenvolvimento do seu conhecimento.

3.1.1 Abordagens sobre a reprovação

No segundo capítulo, foram destacados os elevados índices de reprovação e distorção idade-série, tanto em âmbito nacional quanto na Escola Estadual Alberto Pereira Lima. Os dados levantados revelam que essa situação representa um desafio significativo para a instituição. Esse desafio afeta todas as partes envolvidas nessa etapa de ensino, incluindo o Ministério da Educação, as secretarias estaduais e regionais, as escolas, os professores, os especialistas em educação, os alunos e seus responsáveis - ou seja, toda a comunidade escolar. Todos os participantes estão imersos no contexto da pedagogia da repetência (Ribeiro, 1991), na qual a reprovação é muitas vezes considerada natural nos discursos cotidianos escolares. A Escola Estadual Alberto Pereira Lima será o foco de uma análise mais detalhada, visando identificar as causas dos altos índices de reprovação e distorção idade-série no Ensino Médio, e propor medidas para reduzir esses níveis e atenuar os efeitos gerados por tais fenômenos.

Torres (2004, p. 34) destaca que a reprovação é, frequentemente, a resposta interna do sistema educacional diante da não aprendizagem ou da baixa qualidade dessa aprendizagem. Essa tendência de transferir a responsabilidade da reprovação para a incapacidade do aluno acaba por eximir o sistema de ensino de sua parcela de contribuição. Como resultado, muitas vezes, o sistema falha em implementar estratégias de ensino que beneficiem a todos de maneira justa e eficaz.

Em vez disso, é fundamental que as escolas e as redes de ensino se comprometam com uma vigilância contínua do processo de ensino-aprendizagem, priorizando o sucesso do aluno por meio de iniciativas que visem recuperar a aprendizagem e promover o avanço nos estudos. Isso implica fortalecer o papel do professor em sala de aula e promover atividades de suporte pedagógico para melhorar o desempenho dos alunos e impulsionar seu progresso acadêmico.

Ademais, o acesso à educação deve ser uma condição primordial nesse processo. No entanto, a universalização do ensino representa um desafio complexo que requer atenção especial. Nesse contexto, as contribuições de Goulart *et al.* (2006) oferecem concepções valiosas sobre essa temática:

É inegável que o Brasil conquistou avanços importantes na área educacional nos últimos anos. Alunos evadidos voltaram a frequentar a escola, o acesso ao ensino fundamental é quase universal, mais recursos foram destinados com o advento do Fundef. Foram conquistas inéditas, porém insuficientes, uma vez que não basta frequentar a escola, é preciso alcançar os níveis de escolaridade básica e, obviamente, atingir níveis de aprendizagem adequados aos anos de estudo acumulados pelos jovens brasileiros. É o que garante, no longo prazo, a universalização do ensino médio (Goulart *et al.*, 2006, p. 01).

As barreiras para alcançar a universalização do Ensino Médio têm suas raízes no Ensino Fundamental, que registrou avanços significativos no acesso, aproximando-se da universalização nessa fase educacional. Contudo, ainda enfrenta altas taxas de reprovação, o que, por sua vez, desmotiva os alunos retidos, aumentando substancialmente as chances de evasão, tanto antes de ingressar no Ensino Médio quanto antes de concluí-lo. Como observam Glória e Mafra (2004):

Embora as crianças tenham acesso à escola, os processos seletivos no seu interior têm dificultado a trajetória regular dos alunos e ampliado o número de repetências, recuperações e evasões. No Brasil, tais dificuldades têm gerado o fenômeno da defasagem série/idade, sobretudo no ensino fundamental, o que, por sua vez, reduz as possibilidades de maior democratização do sistema escolar também nos níveis de ensino médio e superior. As desigualdades educacionais são, assim, bastante ampliadas, no sistema de ensino como um todo (Glória; Mafra, 2004, p. 233).

A qualidade do ensino no Brasil representa mais um impasse relevante, evidenciado pelos preocupantes índices de proficiência revelados nas avaliações do sistema educacional. Mesmo com a expansão do acesso à educação, esse crescimento não tem sido capaz de atender adequadamente às demandas da maior parcela da população. A esse respeito, Castro (2012) destaca que:

[...] ao testar hipóteses sobre os efeitos da origem social nas possibilidades de alcance educacional, conclui que a transmissão das desigualdades seria mediada pela influência das origens sociais nas possibilidades de alcance educacional. Mesmo diante da visível expansão, o baixo rendimento interno do sistema escolar ainda dificultaria o acesso da maior parte da população, revelando-se um sistema marcado por alto grau de seletividade social. (Castro, 2012, p. 78)

A seletividade escolar é considerada um dos obstáculos à expansão e, especialmente, ao aprimoramento da proficiência dos alunos, conforme indicado por Castro (2012). A influência do ambiente social do aluno em seu desempenho é destacada pela autora, que enfatiza a importância do contexto familiar. Castro define o termo 'background familiar' como:

O *background* é composto por características socioeconômicas mensuráveis, as quais proporcionam aos indivíduos um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, além de referir-se a elementos presentes no conjunto familiar, que se ajustam aos indivíduos a fim de produzir melhores resultados. (Castro, 2012, p. 80).

A permanência e o desempenho dos alunos na escola são influenciados por suas características socioeconômicas. Segundo as observações de Castro (2012), mesmo em meio a um visível crescimento no acesso à educação, as disparidades persistem devido à persistente influência das origens sociais, que desempenham um papel crucial na determinação da proficiência e das oportunidades educacionais alcançadas. A autora enfatiza a relevância da origem social não apenas nos fluxos de transição do Ensino Fundamental para o Médio, mas também ao longo do Ensino Médio.

Ao estimarem fluxos escolares do ensino fundamental para o médio e os fluxos ao longo do ensino médio, observando variáveis associadas às características do aluno e sua família, do mercado de trabalho e das condições de oferta escolar, evidenciam em seus resultados a relevância do *background* familiar para a aprovação no ensino fundamental e médio, bem como na probabilidade do indivíduo progredir ao longo do ciclo escolar. A qualidade da educação revela-se como um importante fator associado a maiores chances de aprovação e continuidade dos estudos (Castro, 2012, p. 78).

De acordo com Castro (2012), diversos fatores, incluindo as características do aluno e de sua família, exercem influência significativa sobre o desempenho acadêmico do aluno. O nível de proficiência está intimamente relacionado a variáveis como a educação da mãe, etnia, atraso escolar, histórico de reprovações, disponibilidade de material de leitura, presença de recursos tecnológicos em casa e até mesmo a ocupação dos responsáveis fora do lar (Castro, 2012, p. 78). Para uma compreensão abrangente dos fatores que contribuem para a taxa de reprovação, as instituições educacionais devem considerar não apenas o rendimento acadêmico, mas também o contexto familiar, o suporte extraescolar recebido e a idade em que o aluno ingressa no sistema educacional. A importância crucial da pré-escola também se destaca nesse contexto. Além disso, a carga horária semanal das aulas representa um fator

crítico a ser considerado. Ao se atentarem para esses elementos que afetam a aprendizagem e promovem taxas elevadas de reprovação, as instituições de ensino podem implementar uma avaliação processual eficaz, que desempenha um papel fundamental na busca por estratégias que melhorem a proficiência dos alunos.

A defasagem na aprendizagem quando os alunos chegam aos anos finais do Ensino Fundamental geram índices altos de reprovação e essa realidade é ainda mais crítica no Ensino Médio. Ribeiro (1991) aponta que existe uma pedagogia da repetência instalada na educação brasileira:

Parece que a prática da repetência está contida na pedagogia do sistema como um todo. É como se fizesse parte integral da pedagogia, aceita por todos os agentes do processo de forma *natural*. A persistência desta prática e da proporção desta taxa nos induz a pensar numa verdadeira metodologia pedagógica que subsiste no sistema, apesar de todos os esforços no sentido de universalizar a educação básica no Brasil. (Ribeiro, 1991, p. 12).

A prática de reprovação, frequentemente defendida como um meio de reforçar o mérito do aluno, especialmente em avaliações quantitativas, não se traduz necessariamente em um melhor desempenho no ano seguinte. Segundo Klein (2006, p. 156), é notável uma correlação entre o declínio do desempenho acadêmico e o aumento no número de repetições. Essa constatação enfatiza que, ao contrário das suposições do sistema educacional, a repetência não é benéfica, e acarreta prejuízos. Além disso, esse efeito prejudicial persiste mesmo quando levamos em consideração o nível socioeconômico.

Esta realidade enfatiza a necessidade de os sistemas de ensino desenvolverem mecanismos que reduzam a taxa de repetência, enfocando em uma avaliação contínua para identificar eventuais deficiências de aprendizado ao longo do ano letivo. O objetivo deve ser implementar métodos de recuperação ao longo do processo avaliativo, buscando uma abordagem de ensino-aprendizagem mais qualitativa, ao invés de protelar intervenções para o final do ano. O uso de avaliações quantitativas com o propósito de retenção ou promoção dos alunos acaba por atribuir a responsabilidade exclusivamente ao estudante pelo insucesso.

Em qualquer sistema educacional, é crucial evitar a reprovação. No entanto, é igualmente vital que o aluno adquira as competências necessárias para progredir para a série seguinte, demonstrando proficiência suficiente para continuar os estudos.

Para Fernando Tavares Júnior (2020), a valorização da educação persiste em amplas camadas da sociedade brasileira, mesmo em cenários desfavoráveis. Ela é vista como uma oportunidade para reduzir as disparidades, promover mobilidade social e democratizar o

acesso a diversas esferas da vida em sociedade. No entanto, é raro alcançar o final do Ensino Médio sem enfrentar reprovações ou retenções. Aqueles que conseguem esse feito estão mais propensos a prosseguir com seus estudos. Por outro lado, a segregação, a reprovação, o fracasso e outras experiências negativas afetam profundamente parcelas inteiras das gerações mais jovens, causando traumas precoces. Em contrapartida, a aprendizagem contínua e o progresso em trajetórias educacionais ininterruptas criam expectativas positivas de confiança e integração institucional.

A promoção dentro da sequência normal de idade/série deve ser um objetivo primordial dos sistemas de ensino, o que resultará em benefícios sociais e econômicos tanto para os responsáveis pelo sistema quanto para o aluno, que poderá prosseguir com seus estudos ou ingressar no mercado de trabalho sem perda de tempo. De acordo com Barros (2017, p. 12), estudos conduzidos ao nível internacional revelaram uma correlação significativa entre a ocorrência de reprovação escolar e o abandono dos estudos. Essa relação desestabilizadora interfere diretamente no percurso acadêmico dos estudantes, ao mesmo tempo, em que acarreta um substancial encargo financeiro e oferece resultados questionáveis.

Os sistemas educacionais têm proposto alternativas para combater os índices de reprovação, como a adoção da progressão continuada e da progressão parcial. Quando implementadas de forma eficiente, ambas as abordagens podem gerar resultados positivos. No entanto, se mal administradas, podem ter efeitos devastadores. A progressão continuada, frequentemente confundida com uma simples promoção automática, pode prejudicar significativamente o processo de ensino-aprendizagem. Por outro lado, a aplicação da progressão parcial, em muitos casos, se limita a reduzir as taxas de reprovação, negligenciando o progresso de aprendizagem do aluno no ano seguinte, o que, por sua vez, aumenta as chances de reprovação na série atual.

Portanto, é essencial que os sistemas educacionais invistam mais recursos e esforços no planejamento e preparação das escolas e dos profissionais da educação para implementar essas abordagens. Nesse contexto, Paro (2001) destaca como os alunos reprovados são tratados no ano seguinte:

[...] os que são reprovados devem repetir o mesmo processo no ano seguinte, em geral, com o mesmo professor (ou professores) e com a utilização dos mesmos recursos e métodos do ano anterior. Para os reprovados, o absurdo da situação não é apenas que se espera todo um ano para se verificar que o processo não deu certo (o que já não é de pouca gravidade); o absurdo consiste também em que nada se faz para identificare corrigir o que andou errado. Não se trata propriamente de uma avaliação, mas de uma condenação do aluno, como se só ele fosse culpado pelo fracasso. Como se o processo não fizesse parte do aluno, o

professor (ou professores) e todas as condições em que se dá o ensino na escola (Paro, 2001, p. 41-42).

As declarações do autor supracitado destacam de maneira contundente como os efeitos adversos da reprovação escolar podem ser profundamente desestabilizadores para os alunos. Esses efeitos são capazes de gerar um sentimento de culpa e responsabilidade exclusiva pelo fracasso, o que por sua vez leva à desmotivação e à crença de que não possuem capacidade para progredir. A ausência de estratégias inovadoras para ajudar os alunos a melhorar seu desempenho no ano subsequente agrava ainda mais esse ciclo de desesperança.

Assim, é inegável que os impactos da reprovação não se limitam apenas a um período específico, mas têm o potencial de causar danos irreversíveis, aumentando a probabilidade de novos insucessos acadêmicos ou, em casos extremos, levando o aluno a abandonar completamente os estudos.

3.1.2 O papel do gestor

A importância do perfil do gestor e do seu estilo de gestão se destaca como um dos principais fatores determinantes para o sucesso de uma instituição de ensino. O gestor desempenha o papel central nas tomadas de decisão, atuando como um elo vital entre os colaboradores e os contextos internos e externos da organização escolar. Sobre ele recai a responsabilidade preponderante da estruturação institucional e de suas implicações.

Coelho e Linhares (2008) afirmam que, nas escolas com eficácia comprovada, os gestores desempenham tanto o papel de líderes pedagógicos quanto o de líderes nas relações humanas. Segundo as autoras, a liderança engloba uma série de processos, tais como o planejamento, a organização, a coordenação e o monitoramento.

De acordo com Mortimore (1991), uma instituição de ensino é considerada eficaz quando consegue impulsionar o progresso de seus alunos para além das expectativas, levando em consideração não apenas seu nível socioeconômico, mas também seu ponto de partida em termos de desempenho. A carga de responsabilidades imposta sobre os gestores educacionais é notavelmente substancial, englobando tanto o desenvolvimento de estratégias pedagógicas quanto a gestão administrativa. A fim de assegurar o cumprimento eficaz de todas essas demandas, é de suma importância que os gestores possuam a habilidade de distribuir tarefas de forma eficiente, ao mesmo tempo, em que supervisionam o desempenho de cada indivíduo envolvido. Incluir todos os atores na avaliação dos resultados internos e externos da

instituição educacional não apenas alivia a pressão sobre o gestor, mas também promove um senso de corresponsabilidade e participação entre todos os envolvidos.

Polon (2009) observa que existe uma diversidade de estilos de liderança e identifica três tipos de gestores. No caso da Liderança Organizacional, o gestor está mais relacionado com as questões administrativas e burocráticas. Por outro lado, a Liderança Relacional concentra-se no bem-estar dos professores e alunos, prestando atenção às famílias e mantendo uma presença constante na recepção da escola para receber todos que chegam. A Liderança Pedagógica, por sua vez, é caracterizada por um gestor que se envolve ativamente nas discussões curriculares e se dedica às questões pedagógicas. Conforme a autora, a qualidade de um líder não pode ser caracterizada por uma postura centralizadora e burocrática. Em vez disso, é fundamental que o gestor se envolva ativamente nas questões do currículo e no processo de aprendizagem, buscando alcançar resultados mais positivos.

A questão da reprovação interna é frequentemente observada em instituições de ensino que carecem de um sistema efetivo de monitoramento de desempenho e de um ambiente propício à análise conjunta entre os diversos participantes da comunidade escolar. Para enfrentar esse desafio, é preciso que as escolas adotem práticas pedagógicas inovadoras, invistam na capacitação contínua de seus professores e incentivem a participação ativa da comunidade. Além disso, é essencial que as escolas promovam um ambiente aberto ao diálogo e à compreensão das necessidades de seu público, que muitas vezes provém de camadas populares da sociedade.

Conforme apontado por Alarcão (2001, p.26), uma escola reflexiva não apenas reflete sobre o presente, mas também se projeta no futuro. Tal instituição educacional seria caracterizada pela sua abertura à comunidade, envolvendo ativamente todos os participantes na construção de um ambiente escolar acolhedor. Isso inclui a definição e realização de seu projeto educativo, bem como a avaliação contínua de sua qualidade pedagógica. Neste contexto, é fundamental que o gestor escolar assuma o papel de incentivador e mobilizador da participação, do diálogo, da reflexão, da iniciativa e da experimentação.

Para desempenhar seu papel na formação das novas gerações como indivíduos reflexivos, capazes de enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, a escola necessita se transformar em uma organização reflexiva. Isso implica a internalização de uma nova cultura de gestão, que só poderá ser estabelecida de forma coletiva e participativa.

É importante que o gestor escolar desempenhe o papel de fomentar a participação ativa dos pais, reconhecendo-os como atores fundamentais, ao mesmo tempo, em que

encoraja os alunos a assumirem um protagonismo cada vez mais evidente no processo educacional. Isso requer uma abordagem de aprendizagem que priorize o trabalho em equipe e busque estabelecer vínculos mais horizontais e significativos entre pais, professores, alunos e gestores.

Dentro desse contexto, a escola enfrenta o desafio de promover e fortalecer os laços de relacionamento entre os membros da comunidade escolar. Isso implica em criar um espaço propício para ações e debates coletivos e democráticos, conforme defendido por Freire, que propõe uma relação baseada no diálogo. A melhoria dessas relações depende, na maioria, de assegurar a existência de espaços de comunicação aberta, promovendo uma reflexão crítica e encorajando a participação de todos os envolvidos no processo de gestão participativa e colaborativa da escola.

De acordo com Libâneo et al (2009):

A escola deve ter uma participação ativa dos professores, pedagogos e alunos no processo de decisão, possibilitando o estímulo para a construção de uma “comunidade de aprendizagem”, onde o trabalho em conjunto leva a formular expectativas compartilhadas e em relação a objetivos, meios de trabalho, formas de relacionamento, práticas de gestão (Libâneo et al, 2009, p.386).

Para promover um ambiente de aprendizado contínuo, é válido que os gestores escolares incentivem a troca de práticas e experiências entre suas próprias escolas e outras instituições educacionais. Esse processo deve ser conduzido com a consciência de que a melhoria contínua exige planejamento estratégico e um investimento de tempo significativo. É imperativo reconhecer os limites inerentes ao planejamento inicial, adaptar-se às mudanças e realizar ajustes consoante as condições em constante evolução que cercam o ambiente escolar.

Ademais, durante as reuniões com professores e a comunidade escolar, os gestores devem enfatizar a prestação de contas dos resultados alcançados pelos alunos. A avaliação contínua do desempenho dos alunos deve ser um ponto central nessas discussões regulares. O diálogo construtivo deve incluir todos os participantes do processo educacional e considerar suas especificidades individuais.

A participação ativa dos gestores educacionais é vital na identificação, enfrentamento e mitigação dos desafios educacionais, incluindo a redução das taxas de reprovação. Seu papel fundamental reside em assegurar um ambiente propício para o aprendizado e o

desenvolvimento holístico dos alunos. A colaboração efetiva entre gestores, professores, alunos, pais e a comunidade em geral desempenha um papel crucial na promoção de um sistema educacional de excelência, garantindo resultados positivos a longo prazo.

Entende-se, portanto, que o respaldo da equipe gestora para um ambiente favorável à assimilação dos resultados das aprendizagens dos estudantes pode, em certa medida, contribuir para seu desempenho. Dessa forma, reforça-se a importância da gestão compartilhada e participativa, conforme delineada por Lück (2009), na área de implementação e suas respectivas dimensões. Conforme as observações de Lück (2009), a área de implementação abarca a gestão participativa, gestão de recursos humanos e liderança, bem como a gestão de infraestrutura, cujas dimensões estão relacionadas à prática educacional, com o intuito de promover diretamente mudanças e transformações no ambiente escolar (Lück, 2009, p. 26).

Para Lück (1998, p. 66),

a participação significa, portanto, a intervenção dos profissionais da educação e dos usuários (alunos e pais) na gestão da escola. Há dois sentidos de participação articulados entre si: a) a de caráter mais interno, como meio de conquista da autonomia da escola, dos professores, dos alunos, constituindo prática formativa, isto é, elemento pedagógico, curricular, organizacional; b) a de caráter mais externo, em que os profissionais da escola, alunos e pais compartilham, institucionalmente, certos processos de tomada de decisão.

Essa gestão promove a prática do pensamento e da tomada de decisões de maneira colaborativa, estabelecendo objetivos e metas com uma maior probabilidade de sucesso. Ao engajar os diversos participantes no processo decisório, eles se comprometem com as ações a serem executadas.

3.1.3 O papel do professor

A função do educador é de extrema importância no contexto de uma instituição de ensino. Nesse sentido, é importante que o professor se dedique ativamente à sua profissão, buscando constantemente cursos de atualização e extensão, movido não apenas por exigências do mercado, mas principalmente pelo prazer em aprimorar suas habilidades pedagógicas.

Apesar dos desafios inerentes ao ambiente escolar, é fundamental que os educadores não se deixem abater por tais adversidades.

Os professores se sentem sobrecarregados e desvalorizados em seu trabalho. Suas condições de trabalho são, de fato, muito ruins, classes superlotadas, falta de material didático, programas muito extensos e complicados. Os professores se sentem cansados e desanimados (Ceccon, 1986, p. 14).

O papel do professor na condução do processo de evolução da aprendizagem dos alunos é de inestimável importância, sendo crucial que não se deixem desanimar diante dos desafios que surgem. Um exemplo desses desafios é reduzir ou erradicar a reprovação escolar. De acordo com Jacomini (2004), em sua pesquisa, foi destacado que dois argumentos frequentemente usados em defesa da reprovação são os seguintes: primeiro, o argumento de que a reprovação confere ao professor o poder de manter a disciplina dos alunos e exigir dedicação aos estudos; segundo, o argumento de que a sociedade utiliza o mérito como critério de seleção, o que implica que a escola deve instigar nos estudantes a noção de mérito e seleção, sendo a reprovação a principal forma de alcançar tal objetivo.

Segundo Glória e Mafra (2004, p. 235), a associação entre a prática de reprovação e uma possível deterioração da qualidade da educação na sociedade pode ser atribuída à arraigada cultura de reprovação presente tanto no ambiente escolar e, por vezes, entre os professores, quanto no imaginário familiar. Essa mentalidade reforça a ideia de que a reprovação é essencial e benéfica para os alunos que enfrentam dificuldades acadêmicas.

De acordo com Jacomini (2004), apesar de algumas opiniões entre educadores e pais sobre os benefícios do repetir de um ano letivo para garantir um aprendizado mais sólido e contínuo, a realidade mostra que a repetição de ano se tornou uma prática recorrente que, muitas vezes, resulta em evasão escolar. A propensão à repetição no sistema educacional do Brasil tem gerado um estigma nos alunos, afetando negativamente sua autoestima, e têm levado a uma desconfiança em relação às suas capacidades de aprendizagem, tanto por parte dos professores e pais, quanto pelos próprios alunos.

O ato de reprovação, inicialmente concebido como uma oportunidade adicional de aprendizagem para os alunos acabou por se transformar em um mecanismo de exclusão de uma parcela das crianças e adolescentes que têm acesso à educação. Diante das dificuldades enfrentadas pela instituição escolar e pelos professores em despertar nos alunos o interesse e os recursos necessários para o aprendizado, à ameaça da repetição de ano passou a ser utilizada como principal ferramenta de pressão para garantir disciplina, conclusão de tarefas e estudos, especialmente durante os períodos de avaliação, revelando-se, assim, um meio de submeter os alunos a uma estrutura escolar que se mostra incapaz ou limitada em cumprir sua

missão fundamental: educar as futuras gerações. Entretanto, ao adotar tal postura, a escola compromete o desenvolvimento moral e intelectual dos estudantes.

Alarcão (2001) faz uma comparação entre o trabalho do professor e o trabalho de um ator. Durante as aulas, muitas vezes, o professor é encarregado de interpretar o conteúdo, utilizando uma variedade de métodos e recursos para facilitar a assimilação e compreensão dos alunos. É igualmente essencial que os alunos não sejam meros espectadores, mas tenham a oportunidade de se envolver e participar ativamente, pois isso contribui significativamente para facilitar o processo de aprendizagem.

O professor é encarregado de facilitar um ambiente de aprendizagem de alta qualidade que promova a aquisição de conhecimento significativo e bem-sucedido. Sua responsabilidade inclui não apenas o ensino, mas também garantir a inclusão de crianças e adolescentes no mundo da cultura, ciência, arte e trabalho. Além disso, sua formação, experiências e interação com os alunos lhe permite atender às necessidades individuais, integrando teoria e prática. Assim, o educador procura constantemente estratégias que facilitem a construção de um novo corpo de conhecimento.

O trabalho do professor não abrange apenas a transmissão de conhecimentos, mas também a promoção ativa de valores, atitudes positivas e um senso de equidade fundamental para a construção de uma sociedade solidária e ética.

O professor é visto como um intelectual transformador, permitindo expressar sua tarefa nos termos do compromisso com um conteúdo muito definido: elaborar tanto a crítica das condições de seu trabalho com uma linguagem de possibilidades que se abra à construção de uma sociedade mais justa, educando seu alunado como cidadãos críticos, ativos e comprometidos na construção de uma vida individual e pública digna de solidariedade e de esperança (Contreras, 1997, p.138).

A habilidade prática do professor pode levar à formulação de uma abordagem de ensino genuína e singular que, ao invés de se opor às teorias preexistentes, as remodela de acordo com sua realidade social. Todo educador habilidoso trabalha com uma abordagem reflexiva, dando origem a novas perspectivas, experimentações e correções, promovendo um diálogo contínuo e desenvolvendo seu próprio repertório profissional para garantir a excelência do ensino em um contexto inovador.

Nesse cenário, a prática é relevante no currículo, oferecendo uma aprendizagem ancorada em situações autênticas, onde tanto o professor quanto o aluno colaboram na análise, ação e reflexão de questões educacionais. É fundamental, portanto, que o educador seja capaz de participar de reflexões compartilhadas sobre sua prática pedagógica, a fim de cultivar uma compreensão mais crítica. Perrenoud (1999 s/p) defende que:

“A reflexão possibilita transformar o mau-estar à revolta, o desânimo, em problemas, os quais podem ser diagnosticados e até resolvidos com mais consciência, com mais método. Ou seja, uma prática reflexiva nas reuniões pedagógicas, nas entrevistas com a coordenação pedagógica, nos cursos de aperfeiçoamento, nos conselhos de classe, etc...- leva a uma relação ativa e não queixosa com os problemas e dificuldades.”

No contexto escolar atual, é evidente o isolamento dos professores, que muitas vezes se limitam a seguir rigidamente o programa de aulas. Por isso é importante enfatizar as práticas colaborativas, oferecendo aos professores a oportunidade de compartilhar conhecimentos, metodologias e desafios com seus colegas, com o intuito de discutir e tomar decisões sobre o projeto pedagógico-curricular, o currículo, as relações sociais internas e as estratégias de avaliação. Ao adotar essa abordagem, é possível estabelecer uma comunidade de aprendizagem democrática, aberta ao ciclo contínuo de ação, reflexão e nova ação. Dessa forma, é fundamental que a escola ofereça um ambiente em que os profissionais tenham a oportunidade de debater os desafios enfrentados e encontrar soluções por meio de uma atuação colaborativa. Imbernón (2006, p. 80) defende essa perspectiva ao afirmar:

A formação centrada na escola envolve todas as estratégias empregadas conjuntamente pelos formadores e pelos professores para dirigir os programas de formação de modo a que respondam às necessidades definidas da escola e para elevar a qualidade de ensino e da aprendizagem em sala de aula e nas escolas. Quando se fala de formação centrada na escola, entende-se que a instituição educacional transforma-se em lugar de formação prioritária diante de outras ações formativas. A formação centrada na escola é mais que uma simples mudança de lugar de formação.

É essencial que os educadores se engajem ativamente na comunidade escolar, colaborando para o aprimoramento coletivo de uma instituição de ensino exemplar. Eles devem propor uma cultura escolar que promova valores cidadãos, participação ativa e inclusão, ao mesmo tempo, em que desenvolvem e implementam abordagens pedagógicas inovadoras. Além disso, é responsabilidade do corpo docente encorajar os estudantes a se envolverem em iniciativas sociais significativas, supervisionar e avaliar o impacto dessas atividades no progresso acadêmico dos alunos, e participar de programas de capacitação contínua para aprimorar suas habilidades profissionais.

A colaboração coletiva dentro do ambiente escolar deve abranger ativamente a participação de toda a comunidade educativa, a fim de promover uma reflexão aprofundada e uma postura proativa diante dos desafios e oportunidades enfrentados pela instituição de ensino. A essência dessa colaboração reside em uma participação informada e engajada,

impulsionada por uma liberdade responsável. A eficácia desse esforço coletivo só pode ser assegurada se a participação for construída com base na responsabilidade individual e coletiva. Importa ressaltar que isso não implica simplesmente em transferir autoridade, mas sim em exercê-la de maneira equitativa em todos os aspectos da dinâmica escolar. Conseqüentemente, uma participação significativa demanda consciência, responsabilidade e, acima de tudo, exige o comprometimento constante de todos os envolvidos, estimulando a presença ativa, a reflexão crítica e contínua.

A colaboração coletiva desempenha um papel crucial ao garantir a inclusão de alunos, professores, funcionários e pais no processo decisório escolar. Além disso, ela impulsiona uma transformação significativa nas dinâmicas entre professores e alunos, envolvendo um processo em que os participantes não apenas são incumbidos das decisões específicas, mas também são coautores do direcionamento estratégico da instituição.

Quando todos os envolvidos têm conhecimento das dificuldades enfrentadas pela escola e das metas a serem alcançadas, a participação nas propostas e a responsabilidade nas decisões tornam-se consideravelmente mais acessíveis.

Pela participação na organização e gestão do trabalho escolar, os professores podem aprender várias coisas: tomar decisões coletivamente, formular o projeto pedagógico, dividir com os colegas preocupações, desenvolver o espírito de solidariedade, assumir coletivamente a responsabilidade pela escola, investir no seu desenvolvimento profissional (Libâneo, 2001, p. 23).

Os educadores têm a responsabilidade de possuir opiniões embasadas e critérios de valor justificáveis. Ao conectar a prática reflexiva em sala de aula com a participação nos contextos sociais que influenciam seu trabalho, o professor reflexivo amplia suas considerações profissionais para abranger uma esfera social mais abrangente. Isso contribui para promover uma mudança social que encoraje uma reflexão mais profunda e que amplie a compreensão crítica do seu papel no ensino.

A docência não estará reduzida a uma atividade meramente técnica, mas considerada uma prática intelectual e autônoma, baseada na compreensão da prática e na transformação dessa prática (Libâneo, 2001, p. 24). É imprescindível garantir ao professor total autonomia no ambiente da sala de aula, permitindo-lhe ministrar o conteúdo de forma eficaz e implementar métodos pedagógicos que sejam mais adequados para o progresso intelectual dos alunos. Essa liberdade é essencial para promover um ambiente de aprendizagem dinâmico e estimulante, incentivando assim o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos educandos.

3.1.4 Atuação da família

Nesta seção, analisaremos a importância da participação da família no contexto escolar e no desempenho acadêmico do aluno.

Segundo Farias (2004), a família é considerada uma estrutura social fundamental, desempenhando um papel essencial na formação da identidade do indivíduo e no estabelecimento dos primeiros vínculos para a construção da cidadania.

No entanto, a definição de estrutura familiar abrange uma gama ampla e está sujeita a mudanças contínuas em consonância com as transformações sociais. Dessa forma, para que a escola possa interagir efetivamente com as famílias, é essencial compreender as novas dinâmicas familiares. Essa interação pode, portanto, contribuir significativamente para a melhoria do aprendizado e do desempenho dos alunos.

É essencial que a escola passe por reformulações para atender a essas novas demandas, adaptando-se e fomentando a participação das famílias de maneira equitativa, enquanto promove o respeito à diversidade de gênero, cultura, raça e religião. Dessa forma, o processo de ensino e aprendizagem será mais propício ao desenvolvimento. Tais mudanças exercem impactos significativos na vida das famílias e na dinâmica das instituições de ensino.

De acordo com Zago (2012), as estratégias adotadas pela família, tanto em termos materiais quanto simbólicos, desempenham um papel primordial no percurso educacional dos filhos. Consequentemente, é imperativo estabelecer um diálogo contínuo entre a escola e a família, a fim de compreender o aluno como um componente integral de sua própria trajetória e de suas interações com a sociedade.

Conforme mencionado por Parolin (2003, p.99) ao abordar a interação entre família e escola:

[...] tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo (Parolin, 2003, p. 99).

É importante que as escolas exerçam seu papel educativo em colaboração com os pais, promovendo discussões e orientações abrangentes em diversos temas. Essa parceria visa garantir um desenvolvimento acadêmico e social positivo para as crianças. De acordo com

Piaget (2007), se o direito à educação é inerente a todo indivíduo, é evidente que os pais também possuem o direito de serem informados sobre as melhores práticas educacionais para seus filhos, se não educados diretamente.

Conforme apontado por Lahire (2013), para que os pais se engajem naturalmente no progresso educacional de seus filhos, são necessárias condições econômicas, familiares e culturais favoráveis. Ele destaca a importância de os professores respeitarem os pais que enfrentam desafios econômicos e familiares, reconhecendo as limitações que impedem sua presença regular na escola. Assim, é evidente que a interação entre família e escola é fundamental. Ambas as partes devem compreender suas realidades e limitações, buscando soluções que facilitem uma colaboração efetiva em prol do sucesso educacional dos alunos.

A fim de facilitar uma abordagem mais eficaz, as instituições de ensino devem desenvolver estratégias que promovam uma conexão mais estreita entre a escola e a família. Isso implica utilizar o conhecimento prático dos alunos como uma base para fortalecer e aprimorar seus conhecimentos teóricos e científicos. Em consonância com esse pensamento, Libâneo (2000) expressa sua opinião da seguinte maneira:

[...] a escola tem, pois, o compromisso de reduzir a distância entre a ciência cada vez mais complexa e a cultura de base produzida no cotidiano, e a provida pela escolarização. Junto a isso tem, também, o compromisso de ajudar os alunos a tornarem-se sujeitos pensantes, capazes de construir elementos categorias de compreensão e apropriação crítica da realidade. Libâneo (2000, p. 09).

É evidente que a escola assume uma responsabilidade significativa no estímulo à consciência da família em relação ao seu papel crucial no processo de ensino e aprendizagem do aluno. É fundamental que a escola promova o desenvolvimento do aluno, considerando sua bagagem de conhecimentos adquiridos fora do ambiente escolar.

Nesse sentido, a família desempenha um papel indispensável ao fornecer à escola informações relevantes que possibilitem uma compreensão mais aprofundada da realidade do aluno, levando em consideração as particularidades de cada um. Um exemplo disso são as reuniões bimestrais para a entrega de boletins, que servem como uma oportunidade importante para os pais compartilharem suas perspectivas e preocupações específicas sobre o desempenho dos alunos.

3.1.5 Combate a defasagem de aprendizagem

O Ensino Médio desempenha um papel preciso na consolidação do aprendizado da educação básica. É vital abordar a defasagem de aprendizagem trazida do Ensino Fundamental logo no início deste novo nível educacional. A falta de atenção a esse problema pode resultar no desinteresse dos alunos e, conseqüentemente, levar a baixos rendimentos no início do período letivo, comprometendo assim todo o ano escolar. De acordo com Guerreiro (2012):

[...] a reprovação no ensino médio depende também do aprendizado e da retenção no ensino fundamental. É necessário pensar pedagogicamente em como atender esse aluno com mais dificuldade, e não dizer que o jovem é "desse jeito mesmo" e que não há nada mais a fazer (Guerreiro, 2012, p. 9).

Diante desse contexto, é fundamental que a escola, ao receber um aluno, esteja atenta às suas dificuldades e desenvolva mecanismos para superá-las, evitando atribuir ao aluno a responsabilidade exclusiva pelo fracasso. As avaliações dos sistemas de ensino têm demonstrado que as instituições de ensino, sobretudo no Ensino Médio, têm enfrentado dificuldades em alcançar os parâmetros de proficiência desejados para essa etapa. Nesse sentido, Jacomini (2009) ressalta que:

O direito à educação é duramente golpeado na medida em que as condições de oferta e os conseqüentes resultados de escolarização atestam a não democratização do conhecimento socialmente construído. Os resultados das avaliações realizadas pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica — SAEB — mostram que muitos alunos não estão se apropriando dos conhecimentos básicos “ensinados” na escola. Acrescenta-se a isso o fato de a educação, como apropriação da cultura, implicar em processos mais amplos e complexos que a aprendizagem de conhecimentos passíveis de serem verificados nesse tipo de avaliação. Dessa forma, pode-se supor que a qualidade da educação oferecida nas escolas brasileiras seja ainda pior do que as avaliações externas têm demonstrado (Jacomini, 2008, p. 559).

A ampliação do acesso à educação por si só não assegura a garantia da aprendizagem para todos os alunos. A falta de investimento por parte dos sistemas de ensino e das entidades responsáveis compromete a capacidade das escolas lidarem com os diversos fatores que podem dificultar o processo de aprendizagem dos estudantes. Segundo Jacomini (2008), as políticas educacionais muitas vezes refletem interesses políticos e econômicos específicos e frequentemente não priorizam a educação como um direito fundamental. Esse cenário resulta na restrição dos recursos financeiros necessários para democratizar não apenas o acesso, mas também o progresso educacional (Jacomini, 2008, p. 561).

Conforme a argumentação de Jacomini (2009), a aprendizagem nos espaços sociais se revela extremamente diversificada, tanto em termos de modalidades quanto de cronogramas.

Em contrapartida, no ambiente escolar, prevalece a utilização de "tempos e conteúdos preestabelecidos para cada faixa etária, de acordo com padrões historicamente determinados" (Jacomini, 2009, p. 556). Assim sendo, o processo de aprendizagem na escola é concebido como se todos os alunos estivessem no mesmo patamar, sob a suposição de que se enquadram em um único padrão de desempenho correspondente à sua série. Essa abordagem acarreta numerosas falhas no processo de ensino, uma vez que os alunos que não se encaixam no padrão de aprendizagem esperado veem-se sem perspectivas de alterar sua situação, sendo marginalizados no processo educacional. Essa marginalização resulta em desinteresse, sentimentos de fracasso e, frequentemente, culmina na reprovação dos alunos. A esse respeito, Jacomini (2009) enfatiza:

Essa forma de organizar o ensino, muitas vezes em contradição com as necessidades e dinâmicas individuais, produziu um grave problema às instituições escolares. O que fazer com os alunos – em maior ou menor número, de acordo com o contexto histórico-social – que não têm desempenho escolar adequado? A solução historicamente legitimada pela escola foi à reprovação (Jacomini, 2009, p. 156).

Quando um aluno enfrenta dificuldades para assimilar determinado conteúdo, é fundamental reconhecer que a responsabilidade não recai exclusivamente sobre ele, mas também sobre os educadores e a liderança escolar. É imperativo reconhecer que nem todos os alunos na sala de aula assimilam os mesmos conceitos com a mesma facilidade. Portanto, é fundamental que os professores e o corpo diretivo colaborem ativamente para identificar e superar possíveis obstáculos, a fim de garantir um aprendizado eficaz e equitativo para todos os estudantes. De acordo com Melchior (2004):

Se as dificuldades não são sanadas de imediato, elas vão se somando. Aqueles conteúdos que são pré-requisito para outros vão gerando novas dificuldades, que passam a crescer como uma bola de neve, ficando muitas vezes intransponíveis (Melchior, 2004, p. 104).

Certamente, promover a aprendizagem de todos os alunos, especialmente daqueles com dificuldades, é fundamental para um sistema educacional inclusivo e eficaz. É imprescindível considerar uma variedade de estratégias que possam ser implementadas de forma contínua ao longo do ano letivo, a fim de oferecer suporte e garantir que todos os alunos possam alcançar seu pleno potencial. A respeito disso, escreve Forgiarini e Silva (2008):

Entendemos que as práticas pedagógicas no interior das escolas também influenciam na produção do fracasso escolar, o que requer que sejam revistas, por meio de uma reflexão sobre os seus principais elementos estruturantes, sendo eles: relação professor-aluno; metodologia de trabalho do professor; currículo; avaliação e gestão escolar. Essa reflexão não pode perder de vista a especificidade do trabalho escolar (Forgiarini e Silva, 2008, p. 6).

É fundamental explorar os métodos metodológicos que possam efetivamente estimular o entusiasmo, a motivação e, principalmente, o desejo de aprender nos estudantes. No entanto, é importante que os educadores estejam prontos para orientar o processo de aprendizagem para torná-lo significativo. Além disso, a percepção dos professores em relação à reprovação dos alunos desempenha um papel crucial na compreensão desse "fenômeno". Em alguns casos, persiste entre os docentes a noção de que a responsabilidade pela reprovação recai unicamente sobre o aluno. Forgiarini e Silva (2008) fazem a seguinte reflexão:

Ao analisarmos o fracasso escolar, contextualizando-o historicamente, é possível observar que os seus determinantes têm sido atribuídos muito mais aos fatores internos à criança, colocando em segundo plano os fatores externos à escola. Todavia, sabemos que as práticas pedagógicas exercem um papel fundamental nas condições de educabilidade da criança, questão pouco discutida entre os educadores (Forgiarini e Silva, 2008, p. 6).

Assim, a garantia da efetiva aprendizagem na escola se inicia com a desconstrução de crenças arraigadas e conceitos equivocados acerca da reprovação. Além disso, é importante que o professor esteja atento e comprometido com o aprimoramento de sua prática pedagógica. Ao abraçar a inovação, é essencial manter um planejamento sólido das atividades, garantindo a abordagem das necessidades individuais e coletivas dos alunos. O objetivo é estabelecer um ambiente educacional que priorize o ensino dos conhecimentos essenciais para capacitar os alunos, pois sem o domínio do saber, eles ficarão privados da liberdade e incapazes de agir para transformar sua realidade (Assis s.d, *apud* Grinspun, 1996, p. 130).

3.2 RECURSOS E METODOLOGIA DE PESQUISA

Nesta seção serão delineados os métodos empregados durante a pesquisa, incluindo a descrição dos instrumentos de coleta de dados e outros materiais utilizados. Além disso, serão especificados os sujeitos que participaram do estudo e, por fim, será apresentada a análise dos dados obtidos.

Para esta pesquisa, optamos por adotar uma abordagem qualitativa para investigar os fatores subjacentes aos elevados índices de reprovação e à distorção idade-série na instituição em análise.

Com o propósito de verificar e descrever o desempenho de uma escola com base nos indivíduos que a compõem e experimentam, a metodologia qualitativa viabiliza a compreensão da dinâmica escolar por meio de uma realidade muitas vezes oculta, mas que pode ser revelada pelos participantes da pesquisa. A coleta de dados detalhada, a ser posteriormente explicitada, permitirá uma visão mais profunda e holística do funcionamento da instituição educacional. Duarte (2002) afirma que:

De um modo geral, pesquisas de cunho qualitativo exigem a realização de entrevistas, quase sempre longas e semiestruturadas. Nesses casos, a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado (Duarte, 2002, p. 141).

A pesquisa foi conduzida em uma escola pertencente à Rede Estadual de Minas Gerais, situada em João Monlevade, onde são evidentes os altos índices de reprovação e de distorção idade-série no ensino médio. A coleta de dados foi realizada mediante métodos documentais, bibliográficos e de campo, incluindo entrevistas com membros da comunidade escolar.

A pesquisa documental foi realizada a partir da utilização do banco de dados do Simade, um sistema adotado pela SEE/MG para a administração das escolas. Além disso, foram consultados documentos institucionais, como o Projeto Político Pedagógico, registros de atas de resultados, bem como atas de reuniões, entre outros. A respeito da pesquisa de documentos, Bêni (2002, p. 2002, p. 6) “aponta uma característica positiva da coleta de documentos: permite a conceituação da organização com base em uma visão de dentro. Isso possibilita à pesquisa uma informação com menos influência do pesquisador”.

Ainda em termos documentais, foi feita uma análise abrangente que abarca o exame do Plano Nacional de Educação, bem como a avaliação de programas introduzidos no Ensino Médio. Além disso, foram consideradas diversas leis, decretos e resoluções pertinentes a fim de examinar as propostas destinadas a mitigar os efeitos negativos da reprovação escolar.

A pesquisa bibliográfica foi orientada com base em uma ampla gama de fontes, incluindo livros, revistas especializadas, *websites*, dissertações relevantes para o tópico e outros materiais fornecidos pelos professores do programa de Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública.

Para guiar as entrevistas, foram criados roteiros semiestruturados que favorecem o diálogo, permitindo o acesso a informações relevantes para a investigação.

Os participantes escolhidos para as entrevistas compreendem uma diversidade representativa da comunidade escolar. Isso inclui o gestor escolar, a coordenadora pedagógica e quatro professores do Ensino Médio, cada um atuando em diferentes áreas de conhecimento. Além disso, buscamos a perspectiva valiosa de 16 alunos que enfrentaram reprovação em qualquer série do Ensino Médio na escola em questão.

Após a análise das entrevistas, os dados obtidos serão minuciosamente examinados com o intuito de identificar os principais obstáculos que contribuem para as altas taxas de reprovação e distorção idade-série no Ensino Médio da instituição.

As descobertas resultantes dessas pesquisas irão direcionar as sugestões formuladas no Plano de Ação Educacional, o qual será apresentado no próximo capítulo desta pesquisa.

3.2.1 Tipo de pesquisa

O presente trabalho baseia-se em um estudo de caso que se fundamenta na experiência prática do profissional e sua relação com a realidade investigada. Esse método permite uma delimitação precisa do escopo de informações, oferecendo um direcionamento claro para a pesquisa do tema em questão. Dessa forma, busca-se compreender de maneira mais aprofundada os fenômenos que ocorrem no cotidiano pesquisado. De acordo com Yin (2015), estudo de caso é definido como:

Uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o caso) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes. [...] A investigação de estudo de caso enfrenta situação tecnicamente diferenciada em que existirão muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado conta com múltiplas fontes de evidência, com os dados precisando convergir de maneira triangular, e, como outro resultado beneficia-se do desenvolvimento anterior das proposições teóricas para orientar a coleta e análise de dados (Yin, 2015, p. 4).

O estudo de caso possibilita uma imersão profunda na realidade pesquisada, permitindo que o pesquisador compreenda os motivos pelos quais determinados fenômenos ocorrem. A proximidade alcançada por meio desse método não apenas oferece uma compreensão abrangente do contexto em questão, mas também facilita a análise das interações complexas e das nuances que influenciam o fenômeno em estudo.

Ao adotar o estudo de caso, o pesquisador tem a oportunidade de investigar de perto variáveis específicas, observar relações causais e compreender as diferentes perspectivas dos

participantes envolvidos. Essa abordagem qualitativa aprimorada ajuda a construir uma visão holística e a desenvolver um entendimento mais completo do ambiente e das circunstâncias que moldam o fenômeno em análise.

A integração do pesquisador na realidade estudada pode desencadear descobertas valiosas e insights significativos, promovendo um avanço substancial no conhecimento e contribuindo para a geração de soluções relevantes e práticas para os desafios enfrentados no campo de estudo específico. Dessa forma, o estudo de caso emerge como uma ferramenta essencial para pesquisas aprofundadas e para a compreensão aprofundada de complexidades intrínsecas aos fenômenos investigados.

O estudo de caso tem se tornado a estratégia preferida quando os pesquisadores procuram responder às questões "como" e "por quê" certos fenômenos ocorrem, quando há pouca possibilidade de controle sobre os eventos estudados e quando o foco de interesse é sobre fenômenos atuais, que só poderão ser analisados dentro de algum contexto de vida real (Godoy, 1995, p.25).

Como método de coleta de dados para a pesquisa qualitativa, foi escolhida a utilização de entrevistas semiestruturadas. Os guias e roteiros das entrevistas estão disponíveis nos apêndices deste estudo. Seguindo as recomendações de Flick (2004), é fundamental garantir que as entrevistas semiestruturadas sejam conduzidas com base em um roteiro bem elaborado. Tal abordagem permite ao entrevistador a flexibilidade necessária para determinar o momento mais oportuno para cada pergunta, enfatizar pontos específicos, remover questões já abordadas e até mesmo formular novas perguntas relevantes ao longo da entrevista.

Quatro critérios devem ser preenchidos durante o planejamento do guia da entrevista e a condução da entrevista propriamente dita: o não direcionamento, a especificidade, o espectro, além da profundidade e do contexto pessoal revelado pelo entrevistado. Os diferentes elementos do método servirão para satisfazer a esses critérios (Flick, 2004, p. 90).

Serão entrevistados, quatro professores do Ensino Médio, cada um atuando como representante em uma área específica: Matemática, Português, Ciências da Natureza e Ciências Humanas (Apêndice A). Adicionalmente, alunos que tenham sido reprovados em diferentes séries do Ensino Médio serão incluídos no estudo (Apêndice C). Como parte do processo investigativo, entrevistas serão conduzidas com o gestor atual e a pedagoga da instituição de ensino (vide Apêndice B). Os instrumentos de pesquisa utilizados foram desenvolvidos com base nos modelos elaborados por Creusa Rosária Fernandes (2015), autora do artigo intitulado 'Reprovação no 1º Ano do Ensino Médio em uma Escola de Contagem -

Minas Gerais: Desafios da Gestão'. A estrutura desses instrumentos foi adaptada e incorporada a presente pesquisa, considerando a relevância e a adequação dos métodos propostos por Fernandes para o contexto específico deste estudo.

A finalidade dos questionários consiste em coletar informações que possam contribuir no entendimento da cultura de reprovação na escola. A elaboração baseou-se na proposta original de Likert (1932), que introduziu uma escala unificada capaz de identificar tanto o sentido quanto a intensidade das atitudes por meio de um único instrumento. Desde então, até os dias atuais, essa abordagem de mensuração permanece como a mais amplamente aceita entre pesquisadores e profissionais de mercado (Sanches *et al.*, 2011).

Likert (1932) enfatizou a importância de coletar opiniões diretamente do público-alvo, eliminando a difícil barreira que os pesquisadores enfrentavam ao tentar compor afirmações que correspondessem ao vocabulário e estilo textual dos respondentes.

A análise e discussão dos resultados obtidos na pesquisa de campo serão abordadas na próxima seção.

3.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

A interpretação e análise dos dados centraram-se na exploração das opiniões coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados quatro professores do Ensino Médio da Escola Estadual Alberto Pereira Lima, representando as áreas de Matemática, Português, Ciências da Natureza e Ciências Humanas (Apêndice A). Além disso, participaram o diretor atual e a pedagoga (Apêndice B), assim como 16 alunos reprovados em diferentes séries do Ensino Médio (Apêndice C).

A principal preocupação metodológica da coleta de dados foi captar a realidade sobre o rendimento do Ensino Médio na escola estudada. Os participantes foram selecionados por estarem diretamente vinculados à instituição. O gestor desempenha um papel multifacetado e essencial para o funcionamento eficaz da escola, com responsabilidades que incluem liderança educacional, gestão administrativa, desenvolvimento curricular, avaliação e melhoria de desempenho, apoio ao corpo docente, engajamento da comunidade e tomada de decisões.

A pedagoga foi selecionada por sua competência na criação de ferramentas específicas para a orientação pedagógica e educacional. Em outras palavras, ela dedica-se às relações indissociáveis entre conteúdo, forma, conhecimento e metodologia, elementos sempre

presentes no processo de ensino-aprendizagem e essenciais para sua concretização. Conforme compreendido por Saviani (1985, p. 27).

A pedagogia significa também condução, isto é, processo de formação cultural. E pedagogo é aquele que possibilita o acesso à cultura, organizando o processo de formação cultural. É, pois aquele que domina as formas, os procedimentos, os métodos através dos quais se chega ao domínio de patrimônio cultural acumulado pela humanidade. E como o homem só se constitui como tal medida em que se destaca da natureza e ingressa no mundo da cultura, eis como a formação cultural vem a coincidir com a formação humana, convertendo-se o pedagogo, por sua vez, em formados de homens.

Entrevistar professores de diferentes áreas teve como objetivo obter uma visão abrangente sobre o desempenho dos alunos, considerando que cada disciplina pode apresentar desafios específicos que impactam o rendimento. Coletando dados de uma variedade de fontes dentro da escola, torna-se possível realizar uma análise mais completa e precisa das influências sobre o rendimento dos alunos, bem como identificar como diferentes áreas podem contribuir para melhorias.

Os alunos foram escolhidos devido ao seu impacto direto no desempenho acadêmico cotidiano em sala de aula e por terem enfrentado reprovações ao longo do Ensino Médio.

Após uma visita à escola no dia 21 de maio de 2024, no período matutino, foi estabelecido contato com o diretor, a pedagoga, os professores e os alunos para o agendamento das entrevistas. Conseguimos agendar as entrevistas com os selecionados sem dificuldades, definindo os dias e horários conforme combinado.

O primeiro entrevistado foi o diretor da escola, que demonstrou plena disposição em conceder a entrevista, sendo extremamente gentil e prestativo em seu tratamento. A entrevista ocorreu no dia 22 de maio de 2024, às 8h, na sala da diretoria da instituição, após contato prévio para o agendamento. O entrevistado é professor de História, graduado pela Universidade Federal de Ouro Preto e pós-graduado em História do Brasil pela Faculdade Única. Ele atua como professor efetivo da Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais desde 2006 e assumiu a função de gestor em 2019.

A segunda entrevistada foi a pedagoga da escola, no dia 23 de maio de 2024, às 9h, em sua sala particular. Assim como o diretor, a pedagoga não apresentou nenhuma objeção em conceder a entrevista. A profissional possui licenciatura em Pedagogia e atua na escola desde fevereiro de 2024.

Ainda no dia 23 de maio de 2024, a entrevista semiestruturada foi distribuída aos quatro professores do Ensino Médio, representantes das áreas de Matemática, Português,

Ciências da Natureza e Ciências Humanas, selecionados para o estudo. Apesar da insistência da pesquisadora, os professores solicitaram um prazo adicional para a entrega das respostas, devido à grande carga de trabalho em que estavam envolvidos. Em comum acordo, foi estabelecida uma nova data para a devolução do material. O acesso às respostas ocorreu no dia 28 de maio de 2024.

Entrevistamos, em seguida, dezesseis estudantes do Ensino Médio que foram reprovados durante sua trajetória neste nível escolar. Dividimos os participantes em dois grupos distintos. O primeiro grupo consistiu em oito alunos matriculados no 1º ano, e as entrevistas foram realizadas no dia 06 de junho de 2024, a partir das 08h, na biblioteca da escola. O segundo grupo foi composto por sete alunos matriculados no 2º ano e um aluno matriculado no 3º ano, com as entrevistas ocorrendo no dia 07 de junho de 2024, a partir das 10h, também na biblioteca da escola.

Todos os entrevistados, representando diferentes perspectivas, colaboraram e atenderam aos critérios estabelecidos com o objetivo de compreender as razões por trás dos índices elevados de reprovação e da distorção idade-série na escola. Para preservar a identidade dos participantes da pesquisa, utilizaremos iniciais fictícias seguidas de suas áreas de atuação.

Após a apresentação dos sujeitos de pesquisa, descreveremos a seguir como foi conduzida a análise e interpretação dos dados obtidos durante as entrevistas.

Os registros resultantes da transcrição das entrevistas realizadas com os diferentes participantes da pesquisa serão analisados de maneira abrangente. Esta análise será guiada por uma fundamentação teórica robusta relacionada ao objeto de estudo, que será detalhada na próxima seção.

3.3.1 Reflexões sobre as taxas de reprovação na Escola Estadual Alberto Pereira Lima: perspectivas dos entrevistados

Os roteiros das entrevistas foram elaborados com o objetivo de coletar informações que contribuíssem para o entendimento dos altos índices de reprovação e da distorção idade-série na escola analisada. A elaboração seguiu a metodologia proposta por Likert (1932), com o intuito de identificar tanto a direção quanto à intensidade das atitudes mediante um único canal.

As primeiras perguntas feitas ao gestor, à pedagoga e aos docentes abordavam suas experiências profissionais, formações e familiaridade com as taxas de reprovação no Ensino

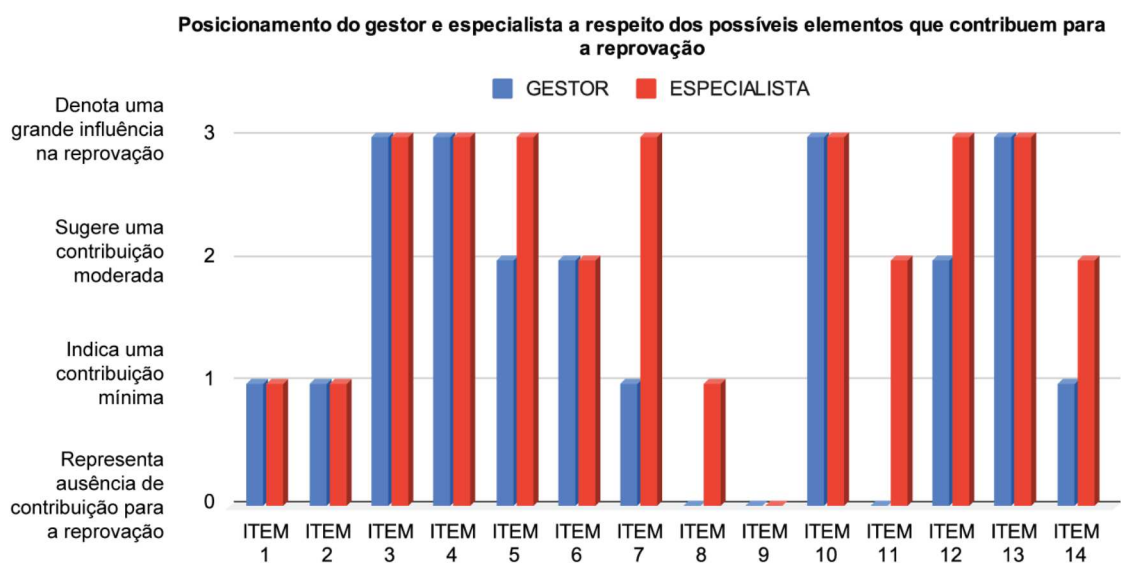
Médio da E.E.A.P. nos últimos cinco anos. O gestor, que assumiu o cargo em julho de 2019, é especializado em sua área e afirmou conhecer plenamente os dados de reprovação desse período. A pedagoga, com menos de seis anos de experiência e na instituição desde 2024, declarou estar parcialmente familiarizada com esses dados.

Quanto aos quatro docentes entrevistados, que atuam no Ensino Médio da instituição analisada, todos possuem especialização em suas respectivas áreas de atuação. Os professores das Ciências Humanas, Linguagens e Matemática acumulam entre 11 e 15 anos de experiência em seus campos de formação, enquanto o professor de Ciências da Natureza está na profissão há mais de 21 anos.

Em relação ao conhecimento dos índices de reprovação no Ensino Médio da E.E. Alberto Pereira Lima nos últimos cinco anos, os docentes das áreas das Ciências Humanas, Ciências da Natureza e Matemática afirmam ter conhecimento parcial desses dados, enquanto o professor de Linguagens afirma conhecê-los completamente.

O Gráfico 1 ilustra diversos fatores que podem influenciar potencialmente as taxas de reprovação no Ensino Médio, assim como as avaliações do gestor e da pedagoga sobre a contribuição de cada um desses fatores nesse processo.

Gráfico 1 – Posicionamento do Gestor e especialista a respeito dos possíveis elementos que contribuem para reprovação



ELEMENTOS QUE CONTRIBUEM PARA REPROVAÇÃO	
ITEM 1	Avaliações realizadas pelos professores dentro das instituições.
ITEM 2	Estudantes com defasagem de idade para o ingresso no primeiro ano do ensino médio.
ITEM 3	Comportamento indisciplinado por parte do aluno.
ITEM 4	Falta de interesse do aluno.
ITEM 5	Ausência de comprometimento do aluno com atividades extracurriculares.
ITEM 6	Necessidade de métodos de ensino mais diversificados na sala de aula por parte dos professores.
ITEM 7	Carência de suporte por parte do professor para lidar com as dificuldades do aluno.
ITEM 8	Ausência frequente do professor.
ITEM 9	Falta de comprometimento do professor com o progresso acadêmico do aluno.
ITEM 10	Falta de envolvimento da família no acompanhamento escolar.
ITEM 11	Carência de projetos pedagógicos que promovam a aprendizagem do aluno.
ITEM 12	Baixo engajamento dos alunos nos projetos pedagógicos da turma e da escola.
ITEM 13	Alunos concluem o Ensino Fundamental apresentando dificuldades de aprendizagem.
ITEM 14	Falta de revisão por parte do professor de conteúdos não assimilados pelos alunos através de avaliações internas.

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os dados do questionário

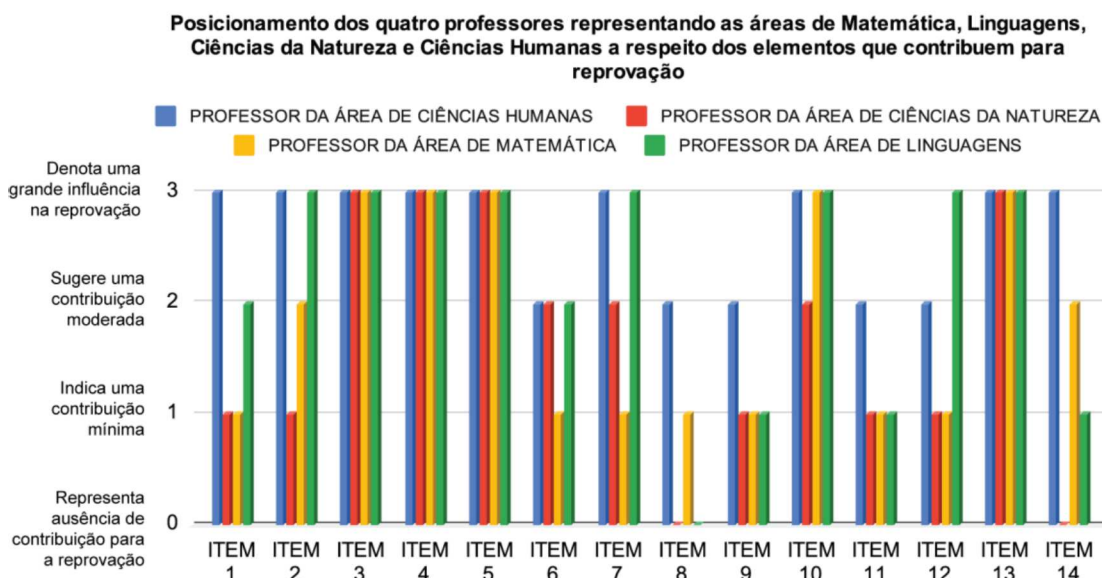
De acordo com o gráfico 1, podemos verificar que o gestor identifica alguns elementos de significativa relevância na reprovação no Ensino Médio. Entre os mais notáveis,

encontram-se o comportamento indisciplinado dos alunos, a falta de interesse e engajamento dos estudantes, a ausência de envolvimento familiar no acompanhamento escolar e as dificuldades de aprendizagem herdadas do Ensino Fundamental. A pedagoga concorda com o gestor e acrescenta outros fatores expressivos, como a ausência de comprometimento dos alunos com atividades extracurriculares, a carência de suporte por parte dos professores para lidar com as dificuldades dos alunos e o baixo engajamento dos alunos nos projetos pedagógicos da turma e da escola.

Os mesmos fatores que foram identificados como influenciadores da reprovação no Ensino Médio pelo gestor e pela pedagoga foram apresentados aos professores entrevistados. A análise desses fatores mostra que a maioria deles tende a atribuir a responsabilidade pelo fracasso escolar exclusivamente aos alunos. Há uma forte ênfase nos comportamentos dos estudantes, percebidos como divergentes dos padrões estabelecidos, e na falta de apoio familiar ao longo de sua trajetória escolar. Essas observações refletem as concepções de Patto (1990) sobre a gênese do fracasso escolar. A autora salienta que os diversos atores envolvidos no sistema educacional (professores, coordenadores, gestores, pais, alunos e a comunidade) frequentemente atribuem, de maneira excessiva e por vezes exclusiva, a culpa pelo fracasso escolar aos alunos e ao seu contexto social e familiar.

As escolhas dos docentes estão representadas no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Posicionamento dos quatro professores representando as áreas de Matemática, Linguagens, Ciência da Natureza e Ciências Humanas a respeito dos elementos que contribuem para reprovação.



ELEMENTOS QUE CONTRIBUEM PARA REPROVAÇÃO	
ITEM 1	Avaliações realizadas pelos professores dentro das instituições.
ITEM 2	Estudantes com defasagem de idade para o ingresso no primeiro ano do ensino médio.
ITEM 3	Comportamento indisciplinado por parte do aluno.
ITEM 4	Falta de interesse do aluno.
ITEM 5	Ausência de comprometimento do aluno com atividades extracurriculares.
ITEM 6	Necessidade de métodos de ensino mais diversificados na sala de aula por parte dos professores.
ITEM 7	Carência de suporte por parte do professor para lidar com as dificuldades do aluno.
ITEM 8	Ausência frequente do professor.
ITEM 9	Falta de comprometimento do professor com o progresso acadêmico do aluno.
ITEM 10	Falta de envolvimento da família no acompanhamento escolar.
ITEM 11	Carência de projetos pedagógicos que promovam a aprendizagem do aluno.
ITEM 12	Baixo engajamento dos alunos nos projetos pedagógicos da turma e da escola.
ITEM 13	Alunos concluem o Ensino Fundamental apresentando dificuldades de aprendizagem.
ITEM 14	Falta de revisão por parte do professor de conteúdos não assimilados pelos alunos através de avaliações internas.

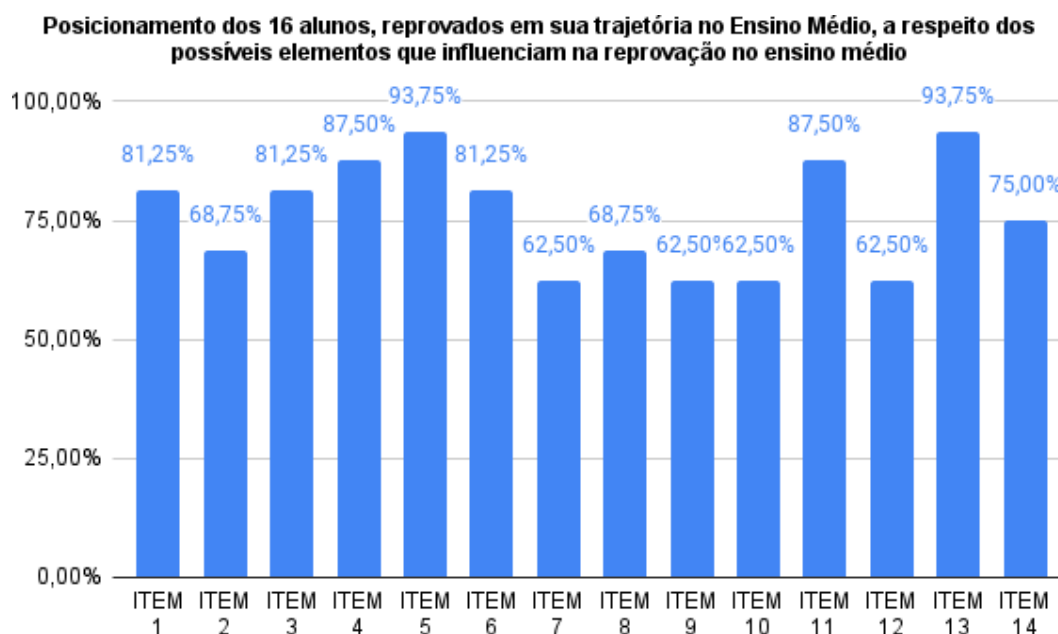
Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os dados do questionário.

Ao analisar o Gráfico 2, observamos que os docentes entrevistados das diversas áreas do conhecimento (Ciências Humanas, Linguagens, Ciências da Natureza e Matemática) atribuíram significativa influência a determinados fatores na reprovação no Ensino Médio. Entre os principais fatores, destacam-se o comportamento indisciplinado dos alunos, a falta de interesse, a ausência de comprometimento com atividades extracurriculares e as dificuldades de aprendizagem enfrentadas por alunos que concluem o Ensino Fundamental.

Diante desse panorama, torna-se relevante investigar se os fatores mencionados pelo gestor, pela pedagoga e pelos docentes como determinantes na reprovação no Ensino Médio também são percebidos pelos estudantes. É essencial verificar se há convergência entre as percepções dos alunos, docentes e gestores.

O Gráfico 3 ilustra as respostas de 16 alunos reprovados em sua trajetória no Ensino Médio, considerando os mesmos fatores apontados pelos docentes como influenciadores na reprovação.

Gráfico 3 – Posicionamento dos 16 alunos reprovados em sua trajetória no Ensino Médio, a respeito dos possíveis elementos que influenciam na reprovação no Ensino Médio



ELEMENTOS QUE CONTRIBUEM PARA REPROVAÇÃO	
ITEM 1	Avaliações realizadas pelos professores dentro das instituições.
ITEM 2	Estudantes com defasagem de idade para o ingresso no primeiro ano do ensino médio.
ITEM 3	Comportamento indisciplinado por parte do aluno.
ITEM 4	Falta de interesse do aluno.
ITEM 5	Ausência de comprometimento do aluno com atividades extracurriculares.
ITEM 6	Necessidade de métodos de ensino mais diversificados na sala de aula por parte dos professores.
ITEM 7	Carência de suporte por parte do professor para lidar com as dificuldades do aluno.
ITEM 8	Ausência frequente do professor.
ITEM 9	Falta de comprometimento do professor com o progresso acadêmico do aluno.
ITEM 10	Falta de envolvimento da família no acompanhamento escolar.
ITEM 11	Carência de projetos pedagógicos que promovam a aprendizagem do aluno.
ITEM 12	Baixo engajamento dos alunos nos projetos pedagógicos da turma e da escola.
ITEM 13	Alunos concluem o Ensino Fundamental apresentando dificuldades de aprendizagem.
ITEM 14	Falta de revisão por parte do professor de conteúdos não assimilados pelos alunos através de avaliações internas.

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os dados do questionário

A análise do gráfico 3 revela que os fatores previamente apontados pelo gestor, pela pedagoga e pelos docentes como influentes na reprovação no Ensino Médio também são significativos na opinião dos estudantes entrevistados. O comportamento indisciplinado, citado por 81,25% dos estudantes, a falta de interesse, mencionada por 87,5%, e a ausência de comprometimento com atividades extracurriculares, junto às dificuldades de aprendizagem persistentes desde o Ensino Fundamental, destacadas por 93,75%, emergem como questões expressivas entre os discentes. Essa constatação evidencia que tais problemas fazem parte da realidade da instituição escolar analisada e merecem ser tratados com seriedade.

Ainda de acordo com o Gráfico 3, outros fatores apontados pelos estudantes merecem destaque. Entre eles, a falta de comprometimento com atividades extracurriculares, mencionada por 93,75% dos alunos. Além disso, 87,5% dos participantes destacaram a ausência de projetos pedagógicos que promovam a aprendizagem. Outro ponto relevante é que 81,25% dos alunos citaram as avaliações realizadas pelos professores como uma preocupação significativa.

Segundo o gestor, a pedagoga, os docentes e os estudantes entrevistados, a indisciplina desempenha um papel significativo nos altos índices de reprovação no Ensino Médio da

E.E.A.P. É imprescindível reconhecer que a indisciplina é um fenômeno complexo, que deve ser analisado a partir de diversas perspectivas.

As preocupações com a indisciplina têm se tornado cada vez mais frequentes nos discursos dos educadores. No entanto, muitas vezes, sem uma análise mais aprofundada, esses profissionais acabam perpetuando conceitos preconcebidos sobre indisciplina e violência. Esse comportamento pode, inadvertidamente, agravar os problemas tanto dentro das salas de aula quanto no ambiente escolar como um todo, por meio de suas práticas e procedimentos. Os discursos produzidos pelos educadores não são apenas reflexos de suas individualidades, mas também das relações de poder que se desenvolvem no espaço escolar.

Muitas das concepções reproduzidas pelos educadores têm raízes históricas e são influenciadas pelo papel que desempenham como formadores, bem como pelas expectativas que constroem dentro desses contextos. Foucault (1977) argumenta que o poder é uma forma de produção de conhecimento, e aqueles que o detêm exercem controle sobre os que não o possuem. Historicamente, a escola tem sido vista tanto como uma instituição detentora de conhecimento quanto como um espaço de controle, já que desempenha um papel central na formação da identidade do sujeito e na definição de sua condicionalidade.

Portanto, é essencial promover o desenvolvimento contínuo dos educadores, especialmente daqueles que estão diretamente envolvidos na condução das turmas, para que possam implementar estratégias eficazes na mediação de situações de indisciplina em sala de aula, as quais representam obstáculos significativos ao processo de aprendizagem.

Garcia (2008) enfatiza a importância de uma atenção especial aos processos de formação, tanto inicial quanto continuada:

[...] devemos destacar a importância, particularmente em escolas que enfrentam problemas crônicos de indisciplina, de se avançar a formação de professores. Enquanto a indisciplina escolar persistir como um tema não destacado na formação inicial dos futuros professores, resta aos projetos de formação continuada, em serviço, nas escolas, mobilizarem os professores para os saberes, atitudes e desenvolvimento necessários em suas práticas pedagógicas concretas (Garcia, 2008, p. 378).

Em essência, o principal objetivo da escola é facilitar o processo de ensino aprendizagem. Portanto, as manifestações de comportamento que alguns professores interpretam como indisciplina são, na verdade, oportunidades para realinhar o processo educacional, já que a indisciplina é, em parte, aprendida. Para Rego:

Finalmente, como pudemos observar os postulados defendidos por Vygotsky ressaltam claramente o papel crucial que a educação tem sobre o comportamento e o desenvolvimento das funções psicológicas complexas, como agir de modo consciente, deliberado, de autogovernar-se (aspectos diretamente relacionados à disciplina). Em outras palavras, o comportamento (in) disciplinado é aprendido. (Rego, 1996, p. 96)

A autora destaca que o comportamento indisciplinado dos alunos é moldado pelas experiências que vivenciam tanto dentro quanto fora do ambiente escolar. Por isso, cabe ao professor fornecer os recursos necessários para que os alunos compreendam as consequências de comportamentos inadequados. Esta tarefa se torna especialmente desafiadora quando os conflitos já estão presentes. Para lidar com isso, é essencial estabelecer uma relação de confiança entre professores e alunos, além de criar um ambiente acolhedor que favoreça o processo de aprendizagem.

Dessa maneira, é responsabilidade do professor gerenciar o ambiente de trabalho, incentivando os alunos e criando uma atmosfera propícia ao aprendizado. A prevenção da indisciplina deve seguir essas estratégias. Conforme destaca Garcia, "alguns estudos mostram que, sobretudo, as estratégias para prevenir a indisciplina devem englobar as relações complementares entre a motivação dos estudantes e os seus processos de aprendizagem" (Garcia, 1999, p. 104).

Portanto, a criação de um ambiente organizado depende da construção coletiva da proposta pedagógica. É fundamental desenvolver uma diretriz disciplinar com base pedagógica, contando com a participação ativa dos alunos.

Outros fatores destacados pela maioria dos entrevistados como influentes na reprovação no Ensino Médio são o desinteresse dos estudantes pelos estudos e ausência de comprometimento com atividades extracurriculares. Essas questões exigem uma análise mais profunda, visto que a disposição e o engajamento estão relacionados com a motivação pessoal, que pode ter múltiplas causas. Entre essas causas, destaca-se a discrepância entre as necessidades dos alunos e o que a escola oferece, além da percepção de que a escola não proporciona as mudanças esperadas, resultando em desinteresse. O desinteresse pode, na verdade, mascarar situações complexas envolvendo questões socioeconômicas e culturais.

Arroyo (2007) observa que a falta de melhores perspectivas no mercado de trabalho traz desafios para a educação, visto que esta sempre esteve vinculada a um projeto de futuro. É importante reconhecer que há desmotivações pessoais para os estudos sobre as quais a escola tem pouca ou nenhuma influência. No entanto, propõe-se que a escola busque minimizar o impacto desses fatores.

Para alcançar melhores resultados, a escola deve se fortalecer enquanto instituição educativa, aprimorando seus aspectos pedagógicos e administrativos, a fim de estimular e motivar os estudantes em sua trajetória acadêmica.

Dourado *et al.* (2007, p. 14) afirma que "estudos e pesquisas mostram que as dimensões extraescolares afetam sobremaneira os processos educativos", mas a escola não pode negligenciá-las. Pelo contrário, deve encontrar maneiras de minimizar seus impactos, promovendo a produtividade escolar conforme conceituado por Vasconcelos (*apud* Ceratti, 2008).

Mais um dos aspectos apontados por grande parte dos entrevistados como um fator preponderante na reprovação no Ensino Médio é a presença de dificuldades de aprendizagem que persistem desde o Ensino Fundamental. Muitos alunos chegam ao Ensino Médio enfrentando desafios significativos para acompanhar o processo de ensino-aprendizagem concebido para esse nível educacional. Essas dificuldades podem ser atribuídas a uma série de fatores complexos: a base educacional adquirida no Ensino Fundamental pode não estar alinhada com as expectativas necessárias para o Ensino Médio; a fase de transição da adolescência para a idade adulta, juntamente com as mudanças sociais e emocionais inerentes a essa fase, pode impactar a capacidade de aprendizado; questões cognitivas individuais também desempenham um papel importante, assim como a falta de apoio familiar durante esse período de transição, quando os alunos tendem a se tornar mais independentes, resultando em uma diminuição do envolvimento dos pais na vida escolar do estudante. Além disso, a transição para um novo nível de ensino, com novos conteúdos e disciplinas desconhecidas, pode representar um desafio considerável.

A ausência dos requisitos mínimos por parte do aluno para a série que está cursando, combinada com a dificuldade dos professores em lidar efetivamente com essa realidade, pode ter um impacto extremamente prejudicial no processo de ensino e aprendizagem. Resende e Mesquita (2013) consideram

[...] verifica-se que, além do conhecimento da linguagem e da preparação profissional do professor, outro fator que está ligado diretamente ao ensino - aprendizagem é a questão evolutiva dos conteúdos, que deve ser considerada para se evitar a falta de "base", muitas vezes tomado como principal fator a contribuir para as dificuldades ensino-aprendizagem. Quando o aluno passa de uma série para a seguinte, os conteúdos vão se acumulando e se aprofundando e assim necessitam de uma interligação entre eles, ligação esta nem sempre realizada. (Resende; Mesquita, 2013, p. 203).

A defasagem de aprendizagem proveniente do Ensino Fundamental precisa ser abordada no início da jornada dos alunos no Ensino Médio. É responsabilidade da escola identificar essas defasagens por meio de avaliações diagnósticas, desenvolver estratégias eficazes para superá-las e investir na formação continuada dos professores. Esse investimento pode ser realizado através de cursos, workshops, seminários e outras atividades que capacitem os educadores a enfrentar as dificuldades dos estudantes de forma efetiva.

Outra estratégia que pode ser adotada para superar a defasagem na aprendizagem dos alunos é a implementação de projetos pedagógicos. É importante destacar que 87,5% dos estudantes entrevistados indicaram a ausência de tais projetos como um dos principais fatores que contribuem para a reprovação. Os projetos pedagógicos podem aumentar o engajamento dos alunos, tornando o processo de aprendizagem mais interessante e produtivo.

O trabalho com projetos implica uma reavaliação da escola, incluindo seus horários, espaços e abordagem dos conteúdos das diversas áreas do conhecimento. Além disso, proporciona uma nova perspectiva sobre o papel dos alunos no desenvolvimento das atividades diárias propostas.

Ao participar de um projeto, o aluno está envolvido em uma experiência educativa em que o processo de construção de conhecimento está integrado às práticas vividas. Esse aluno deixa de ser, nessa perspectiva, apenas um aprendiz do conteúdo de uma área de conhecimento qualquer. É um ser humano que está desenvolvendo uma atividade complexa e que nesse processo está se apropriando, ao mesmo tempo, de um determinado objeto do conhecimento cultural e se formando como sujeito cultural (Leite, 1996, p. 32).

A definição dos projetos pedagógicos deve ser um processo coletivo, envolvendo todos os participantes da instituição escolar. Portanto, no desenvolvimento do projeto, educandos e educadores devem ser responsáveis pela elaboração, modificação, quando necessário, e conclusão das atividades.

3.3.2 Impactos da reprovação escolar na Escola Estadual Alberto Pereira Lima

Discutir a educação contemporânea inevitavelmente leva à questão da reprovação escolar, que é um tema recorrente devido aos problemas causados pela discrepância entre idade e série. Desde as últimas décadas, esse tópico tem ganhado destaque, principalmente devido às repercussões negativas nas escolas públicas do país, frequentemente interpretadas como indicadores de fracasso (Ribeiro, 1991). Os problemas associados à reprovação vão

além da aprendizagem, englobando também a baixa autoestima e, em médio e longo prazo, a possibilidade mais grave: a evasão escolar. Esta última é muitas vezes desencadeada pelo impacto negativo da reprovação em alunos em fase de desenvolvimento, que muitas vezes não conseguem separar a realidade escolar de suas vidas cotidianas.

Nas entrevistas realizadas, ao serem questionados sobre o desempenho dos alunos que estão em defasagem idade-série, o gestor, a pedagoga e os quatro professores da E.E. Alberto Pereira Lima foram unânimes em afirmar que esses alunos demonstram falta de motivação, sentimentos de inferioridade em relação aos colegas e falta de dedicação ao aprendizado.

A Tabela 8 apresenta as opiniões dos 16 alunos entrevistados sobre o desconforto ou constrangimento que sentem ao estarem em uma série escolar junto a colegas mais jovens.

Tabela 8 - Desconforto ou constrangimento dos estudantes entrevistados por estarem em uma série escolar com colegas mais jovens

Total de alunos entrevistados	Muito desconfortável	Um pouco desconfortável	Parcialmente desconfortável	Não sente desconforto
16	03	04	02	07

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os dados do questionário

Dos 16 alunos entrevistados, 9 relataram desconforto por estarem em uma série escolar junto a colegas mais jovens. Esse sentimento pode ter várias causas, como as diferenças de maturidade, já que os alunos mais velhos geralmente possuem níveis de maturidade e interesses distintos dos mais jovens, o que pode gerar uma sensação de desconexão e desajuste em relação ao grupo. No que diz respeito às interações sociais, a diferença de idade pode influenciar a dinâmica das amizades, dificultando para os alunos mais velhos encontrar um grupo com quem se sintam à vontade. Além disso, a pressão social desempenha um papel importante, uma vez que estar em uma série com colegas mais jovens pode levar a sentimentos de inadequação ou vergonha, gerando estigmatização e, conseqüentemente, uma diminuição na autoestima. Por fim, as diferenças acadêmicas também podem ser um fator, pois os alunos mais velhos podem perceber que o conteúdo ensinado está aquém de suas capacidades, o que pode resultar em frustração e tédio.

A frustração e o tédio dos alunos podem ser analisados na Tabela 9, que apresenta suas escolhas em relação à motivação para os estudos.

Tabela 9 - Escolhas dos alunos entrevistados em relação à motivação para os estudos.

Total de alunos entrevistados	Motivados	Motivados ocasionalmente	Falta de motivação
16	02	12	02

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os dados do questionário

A Tabela 9 revela que apenas dois estudantes relataram sentir-se motivados em relação aos seus estudos. A motivação desempenha um papel importante no sucesso acadêmico e pessoal dos alunos, e é fundamental que a escola crie as condições necessárias para fomentar esse engajamento. Um ambiente escolar positivo e estimulante pode significativamente aumentar a motivação, ao oferecer um espaço seguro e acolhedor, onde os alunos se sintam apoiados e valorizados.

Esteban (2001) ressalta a importância do diálogo como meio de promover a reflexão sobre o processo educacional e buscar formas coletivas de intervenção que superem obstáculos e garantam o acesso e a permanência dos alunos na escola. Com base nesse argumento, acredita-se que o diálogo na escola é primordial para que os membros da comunidade escolar possam olhar criticamente para sua realidade, considerando os fatores que influenciam sua participação na construção e redefinição da dinâmica pedagógica.

A avaliação no processo de ensino/aprendizagem é um tema complexo, frequentemente simplificado ao ato de aplicar provas, testes ou exercícios, onde o foco se restringe à atribuição de notas, sejam elas numéricas ou conceituais. Diante disso, verificar como os atores entrevistados da E.E. Alberto Pereira Lima percebem as avaliações e analisar os métodos de avaliação empregados no Ensino Médio da instituição mostrou-se de grande importância.

A Tabela 10 apresenta a percepção do gestor, da pedagoga e dos docentes entrevistados sobre a contribuição das avaliações realizadas pelos professores para a reprovação no Ensino Médio.

Tabela 10 - Contribuição das avaliações realizadas pelos professores para a reprovação no Ensino Médio sob a perspectiva do gestor, da pedagoga e dos docentes entrevistados.

Entrevistado	Contribuição mínima	Grande importância
Gestor	X	
Pedagoga	X	
Docente da área de Ciências		X

Humanas		
Docente da área de Linguagens		X
Docente da área de Ciências da Natureza	X	
Docente da área de Matemática	X	

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os dados do questionário

A tabela 10 revela que apenas 2 entrevistados consideram as avaliações realizadas pelos professores como um fator de grande importância na reprovação no ensino médio. É essencial, especialmente em instituições com altos índices de reprovação, que a gestão e os docentes reconheçam o valor das avaliações e seus múltiplos papéis. As avaliações desempenham um papel fundamental ao identificar padrões de dificuldade entre os alunos, possibilitando ajustes no currículo ou nas estratégias de ensino para abordar essas dificuldades de maneira mais eficaz.

Dos 16 alunos entrevistados, 13 consideram as avaliações internas realizadas pelos professores como um fator que contribui para a reprovação. Esse dado evidencia a necessidade de um olhar mais atento aos métodos de avaliação adotados pela instituição.

Durante a entrevista, professores das áreas de Ciências Humanas, Linguagens, Ciências da Natureza e Matemática foram questionados sobre os métodos de avaliação que utilizam em sua prática docente. Foram apresentados diversos métodos, incluindo avaliação formativa, avaliação contínua, avaliação diagnóstica, avaliação classificatória e avaliação voltada para atribuição de notas. Os docentes tiveram a possibilidade de escolher mais de um método de avaliação que adotam em suas atividades.

A tabela 11 apresenta as opções selecionadas por esses docentes.

Tabela 11 - Métodos de avaliação utilizados pelos docentes no Ensino Médio

Métodos de avaliação utilizados	Formativa	Contínua	Diagnóstica	Classificatória	Para efeito de notas
Professor da área das Ciências Humanas	X	X			X
Professor da área de	X	X	X	X	

Linguagens					
Professor da área das Ciências da Natureza	X	X	X	X	
Professor da área de Matemática	X	X	X		X

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os dados do questionário

Conforme observado na Tabela 11, todos os professores entrevistados indicaram utilizar mais de um método de avaliação em sua prática docente. É importante ressaltar, contudo, a relevância de o professor conhecer e diferenciar esses métodos, aplicando-os de maneira adequada para promover um ensino eficaz e um aprendizado significativo. Métodos de avaliação diferenciados podem ser adaptados para atender a diferentes necessidades, permitindo que todos os alunos tenham a oportunidade de demonstrar seu conhecimento e suas habilidades.

Os quatro professores entrevistados, atuantes nas áreas de Ciências Humanas, Linguagens, Ciências da Natureza e Matemática, relataram a adoção de avaliações formativas e contínuas em suas práticas pedagógicas. Na avaliação formativa, não existe um instrumento ou modelo único prioritário. É fundamental que o professor diversifique os instrumentos e atividades, mantendo a coerência necessária para obter informações mais precisas sobre o desempenho em sala de aula. Assim, respeita-se a individualidade dos alunos, permitindo-lhes monitorar seus próprios progressos e avanços no ritmo de sua aprendizagem (Azzi, 2001, p. 162). A avaliação contínua, por sua vez, evidencia que o objetivo da avaliação não é punir ou perseguir o aluno, mas sim auxiliá-lo em todo o processo de escolarização (Azzi, 2001, p. 163).

Além disso, os professores das áreas de Linguagens, Ciências da Natureza e Matemática indicaram o uso de avaliações diagnósticas. Este tipo de avaliação é essencial ao longo de todo o processo de ensino/aprendizagem, pois permite acompanhar o desenvolvimento do aluno e entender os resultados obtidos, sejam eles positivos ou negativos, proporcionando subsídios para intervenções pedagógicas (Azzi, 2001, p. 162).

Os docentes das áreas de Ciências Humanas e Matemática mencionaram a utilização de avaliações voltadas para atribuição de notas. O professor da área de Ciências da Natureza também relatou a aplicação de avaliações classificatórias. É importante destacar que estas avaliações apenas constataam a situação dos alunos, categorizando-os (inteligentes, medianos e

fracos) e determinando quem será aprovado, em vez de abordar as dificuldades dos alunos para que possam superá-las.

Avaliações voltadas para atribuição de notas e classificatórias tratam todos de maneira uniforme, introduzindo na sala de aula uma lógica de autoritarismo e disciplinamento. Segundo Esteban (2001), avaliações nessa perspectiva possuem poucos elementos para superar o fracasso escolar, que não é apenas um problema técnico ou burocrático. Esteban afirma:

A avaliação, na ótica do exame, atende às exigências de natureza administrativa, serve para reconhecer formalmente a presença (ou ausência) de determinado conhecimento, mas não dispõe da mesma capacidade para indicar qual a capacidade para indicar qual o saber que o sujeito possui e como está interpretando as mensagens que recebe (Esteban, 2001, p. 100).

Assim, avaliações voltadas para a atribuição de notas e classificação frequentemente não consideram o processo de aprendizagem desenvolvido para responder a determinadas perguntas. Em vez disso, limitam-se a identificar erros e acertos, bem como a diferenciar conhecimento de ignorância. Esse enfoque acaba por reproduzir, na escola, as desigualdades presentes na sociedade, ao invés de promover uma formação de qualidade para todos.

Avaliar a aprendizagem apenas com base nas notas, sem considerar o que realmente foi apreendido, é insuficiente. Com frequência, professores, pais e alunos concentram-se exclusivamente nos resultados finais das avaliações, negligenciando o processo de construção do conhecimento. Luckesi (2011, p. 39) observa que, “nossa prática educativa muitas vezes se orienta por uma ‘Pedagogia do Exame’; se os alunos se saem bem nas provas e obtêm boas notas, o restante parece não importar”.

Nesse contexto, o sistema educacional ainda está muito ligado aos conceitos de aprovação e reprovação. Os responsáveis pelos alunos desejam que eles passem nas avaliações através de provas ou testes específicos, que muitas vezes não têm a função de diagnosticar, mas sim de rotular a aprendizagem, em vez de promover sua construção.

O olhar do docente não deve ser o de um juiz, pois isso o afastaria do saber psicopedagógico, que se dedica à autoanálise das dificuldades e possibilidades no processo de aprendizagem. O papel do professor é o de conselheiro e orientador, não de executor de provas e testes. A abordagem de avaliação como punição deve ser substituída por uma de aprendizagem contínua. Dessa forma, questionam-se os processos de avaliação centrados apenas no desempenho cognitivo e direcionados exclusivamente para aprovar ou reprovar alunos.

É fundamental reavaliar as metodologias de avaliação dos estudantes. No contexto desta pesquisa, a necessidade de mudança se apresenta como um desafio essencial para diminuir os índices de reprovação e a discrepância entre idade e série no Ensino Médio da E.E. Alberto Pereira Lima. Além disso, é importante ressaltar o papel vital dos profissionais dedicados à educação nesse processo de transformação.

3.3.3 Escola Estadual Alberto Pereira Lima frente à reprovação

A compreensão do fracasso escolar vai além das evidências dos altos índices de evasão e reprovação. Este fenômeno deve ser abordado como um processo psicossocial complexo, e não apenas como um resultado direto de disfunções na aprendizagem. Tais disfunções são, na verdade, consequências de uma variedade de fatores, e não a causa primordial do fracasso escolar.

De acordo com Silva (2016), muito se atribuiu aos fatores externos à escola como os principais responsáveis pelo baixo desempenho dos alunos, especialmente no que tange às condições socioeconômicas:

Durante muito tempo atribuiu-se às diferenças de desempenho escolar aos fatores extraescolares, em especial ao nível econômico dos alunos, concluindo-se que a escola nada poderia fazer para melhorar o desempenho de seus alunos (Silva, 2016, p. 67).

Todavia, Silva (2016) ressalta que, mesmo diante de condições adversas, a escola, com seus recursos internos, é capaz de minimizar desigualdades externas e garantir um ensino de qualidade e equitativo. O autor enfatiza que os impactos negativos provenientes de fatores externos podem ser atenuados pelas características intrínsecas da escola, um aspecto fundamental nas premissas que sustentam esta pesquisa.

Ribeiro (1991, p. 7) já alertava para a realidade da educação no Brasil, referindo-se a ela como uma "Pedagogia da Repetência". Quase duas décadas depois, Alavarse e Mainardes (2010) continuaram a destacar em seus estudos que esse problema persistia na educação brasileira:

No Brasil, a análise do fluxo dos alunos matriculados nos Ensinos Fundamental e Médio salienta a existência de altas taxas de reprovação e de taxas de abandono. Tendo em vista essa realidade, Ribeiro (1991) sugeriu a existência de uma "pedagogia da repetência", ou seja, uma tendência em reprovar os alunos com a crença de que isso seria positivo para a vida escolar dos estudantes (Alavarse ; Mainardes, 2010, p. 02).

Na prática, pouco mudou desde as observações de Ribeiro (1991), e mesmo uma década após os alertas de Alavarse e Mainardes (2010) sobre os efeitos prejudiciais da reprovação no sistema educacional. Segundo Koslinski:

A persistência desta prática escolar ocorre mesmo frente a uma ampla literatura que discorre sobre seus efeitos negativos, tanto para a distribuição de oportunidades educacionais, quanto para eficiência do sistema educacional (Koslinski, 2018, p. 2).

Portanto, é essencial que sejam adotadas e intensificadas práticas voltadas para a redução dos índices de reprovação e para melhorias no processo de ensino-aprendizagem.

Conforme o Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Alberto Pereira Lima, atualizado em 2019, a instituição implementa diversos projetos, tais como "Jovem de Futuro", "Sexualidade: Prevenção da Gravidez na Adolescência" e "Nossa Raça, Nossa Cara", com o objetivo de tornar as atividades escolares mais dinâmicas e atraentes para os alunos (Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual Alberto Pereira Lima, 2019, p. 11). No entanto, a participação dos estudantes ainda é motivo de preocupação. Entre os 16 alunos entrevistados, 11 afirmaram participar das aulas ocasionalmente, o que pode refletir uma variação na dedicação e no interesse pelos estudos. Dois alunos disseram participar raramente das aulas, enquanto apenas três afirmaram participar sempre, indicando um maior engajamento e comprometimento com o processo de aprendizagem.

Em escolas com um alto índice de reprovação, é essencial que a instituição repense seu projeto pedagógico e identifique possíveis falhas. Não é justo atribuir a culpa exclusivamente ao aluno pelo seu fracasso. A escola também tem sua parcela de responsabilidade, pois pode não estar proporcionando um ambiente de ensino adequado às necessidades dos alunos.

Vitor Henrique Paro reforça essa ideia ao afirmar que "*a verdadeira motivação deve estar no próprio estudo, que precisa ser prazeroso e desejado pelo aluno*" (Paro, 2003, p. 12). Nesse contexto, é importante destacar os fatores que influenciam na reprovação no Ensino Médio. Dos 16 alunos entrevistados, 13 mencionaram a necessidade de métodos de ensino mais diversificados por parte dos professores em sala de aula. Além disso, 14 alunos apontaram a falta de projetos pedagógicos que promovam a aprendizagem como um fator significativo para a reprovação.

A Tabela 12 mostra a opinião dos professores das áreas de Ciências Humanas, Linguagens, Ciências da Natureza e Matemática sobre a influência de métodos de ensino mais diversificados em sala de aula na taxa de reprovação no Ensino Médio.

Tabela 12 - Influência dos métodos de ensino mais diversificados em sala de aula na taxa de reprovação no Ensino Médio, sob a perspectiva dos docentes entrevistados.

Entrevistado	Ausência de contribuição	Contribuição mínima	Contribuição moderada	Grande influência na reprovação
Professor da área das Ciências Humanas			X	
Professor da área de Linguagens			X	
Professor da área das Ciências da Natureza			X	
Professor da área de Matemática		X		

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os dados do questionário

Conforme a Tabela 12, podemos verificar que, entre os quatro docentes entrevistados, a maioria apontou uma contribuição moderada para a necessidade de métodos de ensino mais diversificados em sala de aula. No entanto, o professor de Matemática destacou uma contribuição mínima. Essa diferença de opinião indica que, embora os professores reconheçam a importância de diversificar os métodos de ensino, suas percepções sobre o impacto dessas práticas na reprovação no Ensino Médio variam. Quanto à ausência de projetos pedagógicos que incentivem a aprendizagem dos alunos, as opiniões também divergiram: o professor da área de Ciências Humanas considerou que esse fator tem uma contribuição moderada, enquanto os professores de Linguagens, Ciências da Natureza e Matemática avaliaram como mínima essa influência. Isso sugere que, na visão dos professores, a falta de projetos pedagógicos focados na promoção da aprendizagem dos alunos não é vista como um fator de alta relevância.

Quando perguntado sobre o papel do professor no contexto da avaliação no processo de ensino-aprendizagem, o gestor da E. E.A.P. L afirmou: “O papel do professor é fundamental nesse processo, pois ele analisa e identifica onde estão as dificuldades dos alunos, trabalhando para superá-las.” (Gestor da E. E.A.P. L, 2024) Em relação à percepção de

uma cultura de reprovação entre os professores do Ensino Médio na instituição e como essa cultura se manifesta, o diretor destacou: “Ainda temos alguns professores com essa mentalidade na escola. Felizmente, é um grupo pequeno, mas eles ainda não percebem que a reprovação não contribui para o crescimento do aluno.” (Gestor da E. E.A.P. L, 2024)

Por outro lado, a especialista da E. E.A.P. L argumenta que:

O papel do professor mediante ao processo de avaliação deve levar em conta as peculiaridades de cada aluno, os quais possuem características únicas, alguns com mais facilidade, outros nem tanto, além de refletir sobre seu papel de mediador de conhecimento e a forma com a qual tem desempenhado suas funções. (Especialista da E.M. LM, 2024).

Quanto à percepção de uma cultura de reprovação entre os professores do Ensino Médio na instituição e à forma como essa cultura se manifesta, a especialista afirmou: “na minha visão, essa cultura não está presente na escola em que trabalho.” (Especialista da E.M. L. M, 2024).

Apesar da ampla gama de pontos de vista sobre o tema, não podemos atribuir exclusivamente ao professor a responsabilidade pelo fracasso do aluno. A responsabilidade deve ser compartilhada por todo o ambiente educacional, incluindo seus dirigentes. Afinal, o professor não atua isoladamente nem toma decisões sem consultar seus superiores, e a estrutura escolar é baseada em uma hierarquia que envolve diversos níveis de gestão e apoio.

Castro (2018) enfatiza a importância de identificar e utilizar fatores intraescolares como uma oportunidade para aprimorar o desempenho acadêmico dos alunos e os resultados gerais da instituição.

As pesquisas sobre eficácia escolar se debruçam sobre fatores como os recursos escolares (infraestrutura); a organização e gestão da escola (como a liderança do diretor e a responsabilidade coletiva dos docentes); o clima escolar (por exemplo, o interesse e a motivação dos professores e alunos, bem como dos demais atores que compõem a escola); a formação e salário docente; a ênfase pedagógica (ensino orientado pelas reformas educacionais) etc (Castro, 2018, p. 67 -68).

As instituições educacionais adotam métodos de avaliação padronizados, que categoricamente classificam os alunos como aprovados ou reprovados, muitas vezes utilizando uma escala de notas de zero a dez. Esse sistema, ao estabelecer uma divisão rígida entre os estudantes, pode resultar em uma forma de seleção e exclusão. Nesse contexto, Luckesi observa que:

A atual prática da avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico, como deveria ser constitutivamente. Ou seja, o julgamento de valor sobre o objeto avaliado passa a ter a função estática de classificar um objeto ou um ser humano histórico num padrão definitivamente determinado. Do ponto de vista da aprendizagem escolar, poderá ser definitivamente classificado como inferior, médio ou superior. Classificações essas que são registradas e podem ser transformadas em números e por isso, adquirem a possibilidade de serem somadas e divididas em médias (Luckesi, 1999, p. 34).

O que queremos destacar é que um verdadeiro respeito pelas diferenças entre os alunos envolve, essencialmente, o esforço para conhecê-los e apreciá-los em sua singularidade. Isso vai além de simplesmente medir seu desempenho ou compará-los com os demais. É fundamental redefinir o conceito de "diferença" na educação como algo essencial à condição humana, enxergando-o como um elemento positivo que promove a cooperação. A visão negativa da diferença, por outro lado, tende a fomentar o individualismo.

A Tabela 13 apresenta as opiniões do gestor, da pedagoga e dos quatro professores entrevistados sobre a influência da participação das famílias dos estudantes nas taxas de reprovação no Ensino Médio.

Tabela 13 - Influência da participação das famílias dos estudantes nas taxas de reprovação no Ensino Médio.

Entrevistado	Ausência de contribuição	Contribuição mínima	Contribuição moderada	Grande importância
Gestor				X
Pedagoga				X
Docente da área de Ciências Humanas				X
Docente da área de Linguagens				X
Docente da área de Ciências da Natureza			X	
Docente da área de Matemática				X

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os dados do questionário

A Tabela 13 revela que apenas um entrevistado vê a influência da participação das famílias dos estudantes nas taxas de reprovação no Ensino Médio como um fator de contribuição moderada. Em contraste, os outros cinco entrevistados acreditam que a participação dos pais exerce uma grande influência na reprovação.

Entre os 16 alunos entrevistados, 10 indicaram que a falta de envolvimento da família no acompanhamento escolar pode ser um fator influente na reprovação. Dessa forma, tanto o gestor, quanto a pedagoga, os docentes e os próprios alunos percebem a ausência do suporte familiar como um fator significativo que contribui para a reprovação, conforme avaliado pelos professores. Após a análise das entrevistas realizadas com o gestor escolar, a pedagoga, os quatro docentes das áreas de Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens e Matemática, e os 16 estudantes que já enfrentaram reprovações em alguma etapa do Ensino Médio na Escola Estadual Alberto Pereira Lima, foram identificados diversos desafios que contribuem para os elevados índices de reprovação e para a distorção idade-série.

Os desafios que contribuem para os altos índices de dificuldades na instituição incluem: defasagem na aprendizagem acumulada do Ensino Fundamental; falta de motivação dos estudantes, que têm enfrentado dificuldades para manter o interesse e o empenho nas atividades escolares; indisciplina, caracterizada por comportamentos inadequados e desrespeito às normas escolares; e ausência de projetos educacionais que envolvam os alunos e tornem o aprendizado mais dinâmico e significativo.

Além disso, há uma carência de envolvimento familiar no acompanhamento escolar, com ausência de apoio para os alunos, e falta de formação continuada para os professores, que é essencial para a atualização e ampliação de conhecimentos e habilidades ao longo de suas carreiras.

Diante disso, o Plano de Ação Educacional (PAE) buscará propor estratégias para superar esses obstáculos, com o objetivo de contribuir para a redução da reprovação e da distorção idade-série na instituição.

4 PLANO DE AÇÃO EDUCACIONAL – PAE: CONTRIBUINDO COM A REDUÇÃO DA REPROVAÇÃO E DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NA ESCOLA ESTADUAL ALBERTO PEREIRA LIMA

A presente pesquisa buscou investigar os desafios enfrentados pela gestão da E.E. Alberto Pereira Lima em relação aos altos índices de reprovação no Ensino Médio, bem como explorar estratégias para reduzir essas taxas. A principal motivação para a realização deste estudo foi identificar estratégias eficazes que possam contribuir para melhorar a situação atual da escola, onde atuo como professora no Novo Ensino Médio.

No segundo capítulo, abordou-se a obrigatoriedade do Ensino Médio no Brasil e a implementação do Novo Ensino Médio, discutindo os desafios dessa etapa educacional, incluindo a elevada taxa de reprovação e a discrepância entre idade e série. Também foram descritos aspectos da escola em questão, sua estrutura organizacional, características, acompanhamento pedagógico e os projetos desenvolvidos.

O terceiro capítulo aprofundou a compreensão dos fenômenos de reprovação e distorção idade-série, com base nos referenciais teóricos que sustentam este trabalho e nos dados obtidos através dos instrumentos aplicados aos sujeitos da pesquisa.

A análise das entrevistas revelou vários fatores internos às escolas que influenciam significativamente a reprovação no Ensino Médio. Entre esses fatores, foram observados a defasagem na aprendizagem acumulada durante o Ensino Fundamental, a falta de motivação entre os alunos, problemas de indisciplina, a ausência de projetos educacionais que envolvam os estudantes, a falta de envolvimento familiar no acompanhamento escolar e a necessidade de capacitação contínua para os professores. Essa formação contínua deve, especialmente, focar na diversificação das metodologias de ensino e avaliação em sala de aula.

Para facilitar a identificação dos elementos necessários na implementação do PAE, as propostas serão estruturadas utilizando a metodologia 5W2H. Esta ferramenta consiste num conjunto de perguntas que ajuda a criar planos de ação de forma rápida e eficiente, respondendo a sete questões essenciais: *What?* (O quê?), *Why?* (Por quê?), *Where?* (Onde?), *When?* (Quando?), *Who?* (Quem?), *How?* (Como?) e *How much?* (Quanto custa?). O principal objetivo desta abordagem é permitir a definição de tarefas de forma eficaz, além de garantir o seu acompanhamento de uma maneira visual, ágil e simplificado.

4.1 PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO

Antes de iniciar o detalhamento do PAE, foi elaborada uma síntese dos principais problemas identificados. Com base nos dados coletados durante a pesquisa, o Quadro 3 apresenta uma sistematização dos principais desafios emergentes e as propostas de ação.

Quadro 3 - Dados da Pesquisa x Ações Propostas de ação

Dados de pesquisa	Ação propositiva
<p>Dados: Defasagem de aprendizagem acumulada no Ensino Fundamental</p>	<p>Desenvolver um Projeto de Recuperação da Aprendizagem que envolva a colaboração ativa de todos os membros da comunidade escolar. O principal objetivo será corrigir as deficiências de aprendizagem acumuladas durante o Ensino Fundamental.</p> <p>Criar um cronograma de ações: Estabelecer um plano detalhado que inclua prazos e etapas claras para a execução do projeto.</p> <p>Organizar grupos de estudo entre os alunos. Realizar uma reunião de conscientização: Promover uma sessão para apresentar o projeto aos alunos, ressaltando a importância e os objetivos da intervenção.</p> <p>Conduzir o primeiro encontro dos grupos de estudo: Facilitar uma reunião inicial para definir estratégias e metas que orientarão a intervenção.</p> <p>Encontro com os pais: Convocar uma reunião com os pais dos alunos para explicar o projeto e definir claramente o papel da família no processo de recuperação pedagógica.</p>
<p>Dado: Falta de formação contínua para os professores.</p>	<p>Durante a reunião do Módulo II, serão apresentados os resultados da pesquisa para a gestão e os docentes, oferecendo uma análise detalhada do panorama atual das taxas de reprovação na escola.</p> <p>Serão discutidas as iniciativas do Projeto de Recuperação da Aprendizagem, que busca corrigir as deficiências acumuladas durante o Ensino Fundamental. O projeto requer a</p>

	<p>colaboração ativa de todos os membros da comunidade escolar. Também será apresentado o Projeto Jovem em Movimento, focado em promover a autonomia, a responsabilidade e o senso de pertencimento entre os estudantes.</p> <p>Serão propostas ações direcionadas aos docentes, incentivando a participação ativa nos cursos de formação continuada, a sistematização das avaliações, a motivação dos estudantes e o acompanhamento na formação de grupos de estudo por turma.</p> <p>Será sugerida a participação em cursos de formação continuada oferecidos pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, através da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional e de Educadores. Em destaque, o curso "Introdução à Formação Pedagógica – Correção de Fluxo", que visa à capacitação contínua dos professores que atuam em turmas com estudantes em distorção idade/ano de escolaridade.</p> <p>Após o processo de formação continuada e discussões nas reuniões do Módulo II, serão organizadas propostas para a criação de um documento estruturador. Este documento estabelecerá mecanismos claros para a sistematização das avaliações internas e dos processos de recuperação de aprendizagem.</p>
<p>Implementação e acompanhamento dos Projetos de Recuperação da Aprendizagem e Jovem em Movimento</p>	<p>Monitoramento da execução dos projetos, fornecendo suporte contínuo e ajustando conforme necessário.</p> <p>É fundamental estabelecer um cronograma de monitoramento que inclua intervalos regulares para avaliar o progresso, como reuniões semanais ou mensais. A coleta de dados pode ser realizada por meio de entrevistas, feedback da equipe e observações diretas. Criação de relatórios detalhados a partir da análise dos dados coletados, para comunicação e divulgação junto à comunidade escolar durante as reuniões de pais.</p>

Fonte: Elaborada pela autora (2024)

As propostas foram elaboradas para sensibilizar a comunidade escolar sobre os desafios enfrentados. Entre esses desafios estão: a defasagem na aprendizagem acumulada durante o Ensino Fundamental, a falta de motivação dos alunos, problemas de indisciplina, a ausência de projetos educacionais envolventes, a falta de envolvimento familiar no acompanhamento escolar e a necessidade de capacitação contínua para os professores. As propostas visam estabelecer estratégias de estudo e debate sobre esses pontos críticos, além de incentivar a participação ativa de alunos, professores e da equipe gestora. O objetivo é construir um processo sólido e duradouro, focado em ações viáveis.

O plano foi organizado para atender às demandas levantadas na análise das pesquisas, resultando em quatro focos de ação estruturados: 1) criação de grupos de estudo entre os alunos para corrigir as deficiências de aprendizagem acumuladas durante o Ensino Fundamental; 2) incentivo à motivação dos alunos; 3) formação contínua para os professores, com ênfase em avaliação e metodologias de ensino diversificadas, oferecida pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, através da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional e de Educadores e 4) implementação e acompanhamento das ações.

O PAE apresentado inclui a elaboração do Projeto de Recuperação da Aprendizagem e do Projeto Jovem em Movimento, além de uma proposta de formação contínua para os professores. Esta formação, oferecida pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais por meio da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional e de Educadores, enfatizará principalmente a diversificação das metodologias de ensino e avaliação em sala de aula. O objetivo central da pesquisa é propor estratégias para reduzir os índices de reprovação e a distorção idade-série na Escola Estadual Alberto Pereira Lima.

O Projeto de Recuperação de Aprendizagem tem como principal objetivo possibilitar que os alunos desenvolvam competências e habilidades essenciais, de acordo com o ano escolar em que estão matriculados. Para atingir esse objetivo, é importante que os professores regentes de Língua Portuguesa e Matemática identifiquem e priorizem as habilidades específicas que devem ser trabalhadas ao longo do ano letivo. Esse processo é fundamental para permitir que os alunos avancem em sua trajetória educacional de maneira consistente e segura.

A metodologia adotada no projeto envolve diversas etapas. Primeiramente, a equipe escolar será reunida para a apresentação da proposta do Projeto de Recuperação de Aprendizagem, onde serão detalhadas as ações a serem desenvolvidas pela instituição. Em

seguida, serão aplicadas avaliações diagnósticas em Língua Portuguesa e Matemática, com o intuito de identificar as dificuldades de aprendizagem dos alunos. A partir dessas avaliações, será realizado um mapeamento dos alunos que apresentam dificuldades, bem como daqueles que obtiverem grandes resultados, os quais poderão atuar como futuros tutores nos grupos de estudo.

A conscientização dos alunos sobre o projeto é uma etapa essencial. Cada professor escolherá uma turma para divulgar o projeto, destacando a importância da recuperação da aprendizagem. Paralelamente, haverá uma reunião com os pais ou responsáveis para apresentar o projeto e discutir sua relevância no desenvolvimento dos alunos. Embora seja desafiador envolver os pais na educação dos filhos, é fundamental que diretores, educadores e pedagogos desenvolvam estratégias para aproximá-los da escola e da rotina educacional, mantendo esse relacionamento de forma ativa. Para isso, a escola deve comunicar-se regularmente com os pais e responsáveis, informando-os sobre as atividades da instituição e o progresso dos alunos.

É importante que a escola esteja aberta à participação das famílias no cotidiano escolar. Pais e responsáveis devem ser convidados com frequência para eventos diversos organizados pela escola. As reuniões com os responsáveis não devem ocorrer apenas no início e no fim do ano letivo, semestre ou bimestre, mas devem ser planejadas para atrair e incentivar a participação ativa na vida escolar dos filhos. Uma comunicação transparente, que explique claramente os objetivos e expectativas da escola, é essencial. As dinâmicas das reuniões podem variar conforme o objetivo e as necessidades da escola e dos pais. Algumas estratégias incluem: grupos de discussão, onde os pais são divididos em pequenos grupos para debater questões específicas, incentivando a participação e coletando feedback; apresentações interativas, utilizando vídeos, slides ou atividades práticas para demonstrar pontos-chave; e rodadas de conversa, que oferecem um espaço seguro para que os pais compartilhem suas preocupações e opiniões.

Após a apresentação do projeto, serão selecionados os alunos-tutores e formados os grupos de estudantes com dificuldades de aprendizagem, de acordo com as avaliações diagnósticas. Cada grupo de recuperação terá, no máximo, quatro alunos, garantindo um acompanhamento mais personalizado.

O material utilizado para a recuperação de aprendizagem será cuidadosamente preparado pelo professor regente, com foco nas habilidades essenciais do ano anterior. Esse material é necessário para que os alunos possam acompanhar o currículo do ano corrente e

progredir em sua trajetória educacional. Os alunos serão alocados em turmas no contraturno em que estudam, conforme a determinação da coordenação pedagógica da escola. Em casos de extrema necessidade, o aluno poderá participar do projeto no próprio turno, mediante acordo com a coordenação pedagógica e demais professores regentes.

A participação do aluno no projeto estará vinculada à necessidade de intervenção pedagógica na sua aprendizagem. Uma vez que o aluno tenha consolidado as competências esperadas para o seu ano escolar, ele concluirá sua participação, liberando a vaga para outro aluno que necessite da mediação.

Em caso de faltas dos alunos, especialmente se forem consecutivas, a equipe pedagógica deverá realizar uma busca ativa e entrar em contato com os responsáveis para garantir a continuidade da participação do aluno no projeto.

Os envolvidos nesse processo incluem a direção, a coordenação pedagógica, os professores regentes, os alunos-tutores, os pais e, obviamente, os alunos com defasagem de conhecimento.

A avaliação será contínua ao longo do desenvolvimento do projeto, observando-se a participação, o interesse e a apropriação do conhecimento pelos alunos. Reuniões avaliativas serão realizadas com o corpo pedagógico, professores regentes e alunos-tutores, conforme cronograma estabelecido. Ao final do processo, será feita uma reunião para discutir o progresso dos alunos e a eficácia das ações implementadas.

Já o Projeto Jovem em Movimento foi idealizado porque os alunos da instituição têm demonstrado falta de motivação e carência de projetos inovadores que os engajem de forma significativa. Diante disso, o Projeto Jovem em Movimento surge com a proposta de criar uma agenda de atividades mensais, planejadas e executadas ao longo do ano letivo. Essas atividades, sugeridas pelos próprios estudantes, têm o intuito de fomentar um ambiente mais participativo e estimulante.

O principal objetivo deste projeto é incentivar a motivação, a participação ativa e o senso de pertencimento dos alunos em relação à escola, criando um ambiente onde eles se sintam valorizados e envolvidos.

O Projeto Jovem em Movimento terá início com a apresentação da proposta à equipe escolar, ressaltando a importância de iniciativas que promovam a motivação dos alunos.

A estrutura do projeto prevê a realização de uma atividade mensal, alinhada a datas comemorativas ou a temas sugeridos pelos próprios estudantes. As atividades podem incluir gincanas, torneios, jogos, palestras, oficinas, entre outras.

Para promover o envolvimento de todos, cada professor será responsável por divulgar o projeto em sua turma, promovendo a sensibilização dos alunos sobre a importância de sua participação. Os representantes de turma, eleitos no início do ano letivo, desempenharão um papel fundamental, auxiliando os professores na organização das ações.

Durante o processo, serão realizadas rodas de conversa em cada turma, lideradas pelos professores e representantes, com o objetivo de coletar sugestões para a agenda de atividades. É essencial que esse momento seja inclusivo, permitindo que todos os alunos expressem suas ideias e desejos. As opiniões registradas pelos representantes serão encaminhadas à Coordenação Pedagógica, que ficará encarregada de tabular as informações e organizá-las para votação.

Em relação aos materiais necessários para a realização das atividades, será dada preferência ao uso de recursos já disponíveis na escola, incentivando a criatividade e a contenção de gastos.

O cronograma do projeto prevê que as rodas de conversa ocorram na primeira semana de cada mês, seguidas pela votação das atividades na segunda semana, para garantir tempo hábil para a preparação do evento. O projeto se estenderá ao longo de todo o ano letivo.

Para reforçar o engajamento e o apoio ao projeto, será organizada uma reunião com os pais ou responsáveis, na qual será apresentada a proposta e discutida a importância de ouvir e motivar os alunos.

Os atores envolvidos no projeto são: a direção, a coordenação pedagógica, os professores, os alunos e seus pais ou responsáveis. A avaliação do projeto será contínua, observando-se o nível de participação dos alunos, seu interesse e o respeito às diferentes opiniões. Ao final do ano letivo, será realizada uma reunião para discutir o progresso alcançado e a eficácia das ações implementadas.

Além disso, será enfatizada a relevância da formação contínua oferecida pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, por meio da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores. Este programa tem como foco a diversificação das metodologias de ensino e avaliação em sala de aula, visando melhorias no processo de ensino-aprendizagem.

A elaboração e implementação dos projetos visam preencher a lacuna existente de iniciativas educacionais que envolvam os alunos e, além disso, sensibilizar as famílias para que ofereçam um maior acompanhamento e suporte.

O plano é flexível e permite ajustes durante sua implementação, incluindo a alteração de rotas e a criação de novos mecanismos. Esse processo busca, por meio das discussões propostas, uma organização capaz de manter a dinâmica e o protagonismo, garantindo as mudanças e adaptações necessárias em cada situação.

Para viabilizar as ações delineadas no Quadro 3, é essencial que toda a comunidade escolar esteja plenamente ciente dos desafios enfrentados pela instituição. Para isso, é importante efetivar a Ação 1, apresentada no Quadro 4, que consiste em informar o gestor, a coordenação pedagógica e os professores sobre os dados da pesquisa que destacam os altos índices de reprovação e a distorção idade-série, assim como seus impactos e possíveis causas, como a desmotivação dos estudantes e a defasagem educacional.

Quadro 4 - Proposta de Ação 1

O que fazer?	Informar ao gestor, à coordenação pedagógica e aos professores sobre os resultados obtidos.
	Discutir os efeitos da reprovação e da distorção idade-série, bem como suas possíveis causas.
	Apresentar o Projeto de Recuperação da Aprendizagem, o Projeto Jovem em Movimento e a proposta de formação continuada para os professores.
	Explicar a função de cada membro da comunidade escolar nos Projetos de Recuperação da Aprendizagem e Jovem em Movimento.
	Destacar a importância de envolver os alunos para garantir o sucesso das ações propostas.
	Evidenciar a relevância da formação continuada para o aprimoramento dos professores.
Por que fazer?	Sensibilizar a equipe sobre os problemas enfrentados pela instituição relacionados à reprovação e distorção idade-série, e buscar o apoio necessário para mitigá-los.
Onde fazer?	Pátio da instituição.
Quando fazer?	Durante uma das reuniões do Módulo II.
Quem irá fazer?	A pesquisadora, com o aval da gestão escolar.

Como irá fazer?	A pesquisadora apresentará os resultados de forma clara e objetiva. Em seguida, será realizada uma roda de conversa sobre os impactos e possíveis causas da reprovação e da distorção idade-série. Logo após serão apresentados o Projeto de Recuperação da Aprendizagem, o Projeto Jovem em Movimento e a proposta da formação continuada para os professores assim como o papel de cada ator da comunidade escolar nas ações propostas. Para finalizar ocorrerá um momento para análise, críticas e propostas de adequação das ações.
Quanto irá custar?	Sem custos adicionais

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

É fundamental que o gestor, a coordenação pedagógica e os professores estejam plenamente cientes da situação atual da instituição, especialmente no que diz respeito às altas taxas de reprovação e à distorção idade-série. A pesquisadora apresentará os dados relacionados a esses índices em uma das reuniões do Módulo II, no pátio da escola, com a devida autorização do gestor atual. Durante a apresentação, serão utilizados recursos visuais, como gráficos e tabelas, para facilitar a compreensão, permitindo ao público captar rapidamente padrões, tendências e comparações, e fornecendo evidências que respaldem as conclusões.

Em seguida, abordaremos os impactos e as possíveis causas das taxas de reprovação e da distorção idade-série, além de discutir os dados coletados por meio dos questionários aplicados. Considerando que os questionários foram respondidos pelos próprios membros da instituição, este será um momento propício para uma análise mais reflexiva, visando sensibilizar os docentes a refletirem sobre ações que possam promover mudanças significativas. Durante a apresentação, o feedback dos professores será coletado de forma contínua para garantir maior interatividade, estimular a participação ativa e avaliar o nível de entendimento dos docentes.

Posteriormente, serão apresentadas as propostas de ação dos Projetos de Recuperação da Aprendizagem e Jovem em Movimento. Essas propostas serão detalhadas em slides, que cobrirão os objetivos de cada projeto, seu desenvolvimento e as responsabilidades de cada membro da comunidade escolar. É fundamental que gestores, coordenação pedagógica e docentes compreendam seu papel e a importância de um trabalho integrado e colaborativo. Além disso, é essencial garantir a participação ativa dos alunos e de seus responsáveis. A

proposta de formação continuada, com ênfase na diversificação das metodologias de ensino e avaliação em sala de aula, será apresentada como uma estratégia para promover maior conhecimento e dinamismo profissional.

Os docentes serão incentivados a contribuir com sugestões, críticas ou esclarecimentos de dúvidas. Para isso, serão divididos em pequenos grupos para discutir as propostas e, em seguida, compartilhar as conclusões.

Após a primeira proposta de ação seguiremos com o PAE. O quadro 5 apresenta uma síntese da proposta do Projeto de Recuperação de Aprendizagem.

Quadro 5 - Proposta do Projeto de Recuperação de Aprendizagem

O que fazer?	Definir as competências essenciais a serem desenvolvidas ao longo do ano letivo nos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, com base nas necessidades dos alunos.
	Realizar avaliações em Língua Portuguesa e Matemática para detectar as dificuldades de aprendizagem dos alunos, permitindo uma intervenção eficaz.
	Identificar os alunos com dificuldades, bem como aqueles que apresentarem alto desempenho, os quais poderão atuar como tutores em grupos de estudo.
	Cada professor deve escolher uma turma e apresentar o projeto, conscientizando os alunos sobre a importância da recuperação de aprendizagem.
	Promover uma reunião com os pais ou responsáveis para apresentar o projeto e destacar sua importância para o desenvolvimento dos alunos.
	Selecionar os alunos-tutores e organizar grupos de alunos com defasagem de aprendizagem, baseando-se nas dificuldades apontadas nas avaliações diagnósticas. Cada grupo de recuperação será composto por, no máximo, quatro alunos, garantindo um acompanhamento mais personalizado.
	Empregar o material de recuperação preparado previamente pelo professor, focado nas habilidades

	essenciais do ano anterior.
	Distribuir os alunos em turmas de contra turno conforme a determinação da coordenação pedagógica. Em casos excepcionais, o aluno poderá participar do projeto no próprio turno, mediante acordo com a coordenação e os demais professores.
	Assim que o aluno consolidar as competências esperadas, ele poderá concluir sua participação no projeto, liberando a vaga para outro estudante que necessite de apoio.
	Em casos de faltas, especialmente consecutivas, a equipe pedagógica deve realizar uma busca ativa, entrando em contato com os responsáveis para assegurar a continuidade do aluno no projeto.
	Criar um plano detalhado com prazos e etapas específicas para a implementação do projeto.
Por que fazer?	Desenvolver um Projeto de Recuperação da Aprendizagem destinado a corrigir as deficiências acumuladas durante o Ensino Fundamental, permitindo que os alunos adquiram as competências e habilidades essenciais para o seu ano escolar.
Onde fazer?	O projeto será realizado nas salas disponíveis da instituição, aproveitando os espaços ociosos.
Quando fazer?	As atividades do projeto ocorrerão ao longo de todo o ano letivo.
Quem irá fazer?	Toda a comunidade escolar participará ativamente, com o gestor, a coordenação pedagógica e os professores desempenhando o papel de facilitadores.
Como irá fazer?	As atividades do projeto serão integradas às aulas regulares durante o ano letivo, garantindo que a implementação não comprometa o cumprimento do conteúdo curricular.
Quanto irá custar?	A implementação do projeto não gerará custos adicionais.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

A análise dos dados obtidos por meio dos questionários aplicados ao gestor, pedagoga, quatro docentes de diferentes áreas de conhecimento e 16 alunos que já enfrentaram reprovações no Ensino Médio revelou que a defasagem na aprendizagem acumulada durante o Ensino Fundamental exerce uma influência significativa nas reprovações no Ensino Médio, conforme indicado pelos entrevistados. Diante disso, a criação do Projeto de Recuperação de Aprendizagem se mostrou extremamente relevante. O objetivo do projeto é abordar as lacunas nos conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, permitindo que os alunos adquiram as competências e habilidades necessárias para o ano escolar por meio de grupos de estudo em que alunos com maior conhecimento atuem como tutores.

Inicialmente, os docentes de Língua Portuguesa e Matemática deverão definir as competências essenciais a serem desenvolvidas durante o ano letivo de cada série do Ensino Médio. Em seguida, serão realizadas avaliações para identificar os alunos com dificuldades, bem como aqueles com alto desempenho, que poderão atuar como tutores nos grupos de estudo.

Cada professor da instituição escolherá uma turma para apresentar o projeto, conscientizando os alunos sobre a importância da recuperação de aprendizagem. Além disso, será promovida uma reunião com os pais ou responsáveis para apresentar o projeto e destacar sua importância para o desenvolvimento dos alunos.

Com base na análise das avaliações diagnósticas, serão selecionados os alunos-tutores e organizados os grupos de recuperação, compostos por no máximo quatro alunos, para garantir um acompanhamento mais personalizado. O material de recuperação será elaborado pelo professor responsável, focado nas habilidades essenciais do ano anterior.

Os alunos serão alocados em turmas de contraturno conforme a determinação da coordenação pedagógica. Em casos excepcionais, poderá haver a participação dos alunos no projeto durante o turno regular, mediante acordo com a coordenação e os demais professores.

Uma vez que o aluno atinja as competências esperadas, ele poderá concluir sua participação no projeto, liberando a vaga para outro estudante que necessite de apoio. Em caso de faltas, especialmente consecutivas, a equipe pedagógica realizará uma busca ativa, entrando em contato com os responsáveis para garantir a continuidade da participação do aluno no projeto.

As atividades do projeto serão integradas às aulas regulares ao longo do ano letivo, assegurando que sua implementação não comprometa o cumprimento do conteúdo curricular.

O Quadro 6 destaca iniciativas voltadas para a promoção do protagonismo juvenil, as quais serão integradas ao Projeto Jovem em Movimento.

Quadro 6 - Iniciativas voltadas ao Projeto Jovem em Movimento

O que fazer?	Criar espaços de diálogo para os alunos dentro da instituição, incentivando seu engajamento e participação ativa.
	O professor responsável pela turma será encarregado de divulgar o projeto e sensibilizar os alunos sobre a importância de sua participação.
	Os representantes de turma, eleitos no início do ano letivo, auxiliarão os professores na organização e execução das ações.
	Serão realizadas rodas de conversa em cada turma, conduzidas pelos professores e representantes, com o propósito de coletar sugestões para uma agenda de atividades.
	As sugestões coletadas pelos representantes serão enviadas à Coordenação Pedagógica, responsável por compilar e organizar as informações para votação.
Por que fazer?	O projeto buscará estimular o protagonismo dos alunos, proporcionando a eles um papel ativo na melhoria do ambiente escolar.
Onde fazer?	As atividades ocorrerão em diversas áreas da escola, utilizando recursos disponíveis como projetores, televisores, salas de informática, redes sociais e salas de aula.
Quando fazer?	As atividades serão realizadas mensalmente, com planejamento e execução ao longo do ano letivo.

Quem irá fazer?	Toda a comunidade escolar participará da implementação, com a colaboração do gestor, coordenação pedagógica e professores atuando como facilitadores.
Como irá fazer?	As atividades serão integradas ao longo do ano letivo, durante algumas aulas, para garantir que não interfiram no cumprimento do conteúdo curricular.
Quanto irá custar?	A implementação do projeto não implicará custos adicionais.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

O estudo de caso revelou que a falta de motivação, aliada à escassez de projetos inovadores que realmente envolvessem os estudantes, foi uma das dificuldades relatadas. Para responder a essas necessidades, foi desenvolvido o Projeto Jovem em Movimento, cuja proposta é criar uma agenda de atividades mensais, planejadas e executadas ao longo do ano letivo.

As atividades serão sugeridas pelos próprios alunos, com o objetivo de criar espaços de diálogo dentro da escola e promover o engajamento e a participação ativa. O projeto prevê uma atividade mensal, que pode ser ajustada a datas comemorativas ou temas sugeridos pelos estudantes. Essas atividades incluirão gincanas, torneios, jogos, palestras, oficinas e outras opções.

Cada turma contará com a designação de um professor responsável por promover o projeto e sensibilizar os alunos sobre a importância de sua participação. Os representantes de turma, eleitos no início do ano, apoiarão a organização e a execução das atividades. Serão realizadas rodas de conversa em cada turma, conduzidas pelos professores e representantes, para coletar sugestões para a agenda de atividades.

As sugestões serão encaminhadas à Coordenação Pedagógica, que se encarregará de compilar e organizar as informações para uma votação. As atividades ocorrerão em diferentes áreas da escola, utilizando recursos como projetores, televisores, salas de informática, redes sociais e salas de aula. Elas serão planejadas e realizadas mensalmente, garantindo que não comprometam o cumprimento do conteúdo curricular. O cronograma prevê rodas de conversa

na primeira semana de cada mês e votação das atividades na segunda semana, permitindo tempo suficiente para a preparação dos eventos. O projeto se estenderá por todo o ano letivo.

Toda a comunidade escolar participará da implementação do projeto, com o gestor, a coordenação pedagógica e os professores atuando como facilitadores. Para reforçar o engajamento e apoio, será organizada uma reunião com os pais ou responsáveis, na qual a proposta será apresentada e discutida, destacando a importância de ouvir e motivar os alunos.

O Quadro 7 destaca iniciativas voltadas para a ausência de formação contínua para os professores.

Quadro 7 - Formação contínua para os professores

O que fazer?	Oferecer treinamentos regulares para professores com ênfase na diversificação das metodologias de ensino, estratégias de avaliação e análise das implicações da reprovação no ambiente escolar, oferecidos pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, através da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional e de Educadores.
	Realizar sessões de formação focadas na prática docente, abordando avaliação e metodologias variadas, durante reuniões coletivas.
	Estudar e analisar as normas relacionadas à avaliação e recuperação da aprendizagem, com foco na sua aplicação prática e impacto no ensino.
	Criar um guia para padronizar as avaliações internas e os processos de recuperação, estabelecendo métodos claros de sistematização e controle.
	Conduzir reuniões com todos os segmentos da escola para apresentar e implementar a nova abordagem para avaliação e recuperação

	da aprendizagem.
Por que fazer?	A formação continuada é essencial para o crescimento profissional dos professores. Ela possibilita a atualização constante de conhecimentos, promove o desenvolvimento de habilidades para resolução de problemas, estimula a inovação e a criatividade. Além disso, aumenta a motivação e satisfação dos educadores, melhora os resultados dos alunos e assegura que os professores estejam alinhados com as novas políticas e diretrizes educacionais.
Onde fazer?	As atividades serão conduzidas em todo o ambiente escolar, utilizando recursos como projetores, televisores, salas de informática, redes sociais e salas de aula.
Quando fazer?	As sessões de capacitação ocorrerão durante as reuniões coletivas quinzenais obrigatórias.
Quem irá fazer?	A equipe gestora, pedagógica e parcerias com instituições de ensino locais serão responsáveis pela implementação do projeto.
Como irá fazer?	As atividades serão integradas ao longo do ano letivo para garantir uma implementação eficaz e contínua.
Quanto irá custar?	Não haverá custos adicionais para a implementação do projeto.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Os altos índices de reprovação e distorção idade-série na instituição, associados à análise dos dados coletados por meio dos questionários aplicados ao gestor, pedagoga,

docentes e estudantes, apontaram a urgente necessidade de revisar as avaliações internas e adotar métodos mais claros para sistematização e controle. Nesse contexto, torna-se evidente a importância de oferecer treinamentos regulares para os professores, com ênfase nas estratégias de avaliação, na análise das implicações da reprovação no ambiente escolar e na diversificação das metodologias de ensino.

As formações contínuas oferecidas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, por meio da Escola de Formação e Desenvolvimento Profissional de Educadores, serão fundamentais nesse processo. A formação continuada é essencial para o desenvolvimento profissional dos professores, permitindo-lhes atualizar constantemente seus conhecimentos, aprimorar habilidades para a resolução de problemas e estimular a inovação e a criatividade. Além disso, essa formação proporciona novas abordagens e soluções, fundamentais para enfrentar questões emergentes, adaptar-se a diferentes estilos de aprendizagem e atender às necessidades dos alunos.

Esse processo também contribui para aumentar a motivação e a satisfação dos educadores, melhorar os resultados dos alunos e assegurar que os professores estejam alinhados com as novas políticas e diretrizes educacionais.

As sessões de capacitação ocorrerão durante as reuniões coletivas quinzenais obrigatórias e serão realizadas em diversos ambientes escolares, utilizando recursos como projetores, televisores, salas de informática, redes sociais e salas de aula. A equipe gestora e pedagógica será responsável pela organização dos cursos de formação e pela busca de parcerias com instituições de ensino locais para enriquecer os encontros.

É fundamental destacar a importância de um monitoramento eficaz e contínuo para assegurar que o projeto alcance seus objetivos, seja concluído com sucesso e produza os resultados esperados. Além disso, o monitoramento possibilita ajustes no planejamento ou na execução do projeto, conforme necessário, mantendo a flexibilidade para adaptar-se a mudanças e novos requisitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo principal apresentar e analisar os índices de reprovação na Escola Estadual Alberto Pereira Lima, além de descrever as ações implementadas pela gestão a partir desse indicador. Ademais, foram investigados os fatores que podem influenciar esses índices e propostas estratégias para sua redução. O trabalho se iniciou com a discussão sobre a obrigatoriedade do Ensino Médio no contexto brasileiro e a introdução do Novo Ensino Médio. Também são abordados os desafios enfrentados por essa etapa educacional, especialmente no que concerne à taxa de reprovação e à distorção idade-série.

Foi realizada uma descrição detalhada da Escola Estadual Alberto Pereira Lima, englobando suas características físicas e estruturais, o corpo docente, as séries oferecidas, o perfil dos estudantes, as estratégias de gestão, a configuração dos espaços de aprendizagem, os métodos de avaliação empregados e os projetos em desenvolvimento na instituição. A pesquisa documental foi utilizada para esclarecer as taxas de reprovação, baseando-se em registros de atas, documentos institucionais e dados pedagógicos relevantes.

A fundamentação teórica do estudo se deu por meio da análise de referências sobre reprovação e distorção idade-série, o que ampliou significativamente a compreensão da pesquisadora sobre as causas, consequências e desafios para a superação desses problemas. Apesar das diferentes abordagens dos autores consultados, houve consenso quanto à centralidade do aluno no processo educativo. Assim, enfatiza-se a importância de uma atuação conjunta entre gestores, familiares e professores para garantir a implementação efetiva das medidas propostas em sala de aula.

A partir da análise dos dados coletados, pode-se identificar os principais problemas que contribuem para os altos índices de reprovação na instituição, tais como: defasagem na aprendizagem acumulada durante o Ensino Fundamental, falta de motivação dos estudantes e ausência de projetos educacionais que tornem o aprendizado mais dinâmico e significativo. Adicionalmente, constatou-se uma carência de envolvimento familiar no acompanhamento escolar e a necessidade de formação continuada para os docentes.

Finalmente, a dissertação apresentou um Plano de Ação Educacional (PAE) com sugestões de gestão para minimizar os altos índices de reprovação e distorção idade-série no Ensino Médio da instituição, com ênfase no protagonismo juvenil. As propostas foram elaboradas com foco na execução democrática e participativa das ações, utilizando recursos

humanos e materiais disponíveis na própria instituição, de modo a garantir a viabilidade e eficácia na busca por uma educação de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Escola reflexiva e nova racionalidade**. Artmed editora, 2001.

ALAVARSE, Ocimar Munhoz; MAINARDES, Jefferson. Fluxo escolar. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

ARROYO, Miguel. **Balanço da EJA: o que mudou nos modos de vida dos jovens-adultos**

AZZI, Sandra. **Avaliação escolar: desafio a educação**. Coleção Veredas Formação Superior de Professores, Guia de estudo, Módulo 6. Vol. 3, Belo Horizonte, 2001.

BÊRNI, Duílio de Ávila et al. Técnicas de pesquisa em economia: transformando curiosidade em conhecimento. **São Paulo: Saraiva, 2002**.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Editora Vozes, 2023.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/BNCC_EnsinoMedio_embaixa_site_110518.pdf. Acesso em: 14 ago. 2023.

BRASIL. **Congresso Nacional. PL n. 2601/2023, de 16 de maio de 2023**. Altera a Lei nº 13.415/2017, que alterou Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2273386&filename=PL%202601/2023. Acesso em: 20 ago. 2023

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil. Emenda constitucional nº. 59, de 11 de novembro de 2009**. Brasília, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Emendas apresentadas à PEC nº 241, de 2016**. Brasília, DF, 2016a. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_emendas;jsessionid=B50358333E08E4958EDD521493436629.proposicoesWebExterno1?idProposicao=2088351&subst=0. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. **Instituto Nacional de Educação e Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio**

Teixeira. Página institucional. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basicalevantamentos-microdados>. Acesso em: 01 ago. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 17 jun. 2023.

BRASIL. **Lei n.13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Nº 971, de 9 de outubro de 2009**. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em: 01 ago. 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Brasília, DF, 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 05 ago. 2023.

BRASIL. Secretaria de Estado de Educação. **Resolução SEE-MG nº 4.188, de 23 de agosto de 2019**. Dispõe sobre a Assembleia Escolar e sobre a estrutura, funcionamento e processo de eleição dos membros do Colegiado Escolar na rede estadual de ensino de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <http://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4188-19-r%20-%20Public.%2024-08-19.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2023.

CASTRO, Vanessa. Determinantes do sucesso educacional: um olhar sobre as trajetórias educacionais de sucesso. **Teoria e Cultura**, Juiz de Fora, MG, v. 7, n. 1/2, p. 69-80, jan./dez. 2012.

CECCON, Claudios et all. **A Vida na Escola e a Escola da Vida**. 15ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

CERATTI, Márcia Rodrigues Neves. **Evasão escolar: causas e consequências**. Gestão Escolar, 2008. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/producoes_pde/artigo_marcia_rodrigues_neves_ceratti.pdf. Acesso em 27 de maio 2024.

COELHO, Salette do Belem Ribas; LINHARES, Clarice. Gestão participativa no ambiente escolar. **Revista Eletrônica Latu Sensu**, ano, v. 3, 2008.

CONDÉ, Eduardo Salomão. Abrindo a Caixa: Elementos para melhor compreender a análise das Políticas Públicas. **Pesquisa e debate em educação**, 2(2), 2012, p. 78–100. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/RPDE/article/view/32345>. Acesso em: 13 ago. 2023.

CONTRERAS, José. **La autonomía del profesorado**. Madrid: Morata, 1997.

COSTA, Marilda de O.; SILVA, Leonardo A. da. Educação e democracia: Base Nacional Comum Curricular e novo ensino médio sob a ótica de entidades acadêmicas da área educacional. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/ML8XWmp3zGw4ygSGNvbmN4p/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2023.

DOURADO, Luiz Fernandes; DE OLIVEIRA, João Ferreira; DE ALMEIDA SANTOS, Catarina. A qualidade da educação conceitos e definições. **Textos para discussão**, Brasília, n. 24, p. 69-69, 2007. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/A+qualidade+da+educa%C3%A7%C3%A3o+conceitos+e+defini%C3%A7%C3%B5es/8926ad76-ce32-4328-8a26-5139cceddb4?version=1.3>. Acesso em 31 de mai. 2024.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, n. 115, p. 139-154, 2002.

ESCOLA ESTADUAL ALBERTO PEREIRA LIMA. **Projeto Político Pedagógico**. João Monlevade, 2019.

ESTEBAN, Maria Teresa. **O que sabe quem erra? reflexões sobre a avaliação e fracasso escolar**. DP & A Editora, 2001.

FARIAS, Cristiano Chaves de. **Direito Constitucional à Família**. Revista Brasileira de Direito de Família, Porto Alegre, IBDFAM/Síntese, n. 23, abr.-mai., p. 5, 2004.

FERNANDES, Creusa Rosária. **Reprovação no 1º ano do ensino médio em uma escola de Contagem – Minas Gerais: desafios da gestão**. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - PPGP/CAEd, UFJF, Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <https://mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2017/08/BOOK-CASOS-DE-GEST%C3%83O-V4-2017-DIGITAL.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

FLICK, Uwe. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FORGIARINI, Solange Aparecida Bianchini; SILVA, JC da. Fracasso escolar no contexto da escola pública: entre mitos e realidades. **Secretaria de Educação do Paraná: Dia a Dia Educação**, Paraná, p. 1-27, 2008.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**, Petrópolis: Vozes, 1977.

GARCIA, Joe. **Indisciplina na escola: questões sobre mudança de paradigma**. Contrapontos, Itajaí, v. 8, n. 3, p. 367-380, set./dez. 2008.

GLÓRIA, Dília Maria Andrade. MAFRA, Leila de Alvarenga. A prática da não retenção escolar na narrativa de professores do ensino fundamental: dificuldades e avanços na busca do sucesso escolar. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 231-250, ago. 2004.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023

GOULART, Orosinda Taranto. SAMPAIO, Carlos Eduardo Moreno. NESPOLI, Vanessa. **O desafio de universalização do ensino médio**. Brasília: INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006. Disponível em: [http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-](http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/488780)

[/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/488780](http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/488780)>. Acesso em: 20 out. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Acervo de notícias**. [S.l.]. Secretaria De Estado De Educação, 2019. Disponível em: <https://acervodenoticias.educacao.mg.gov.br/images/documentos/4188-19-r%20-%20Public.%2024-08->

19.pdf#:~:text=RESOLU%C3%87%C3%83O%20SEE%20N%C2%BA%204.188%2F2019,d e%20ensino%20de%20Minas%20Gerais. Acesso em: 9 abr. 2023.

GUERREIRO, Carmem. Ensino Médio Reprovado. **Revista Escola Pública** [online], ed. 47, out./nov. 2015. Disponível em:<http://revistaescolapublica.uol.com.br/textos/28/ensino-medio-reprovado-267452-1.asp>. Acesso em: 07 nov. 2023.

GUERREIRO, Carmen. Ensino médio reprovado. **Revista Escola Pública**. São Paulo, SP, ed. Segmento, v. 28, 2012. Disponível em: <http://revistaescolapublica.uol.com.br/textos/28/ensino-medio-reprovado-267452-1.asp>. Acesso em: 08 nov. 2023.

HAYES, Denis. The seductive charms of a cross-curricular approach. **Education 3–13**, v. 38, n. 4, p. 381-387, 2010.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: os projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Continuada de Professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

JACOMINI, Maria Aparecida. A escola e os educadores em tempo de ciclos e progressão continuada: uma análise das experiências no Estado de São Paulo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.30, n. 3, p. 401-418, set./dez. 2004.

JACOMINI, Maria Aparecida. Educar sem reprovar: desafio de uma escola para todos. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 557-572, Dec. 2009. Disponível em: 02 nov. 2023.

KLEIN, Ruben. Como está a educação no Brasil? O que fazer? **Ensaio: aval. pol.públ. Educ.**, Rio de Janeiro, RJ, v.14, n.51, p. 139-172, abr./jun. 2006.

KOSLINSKI, Mariane Cameplo. Apresentação. In: TAVARES JÚNIOR, Fernando (org.). **Rendimento Educacional no Brasil**. Juiz de Fora/MG: Obeduc, 2018. MEC. Sistema Presença. Disponível em <http://frequenciaescolarpbf.mec.gov.br/presenca/>. Acesso em: 25 jul. 2024.

LAHIRE, Bernard. **Três observações sobre as famílias populares e a escola**. Revista Pátio. Ensino Médio Profissional e Tecnologia - FNDE, ano V, nº 17, p 36 a 37, jun/ago 2013.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Lúcia Helena Alvarez, **Pedagogia de Projetos: intervenção no presente**. Presença Pedagógica, Belo Horizonte: Dimensão, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. **Adeus professor, adeus professora?** Novas exigências educacionais e profissão docente. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2001.

LIKERT, Rensis. A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology*, 22(140), 1-55, 1932.

LÓPEZ, Jaime Sarramoni. **Educação na família e na escola.** São Paulo: Loyola, 2002.

LOTTA, Gabriela. **O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade.** In: FARIA, C. A (org). Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012. Disponível em:

https://ppgp5.caedufjf.net/pluginfile.php/259/mod_resource/content/2/%281%29Lotta%2C%20Gabriella%20%282012%29%20O%20papel%20das%20burocracias%20do%20n%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABli%20%281%29.pdf. Acesso em: 10 ago. 2023.

LÜCK, Heloisa. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.** 2. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** São Paulo: Cortez, 1999.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** São Paulo: Cortez, 2011.

LUDKE, Cipriano.; MEDIANO, Zélia. (Coords). **Avaliação na Escola de 1. Grau: uma análise sociológica.** 6ª.ed. Campinas: Papyrus, 1992.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para análise de políticas educacionais. **Educação e Sociedade.** Campinas, vol. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2023.

MARCELINO, Angélica de Cássia Gomes; PORTO, Rita de Cassia Cavalcanti; CABRAL, Angela Ninfa Mendes de Andrade. Reforma do Ensino Médio: retrocesso nas políticas educacionais brasileiras. **Educ. Puc.**, Campinas, v. 25, e204586, 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-39932020000100204&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 ago. 2023

MARION, José Carlos; DIAS, Reinaldo; TRALDI, Maria Cristina. **Monografia para os cursos de administração, contabilidade e economia.** São Paulo: Atlas, 2002.

MARTINI, Mirella Lopez; DEL PRETTE, Zilda Aparecida Pereira. Atribuições de causalidade e afetividade de alunos de alto e baixo desempenho acadêmico em situações de sucesso e de fracasso escolar. *Interamerican Journal of Psychology*, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 355-368, 2005.

MELCHIOR, Maria Celine. **O Sucesso Escolar através da Avaliação e da Recuperação**. 2ª Edição, Porto Alegre; Premier Editora, 2004.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Minas Gerais. **Quadro de Pessoal**, 2022. Disponível em: <https://controlequadropessoal.educacao.mg.gov.br/>. Acesso em: 26 nov. 2022.

MINAS GERAIS. Secretaria do Estado de Minas Gerais. **Simade**, 2022. Disponível em: <https://www.portalsimade.educacao.mg.gov.br/portal-simade/home.jsf>. Acesso em: 26 nov. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Inep**. [S.l.]. gov.com, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em: 9 abr. 2023.

MORTIMORE, Peter. The nature and findings of school effectiveness research in the primary sector. In: RIDDELL, S.; BROWN, S. (Ed.). **School effectiveness research: its messages for school improvement**. London: HMSO, 1991.

MOVIMENTO NACIONAL EM DEFESA DO ENSINO MÉDIO. **Carta ao GT Transição – Educação**. Brasília, dezembro de 2022. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/images/movimento_nacional_em_defesa_do_ensino_medio_carta_ao_gt_transicao_educacao.pdf. Acesso em: 01 ago. 2023.

MOVIMENTO PELA BASE. **Novo Ensino Médio**: Materiais de apoio à implementação para secretarias, gestores e professores. Disponível em: https://observatorio.movimentopelabase.org.br/novo-ensinomedio-materiais-de-apoio-a-implementacao-para-secretarias-gestores-eprofessores/?gclid=Cj0KCQiA14WdBhD8ARIsANao07gviGM6tfb18rQxhfc42JKITHYLFL7aDttjP0JrZup2FVD SRvM-ywaAjZMEALw_wcB. Acesso em: 01 ago. 2023

OLIVEIRA, João Ferreira; LIBÂNEO, José Carlos; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. Cortez editora, 2017.

OPAS. **Pan-Americana da Saúde**. Organização Pan-Americana da Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2031%20de%20dezembro%20de,identificada%20antes%20em%20seres%20humanos>. Acesso em: 9 abr. 2023.

PARO, Vitor Henrique. **Reprovação Escolar: renúncia à educação**. São Paulo/SP:Xamã, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Reprovação Escolar? Não Obrigado**. Vitor Paro, 2003. Disponível em <https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/reprovacaoescolarnaobligado.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.

PAROLIN, Isabel. **Professores formadores: a relação entre a família, a escola e a aprendizagem**. Curitiba: Positivo, 2003.

PATTO, Maria Helena Souza. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. In: **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. (Vol. 6). TA Queiroz, 1987.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. São Paulo/SP: Artes Médicas, 1999.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação**. Rio de Janeiro. José Olímpio, 2007.

POLON, Thelma Lucia Pinto. **Identificação dos perfis de liderança e características relacionadas às escolas participantes do Estudo Longitudinal 138 Geração Escolar 2005 - Projeto Geres – Polo Rio de Janeiro. 2009**. 314 f. Tese (Doutorado em Educação), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

PORTELLA, Alysson Lorenzon; BUSSMANN, Tanise Brandão; OLIVEIRA, Ana Maria Hermeto de. A relação de fatores individuais, familiares e escolares com a distorção idade-série no ensino público brasileiro. **Nova economia**, v. 27, n. 3. p. 477-509, set. dez. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512017000300477. Acesso em: 11 out. 2024.

QEDU. **Escola Estadual Alberto Pereira Lima**, 2021. Disponível em: <http://cdn.novo.qedu.org.br/escola/31103349-ee-alberto-pereira-lima/ideb>. Acesso em: 23 mar. 2023

REBELO, José AS. Efeitos da retenção escolar, segundo os estudos científicos, e orientações para uma intervenção eficaz: Uma revisão. **Revista portuguesa de pedagogia**, Rio de Janeiro, p. 27-52, 2009.

REGO, Teresa Cristina R. A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva vygotskiana. *In: Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, p.83-101, 1996.

RESENDE, Giovane et al. Principais dificuldades percebidas no processo ensino-aprendizagem de Matemática em escolas do município de Divinópolis (MG) The mains difficulties looking of the process teaching-learning of mathematics in schools of the district of Divinópolis, MG. **Educação Matemática Pesquisa Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação Matemática**, v. 15, n. 1, 2013.

RIBEIRO, Sérgio Costa. A pedagogia da repetência. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 12, p. 7-22, 1991.

SANCHES, Cida; MEIRELES, Manuel; SORDI, JO de. Análise qualitativa por meio da lógica paraconsistente: método de interpretação e síntese de informação obtida por escalas Likert. **Anais do III Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade**, João Pessoa, PB, Brasil, 2011.

SAVIANI, Demerval. **Educação: do senso comum a consciência filosófica**, Campinas, 1980.

SILVA, Isabel Lopes da. Considerações finais: das voltas que o projeto dá. **Da investigação às práticas**, São Paulo, 1(3), 118–132, 2011.

SILVA, Jonas Cordeiro. **Fatores intraescolares e o desempenho escolar: o caso de uma escola da rede estadual no Amazonas**. 2016. 178 p. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação/CAEd. Universidade Federal de Juiz de Fora. Minas Gerais, 2016.

SILVA, Mônica Ribeiro. A BNCC da reforma do Ensino Médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em Revista Belo Horizonte**, v.34, e214130, 2018.

TAVARES JÚNIOR, Fernando. Pesquisa social em educação e o sucesso educacional no Brasil. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, p. 133-154, 2020.

Teixeira. Página institucional. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basicalevantamentos-microdados>. Acesso em: 01 ago. 2023.

TORRES, Haroldo da G.; FRANÇA, Danilo; TEIXEIRA, Jacqueline; CAMELO, Rafael; FUSARO, Edgard. **O que pensam os jovens de baixa renda sobre a escola: relatório final**. São Paulo: Fundação Victor Civita, 2013.

TORRES, Rosa Maria. Repetência escolar: falha do aluno ou falha do sistema. In: MARCHESI, Álvaro; GIL, Carlos Hernández. **Fracasso escolar: uma perspectiva multicultural**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VÁRIAS ENTIDADES. Carta Aberta pela revogação da reforma do ensino médio (Lei 13.415/2017). **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 16, n. 35, p. 667–682, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1611>. Acesso em: 08 ago. 2023.

YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 5 ed. São Paulo: Bookman editora, 2015.

ZAGO, Nadir. **A relação escola-família nos meios populares: apontamentos de um itinerário de pesquisa**. In: Dayrell, Juarez, Nogueira, M. A., RESENDE, José Manuel, Vieira, Maria Manuel (Orgs.). **Família, escola e juventude: olhares cruzados Brasil - Portugal**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

ZAGO, Nadir. Fracasso e sucesso escolar no contexto das relações família e escola: Questionamentos e tendências em sociologia da educação. **Revista Luso-Brasileira**, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 57-83, 2011.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES QUE ATUAM NO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL ALBERTO PEREIRA LIMA

Prezado (a),

Com considerável apreço, gostaria de convidá-lo (a) a participar voluntariamente de um estudo por meio do preenchimento do questionário que se segue.

O presente levantamento faz parte da pesquisa de mestrado intitulada "DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A SUPERACÃO DA REPROVAÇÃO E DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO MÉDIO: O CASO DE GESTÃO DA E.E ALBERTO PEREIRA LIMA". Seu objetivo é descrever e analisar as práticas de gestão adotadas pela E.E. Alberto Pereira Lima em relação aos índices de reprovação no Ensino Médio, bem como propor estratégias específicas para a redução desses índices.

Esta investigação visa identificar os principais obstáculos que contribuem para as altas taxas de reprovação e distorção idade-série no Ensino Médio desta instituição. As descobertas obtidas serão fundamentais para a formulação de um Plano de Ação Educacional, o qual contemplará estratégias visando à diminuição dos índices de reprovação.

Saliento que sua identidade será mantida em absoluto sigilo, e as informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa. Seu consentimento para participar é fundamental:

(A) Sim

(B) Não

Assinale para declarar seu consentimento voluntário em participar desta pesquisa.

João Monlevade, _____ de _____ de 20__ .

Nome

Assinatura participante

Data

Atenciosamente,

Ana Carolina Amorim Bicalho

1) Por quanto tempo você trabalhada como professor(a)?

- De 0 a 5 anos
- De 6 a 10 anos
- De 11 a 15 anos
- De 16 a 20 anos
- Mais de 21 anos

2) Qual é o seu nível educacional mais avançado?

- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós- doutorado

3) Você conhece os índices de reprovação no Ensino Médio da E.E. Alberto Pereira Lima nos últimos cinco anos?

- Conheço totalmente
- Conheço parcialmente
- Não conheço

4) Você acredita que a equipe gestora atua de forma efetiva para que ocorra a diminuição nas taxas de reprovação na E.E. Alberto Pereira Lima?

- Sim
- Parcialmente
- Não

5) A respeito dos possíveis elementos que influenciam na reprovação no Ensino Médio, assinale as opções a seguir em uma escala de 0 a 3, onde 0 representa ausência de contribuição para a reprovação, 1 indica uma contribuição mínima, 2 sugere uma contribuição moderada e 3 denota uma grande influência na reprovação.

	0	1	2	3
1 - Avaliações realizadas pelos professores dentro da instituição.				
2 - Estudantes com defasagem de idade para o ingresso no primeiro ano do Ensino Médio.				
3 - Comportamento indisciplinado por parte do aluno.				
4 - Falta de interesse do aluno.				
5 - Ausência de comprometimento do aluno com atividades extracurriculares.				
6 - Necessidade de métodos de ensino mais diversificados na sala de aula por parte dos professores.				
7 - Carência de suporte por parte do professor para lidar com as dificuldades dos alunos.				

8 - Ausência frequente do professor.				
9 - Falta de comprometimento do professor com o progresso acadêmico do aluno.				
10 - Falta de envolvimento da família no acompanhamento escolar.				
11 - Carência de projetos pedagógicos que promovam a aprendizagem do aluno.				
12 - Baixo engajamento dos alunos nos projetos pedagógicos da turma e da escola.				
13 - Alunos concluem o Ensino Fundamental apresentando dificuldades de aprendizagem.				
14 - Falta de revisão por parte do professor dos conteúdos não assimilados pelos alunos, identificados através das avaliações internas.				

6) Qual é a sua visão sobre o desempenho do aluno que está em uma série para a qual é mais velho do que a maioria dos colegas?

Demonstrando comprometimento com as atividades, apresenta atenção e empenho para aprender.

Mostra falta de motivação, sentimentos de inferioridade em relação aos outros e não demonstra dedicação ao processo de aprendizagem.

7) Quais são os métodos de avaliação utilizados por você internamente no Ensino Médio? É permitido marcar mais de uma alternativa.

- Formativa
- Continua
- Diagnóstica
- Classificatória
- Para efeito de notas

8) A respeito do desempenho e atuação dos docentes, assinale as opções a seguir em uma escala de 1 a 4, onde 1 representa atuação/contribuição insuficiente, 2 indica uma atuação/contribuição mínima, 3 sugere uma atuação/contribuição moderada e 4 denota uma atuação/contribuição.

	1	2	3	4
1. Relação entre educadores e estudantes na Escola Estadual Alberto Pereira Lima.				
2. Variedade de abordagens pedagógicas adotadas pelo professor em sala de aula.				
3. Apoio personalizado para enfrentar os desafios de aprendizagem dos alunos.				
4. Comunicação clara e eficaz do professor				

na transmissão dos conteúdos.				
5. Revisão dos tópicos que os alunos não dominaram nas avaliações.				
6. Adaptação do planejamento de aulas conforme as dificuldades de aprendizagem identificadas pelos professores.				

9) Indique o seu nível de concordância ou discordância com as seguintes afirmações relacionadas ao ambiente educacional:

	Discordo	Mais discordo do que concordo	Nem concordo nem discordo	Mais concordo do que discordo	Concordo
1. A experiência adquirida no ensino impacta positivamente a eficácia do processo de aprendizagem dos alunos.					
2. As avaliações internas têm um papel relevante na reprovação dos alunos, pois muitas vezes não são utilizadas para identificar e abordar as dificuldades de aprendizagem.					
3. É possível identificar lacunas no aprendizado dos alunos por meio das avaliações internas, possibilitando a revisão e a retomada do conteúdo em sala de aula.					
4. A avaliação interna é frequentemente vista como um instrumento convencional para atribuição de notas aos alunos.					
5. Nos conselhos de classe,					

estratégias são discutidas para alunos que enfrentam desafios e dificuldades de aprendizagem.					
6. É evidente a necessidade de reformular os métodos de avaliação no Ensino Médio.					
7. A ausência de reprovação pode afetar negativamente a motivação dos alunos em relação aos estudos.					
8. A reprovação é considerada justa caso o aluno não demonstre o conhecimento necessário para avançar.					
9. Em geral, os alunos realizam as avaliações com dedicação e comprometimento.					
10. A equipe gestora mantém reuniões frequentes com os professores para desenvolver ações que promovam a aprendizagem e reduzam as taxas de reprovação.					

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO PARA A EQUIPE GESTORA:
DIRETOR E PEDAGOGA DA ESCOLA ESTADUAL ALBERTO PEREIRA LIMA**

Prezado(a),

Com considerável apreço, gostaria de convidá-lo(a) a participar voluntariamente de um estudo por meio do preenchimento do questionário que se segue.

O presente levantamento faz parte da pesquisa de mestrado intitulada "DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A SUPERAÇÃO DA REPROVAÇÃO E DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO MÉDIO: O CASO DE GESTÃO DA E.E ALBERTO PEREIRA LIMA". Seu objetivo é descrever e analisar as práticas de gestão adotadas pela E.E. Alberto Pereira Lima em relação aos índices de reprovação no Ensino Médio, bem como propor estratégias específicas para a redução desses índices.

Esta investigação visa identificar os principais obstáculos que contribuem para as altas taxas de reprovação e distorção idade-série no Ensino Médio desta instituição. As descobertas obtidas serão fundamentais para a formulação de um Plano de Ação Educacional, o qual contemplará estratégias visando à diminuição dos índices de reprovação.

Saliento que sua identidade será mantida em absoluto sigilo, e as informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa. Seu consentimento para participar é fundamental:

(A) Sim

(B) Não

Assinale para declarar seu consentimento voluntário em participar desta pesquisa.

João Monlevade, _____ de _____ de 20__ .

Nome

Assinatura participante

Data

Atenciosamente,

Ana Carolina Amorim Bicalho

1) Quantos anos de experiência você tem na função de gestor escolar ou pedagógico?

- De 0 a 5 anos
- De 6 a 10 anos
- De 11 a 15 anos
- De 16 a 20 anos
- Mais de 21 anos

2) Qual é o nível educacional mais avançado que você alcançou?

- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós- doutorado

3) Você está familiarizado com as taxas de reprovação no Ensino Médio da escola nos últimos cinco anos?

- Sim, estou totalmente familiarizado.
- Estou parcialmente familiarizado.
- Não estou familiarizado.

4) A respeito dos possíveis elementos que influenciam na reprovação no Ensino Médio, assinale as opções a seguir em uma escala de 0 a 3, onde 0 representa ausência de contribuição para a reprovação, 1 indica uma contribuição mínima, 2 sugere uma contribuição moderada e 3 denota uma grande influência na reprovação.

	0	1	2	3
1 - Avaliações realizadas pelos professores dentro da instituição.				
2 - Estudantes com defasagem de idade para o ingresso no primeiro ano do Ensino Médio.				
3 - Comportamento indisciplinado por parte do aluno.				
4 - Falta de interesse do aluno.				
5 - Ausência de comprometimento do aluno com atividades extracurriculares.				
6 - Necessidade de métodos de ensino mais diversificados na sala de aula por parte dos professores.				
7 - Carência de suporte por parte do professor para lidar com as dificuldades dos alunos.				
8 - Ausência frequente do professor.				
9 - Falta de comprometimento do professor com o progresso acadêmico do aluno.				
10 - Falta de envolvimento da família no acompanhamento escolar.				

11 - Carência de projetos pedagógicos que promovam a aprendizagem do aluno.				
12 - Baixo engajamento dos alunos nos projetos pedagógicos da turma e da escola.				
13 - Alunos concluem o Ensino Fundamental apresentando dificuldades de aprendizagem.				
14 - Falta de revisão por parte do professor dos conteúdos não assimilados pelos alunos, identificados através das avaliações internas.				

5) Qual é a sua visão sobre o desempenho do aluno que está em defasagem na relação idade-série?

Demonstra comprometimento com as atividades, apresenta atenção e empenho para aprender.

Mostra falta de motivação, sentimentos de inferioridade em relação aos outros e não demonstra dedicação ao processo de aprendizagem.

6) Quais são os métodos de avaliação utilizados internamente no Ensino Médio?

- Formativa
- Continua
- Diagnóstica
- Classificatória
- Para efeito de notas

7) A respeito do desempenho e atuação dos docentes, assinale as opções a seguir em uma escala de 1 a 4, onde 1 representa atuação/contribuição insuficiente, 2 indica uma atuação/contribuição mínima, 3 sugere uma atuação/contribuição moderada e 4 denota uma atuação/contribuição.

	1	2	3	4
1. Relação entre educadores e estudantes na Escola Estadual Alberto Pereira Lima.				
2. Variedade de abordagens pedagógicas adotadas pelo professor em sala de aula.				
3. Apoio personalizado para enfrentar os desafios de aprendizagem dos alunos.				
4. Comunicação clara e eficaz do professor na transmissão dos conteúdos.				
5. Revisão dos tópicos que os alunos não dominaram nas				

avaliações.				
6. Adaptação do planejamento de aulas conforme as dificuldades de aprendizagem identificadas pelos professores.				

8) Em sua visão, as avaliações internas têm tido impacto na performance dos estudantes? De que maneira essa influência tem sido observada?

9) Como os docentes do Ensino Médio lidam com os resultados das avaliações em suas turmas?

10) Em sua opinião como gestora, qual é o papel do professor no contexto da avaliação no processo de ensino-aprendizagem?

11) Você percebe indícios de uma cultura de reprovação entre os professores do Ensino Médio nesta instituição? De que forma essa cultura se manifesta?

12) Durante as reuniões de conselho de classe são debatidas medidas para auxiliar os alunos com dificuldades nas avaliações e no aprendizado? Caso sejam tratadas, quais seriam essas medidas ou ações?

13) As sugestões oferecidas pela equipe gestora aos professores visando superar as dificuldades de aprendizagem e reduzir a reprovação são bem recebidas? Quais estratégias são propostas para mitigar a reprovação?

APÊNDICE C - ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO COM ALUNOS REPROVADOS DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA ESTADUAL ALBERTO PEREIRA LIMA

Prezado(a),

Com considerável apreço, gostaria de convidá-lo(a) a participar voluntariamente de um estudo por meio do preenchimento do questionário que se segue.

O presente levantamento faz parte da pesquisa de mestrado intitulada "DESAFIOS E ESTRATÉGIAS PARA A SUPERAÇÃO DA REPROVAÇÃO E DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO ENSINO MÉDIO: O CASO DE GESTÃO DA E.E ALBERTO PEREIRA LIMA". Seu objetivo é descrever e analisar as práticas de gestão adotadas pela E.E. Alberto Pereira Lima em relação aos índices de reprovação no Ensino Médio, bem como propor estratégias específicas para a redução desses índices.

Esta investigação visa identificar os principais obstáculos que contribuem para as altas taxas de reprovação e distorção idade-série no Ensino Médio desta instituição. As descobertas obtidas serão fundamentais para a formulação de um Plano de Ação Educacional, o qual contemplará estratégias visando à diminuição dos índices de reprovação.

Saliento que sua identidade será mantida em absoluto sigilo, e as informações fornecidas serão utilizadas exclusivamente para fins de pesquisa. Seu consentimento para participar é fundamental:

(A) Sim

(B) Não

Assinale para declarar seu consentimento voluntário em participar desta pesquisa.

João Monlevade, _____ de _____ de 20 .

Nome

Assinatura participante

Data

Atenciosamente,

Ana Carolina Amorim Bicalho

1) Em qual ano você nasceu? _____

2) Quantos anos você tem neste momento? _____

3) Sexo:

Masculino Feminino

4) Qual é o seu ano letivo atual?

1º ano 2º ano 3º ano

5) Você foi reprovado no Ensino Médio por quantas vezes? _____

6) Em quais anos que você foi reprovado no Ensino Médio?

2022 2021 2020 outros

7) Você se sente motivado a estudar?

Sim Não Às vezes

8) Você sente algum desconforto ou constrangimento por estar em uma série escolar onde a maioria dos alunos é mais jovem do que você? Marque a resposta que melhor se aplica à sua situação:

Muito desconfortável	
Um pouco desconfortável	
Parcialmente desconfortável	
Não me sinto desconfortável	

9) Como é a abordagem dos professores em relação à sua situação de repetência e à sua idade? Marque as questões que achar adequada à sua situação

Expressam preocupação sobre seu progresso acadêmico	
---	--

Comentam sobre a necessidade de foco para alcançar seus objetivos	
Observam a diferença de idade em relação aos colegas	
Estimulam você a se engajar mais nas atividades escolares	
Apontam seu potencial e habilidades como aluno.	
Reconhecem seu progresso e aprendizado neste ano letivo	

10) Com que

frequência você participa das aulas?

Sempre Às vezes Raramente

11) Costuma reservar tempo diário para estudos fora do horário das aulas?

Sim Não Ocasionalmente

12) Quantas horas, em média, você estuda em casa por dia?

- Nenhuma
- Menos de 1 hora
- De 1 a 2 horas
- De 2 a 3 horas
- De 3 a 4 horas.
- Acima de 4 horas

13) Você realiza as atividades avaliativas com dedicação e empenho?

Sim Não Às vezes

14) A respeito dos possíveis elementos que influenciam na reprovação no Ensino Médio, assinale as opções a seguir em uma escala de 0 a 3, onde 0 representa ausência de

contribuição para a reprovação, 1 indica uma contribuição mínima, 2 sugere uma contribuição moderada e 3 denota uma grande influência na reprovação.

	0	1	2	3
1 - Avaliações realizadas pelos professores dentro da instituição.				
2 - Estudantes com defasagem de idade para o ingresso no primeiro ano do Ensino Médio.				
3 - Comportamento indisciplinado por parte do aluno.				
4 - Falta de interesse do aluno.				
5 - Ausência de comprometimento do aluno com atividades extracurriculares.				
6 - Necessidade de métodos de ensino mais diversificados na sala de aula por parte dos professores.				
7 - Carência de suporte por parte do professor para lidar com as dificuldades dos alunos.				
8 - Ausência frequente do professor.				
9 - Falta de comprometimento do professor com o progresso acadêmico do aluno.				
10 - Falta de envolvimento da família no acompanhamento escolar.				
11 - Carência de projetos pedagógicos que promovam a aprendizagem do aluno.				
12 - Baixo engajamento dos alunos nos projetos pedagógicos da turma e da escola.				
13 - Alunos concluem o Ensino Fundamental apresentando dificuldades de aprendizagem.				
14 - Falta de revisão por parte do professor dos conteúdos não assimilados pelos alunos, identificados através das avaliações internas.				

15) Nos conteúdos que você teve dificuldade:

	Sim	Não	Às vezes
Recebeu acompanhamento individual do professor?			
Participou de aulas de reforço pago por você ou sua família?			
Recebeu orientação do Supervisor Educacional?			
Recebeu auxílio da família nos estudos em casa?			
Estudou sozinho?			
Estudou com monitoria sob a orientação do Professor?			

As avaliações contemplam o que foi ensinado pelo professor na sala de aula?			

16) A respeito do desempenho e atuação dos docentes, assinale as opções a seguir em uma escala de 1 a 4, onde 1 representa atuação/contribuição insuficiente, 2 indica uma atuação/contribuição mínima, 3 sugere uma atuação/contribuição moderada e 4 denota uma atuação/contribuição.

	1	2	3	4
1. Relação entre educadores e estudantes na Escola Estadual Alberto Pereira Lima.				
2. Variedade de abordagens pedagógicas adotadas pelo professor em sala de aula.				
3. Apoio personalizado para enfrentar os desafios de aprendizagem dos alunos.				
4. Comunicação clara e eficaz do professor na transmissão dos conteúdos.				
5. Revisão dos tópicos que os alunos não dominaram nas avaliações.				
6. Adaptação do planejamento de aulas conforme as dificuldades de aprendizagem identificadas pelos professores.				

17) Indique o seu nível de concordância ou discordância com as seguintes afirmações relacionadas ao ambiente educacional:

	Discordo	Mais discordo do que concordo	Nem concordo nem discordo	Mais concordo do que discordo	Concordo
1. A experiência adquirida no ensino impacta positivamente a eficácia do processo de aprendizagem dos alunos.					
2. As avaliações internas têm um papel relevante na reprovação dos alunos, pois muitas vezes não são utilizadas para identificar e abordar as dificuldades de aprendizagem.					
3. É possível identificar lacunas no aprendizado dos alunos por meio das avaliações internas, possibilitando a revisão e a retomada do conteúdo em sala de aula.					
4. A avaliação interna é frequentemente vista como um instrumento convencional para atribuição de notas aos alunos.					
5. Nos conselhos de classe, estratégias são discutidas para alunos que enfrentam desafios e dificuldades de aprendizagem.					
6. É evidente a necessidade de reformular os métodos de avaliação no Ensino Médio.					
7. A ausência de reprovação pode afetar negativamente a motivação dos alunos em relação aos estudos.					
8. A reprovação é considerada justa					

caso o aluno não demonstre o conhecimento necessário para avançar.					
9. Em geral, os alunos realizam as avaliações com dedicação e comprometimento.					
10. A equipe gestora mantém reuniões frequentes com os professores para desenvolver ações que promovam a aprendizagem e reduzam as taxas de reprovação.					